

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 10/04/2020	Página:

Correio*

Governo do Estado lança aplicativo de pesquisa de preços em tempo real

Ferramenta visa ajudar consumidor a detectar especulação e aumento abusivo de mercadorias

Da Redação

redacao@correio24horas.com.br

10.04.2020, 17:10:00

Atualizado: 10.04.2020, 17:38:42



(Foto: Tiago Caldas/ CORREIO)

Um aplicativo para ajudar o consumidor a fugir de preços abusivos e da especulação envolvendo produtos de alta procura durante a pandemia do coronavírus foi lançado pelo Governo do Estado nesta sexta-feira (10). Através do Preço da Hora Bahia, os cidadãos baianos terão cotações de mais de seis milhões de produtos em tempo real. Para fazer a cotação, o sistema toma como base cerca de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas todos os dias no Estado.

O usuário precisa aproximar o código de barras impresso na embalagem da câmera do celular ou digitar o nome do produto desejado para que o aplicativo forneça as cotações. No celular ou na tela do computador, já que o Preço da Hora Bahia também conta com um site, é possível comparar, por exemplo, os preços de itens hoje difíceis de encontrar, como álcool em gel, máscaras e luvas, em meio a seis milhões de produtos comercializados diariamente em toda a Bahia.

O Preço da Hora Bahia abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos. Solicitada a pesquisa, o aplicativo irá apresentar os preços de venda do produto nas últimas horas, na região em que está o consumidor, utilizando a localização do seu celular.

Ao receber a relação de preços e locais onde eles estão sendo praticados, o consumidor terá na tela informações sobre quando foi realizada a última venda, telefone e rota para chegar ao estabelecimento. É possível, ainda, acessar um gráfico com o histórico de preços do produto.

De acordo com **o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, estas informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais armazenadas na **Sefaz-Ba**, “o que reforça a importância de se pedir a nota fiscal em todas as compras”.

As informações são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia, ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Diariamente, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela Sefaz-Ba, com picos superiores a 4,4 milhões. Só em Salvador são emitidas mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. O Interior, por outro lado, responde por 68% do total de produtos comercializados no varejo.

O diretor de Produção de Informações da **Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt**, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

O Preço da Hora Bahia baseia-se em uma solução desenvolvida pelo governo da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-Pb), cedida para a Bahia como parte da política de intercâmbio de boas práticas entre os estados no âmbito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 12/04/2020	Página: A2
Assunto: Cotação pela internet facilita compras – aplicativo Preço da Hora Bahia	

Cotação pela internet facilita compras

O consumidor baiano já pode fazer cotação de preços de produtos sem sair de casa: basta baixar o aplicativo Preço da Hora da Bahia, oferecido pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado.

O Preço da Hora Bahia traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas: só precisa fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitar o nome do produto desejado.

No celular ou no computador, é possível comparar, por exemplo, os preços de itens hoje difíceis de encontrar, embora sejam necessários para evitar o contágio do coronavírus, como álcool em gel, máscaras e luvas.

Outros 6 milhões de produtos comercializados em toda a Bahia estão disponíveis para acesso por parte do consumidor. O Preço da Hora Bahia abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos.

Solicitada a pesquisa, o aplicativo apresenta os preços de venda do produto nas últimas horas, na região em que está o consumidor, utilizando a localização do seu celular. Estas informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais armazenadas na Sefaz-Ba.

As informações são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia, ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Diariamente, em tempos de normalidade, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela Sefaz-Ba, chegando a 4,4 milhões nos dias de maior movimento. Só em Salvador, antes da pandemia, a emissão chegava a mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. Os municípios do interior respondiam por quase 70% do total de produtos comercializados no varejo.

Veículo: Aratu Online	Notícias
Data: 13/04/2020	

Governo do estado lança aplicativo para pesquisa de preço; saiba como funciona

Há 2 diasAtualizada Há 2 diasFonte: Da redação



Crédito da Foto: ilustrativa/Pexels

Fazer pesquisa antes de comprar já é costume de muita gente. Porém, com a pandemia de Covid-19 e as recomendações de isolamento social, o ideal é não demorar muito em locais com grande circulação de pessoas. Pensando nisso, o governo do estado, por meio da **Secretaria da Fazenda (SefazBa)**, lançou o aplicativo "Preço da Hora Bahia", para que o consumidor pesquise sem sair de casa.

A ferramenta traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas, bastando fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitando o nome do produto desejado. No celular ou na tela do computador, é possível comparar, por exemplo, os preços de itens hoje difíceis de encontrar, como álcool em gel, máscaras e luvas, em meio a seis milhões de produtos comercializados diariamente em toda o estado.



PREÇO DA HORA



O Preço da Hora Bahia abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos. Solicitada a pesquisa, o aplicativo - disponível para Android e iOS - irá apresentar os preços de venda do produto nas últimas horas, na região em que está o consumidor, utilizando a localização do seu celular.

LEIA MAIS: [Governo suspende transporte intermunicipal em mais quatro cidades do interior da Bahia](#)

O aplicativo irá utilizar a geolocalização do aparelho para encontrar os menores preços em um raio de até 30 quilômetros, que pode ser ajustado a parâmetros informados pelo usuário. Ao receber a relação de preços e locais onde eles estão sendo praticados, o consumidor terá na tela informações sobre quando foi realizada a última venda, telefone e rota para chegar ao estabelecimento. É possível, ainda, acessar um gráfico com o histórico de preços do produto.

Vale reforçar que a ferramenta exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

FONTE

As informações de preço têm como fonte exclusiva as notas fiscais armazenadas na Sefaz, conforme explica o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. Elas são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia, ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Diariamente, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela secretaria, com picos superiores a 4,4 milhões. Só em Salvador são emitidas mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. O Interior, por outro lado, responde por 68% do total de produtos comercializados no varejo.

CONSÓRCIO NORDESTE

O Preço da Hora Bahia baseia-se em uma solução desenvolvida pelo governo da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-Pb), cedida para a Bahia como parte da política de intercâmbio de boas práticas entre os estados no âmbito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa. Disponível para celulares Android e iOS, a ferramenta permite ao usuário fazer suas próprias listas de compras e obter as melhores cotações para elas, possibilitando assim definir produtos favoritos para facilitar a pesquisa. Além do App, a solução inclui também uma página web, que amplia as possibilidades de navegação a partir do computador.

O projeto, de acordo com o secretário, integra as iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano que incluem a campanha Nota Premiada Bahia, com cerca de 550 mil participantes de todo o Estado, e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade , que apoia 530 instituições filantrópicas baianas.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/04/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 10 de Abril de 2020 - 15:35

APP do governo da Bahia permite conferir preços em tempo real



Um novo aplicativo lançado pelo governo da Bahia permitirá ao consumidor baiano realizar cotações em segundos e sem sair de casa. Denominado Preço da Hora Bahia, o app traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas, bastando fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitar o nome do produto desejado. É possível comparar, por exemplo, os preços de itens hoje difíceis de encontrar, como álcool em gel, máscaras e luvas, em meio a seis milhões de produtos comercializados diariamente em toda a Bahia.

O Preço da Hora Bahia abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos. Solicitada a pesquisa, o aplicativo irá apresentar os preços de venda do produto nas últimas horas, na região em que está o consumidor, utilizando a localização do seu celular. Estas informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais armazenadas na **SefazBa**.

As informações são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia, ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Diariamente, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela **Sefaz-Ba**, com picos superiores a 4,4 milhões. Só em Salvador são emitidas mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. O Interior, por outro lado, responde por 68% do total de produtos comercializados no varejo.

Para utilizar o Preço da Hora Bahia bastará ao consumidor baixar o app e, ao abri-lo, informar o produto a ser pesquisado. O aplicativo irá utilizar a geolocalização do aparelho para encontrar os menores preços em um raio de até 30 quilômetros, que pode ser ajustado a parâmetros informados pelo usuário. Ao receber a relação de preços e locais onde eles estão sendo praticados, o consumidor terá na tela informações sobre quando foi realizada a última venda, telefone e rota para chegar ao estabelecimento. É possível, ainda, acessar um gráfico com o histórico de preços do produto.

O Preço da Hora Bahia baseia-se em uma solução desenvolvida pelo governo da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-Pb), cedida para a Bahia como parte da política de intercâmbio de boas práticas entre os estados no âmbito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa. Disponível para celulares Android e iOS, a ferramenta permite ao usuário fazer suas próprias listas de compras e obter as melhores cotações para elas, possibilitando assim definir produtos favoritos para facilitar a pesquisa. Além do App, a solução inclui também uma página web, que amplia as possibilidades de navegação a partir do computador.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Gastronomia

10/04/2020 15:20

Governo do Estado lança aplicativo de pesquisa de preços em tempo real

Em tempos de quarentena e de muita especulação envolvendo produtos de alta procura durante a pandemia do coronavírus, um aplicativo disponibilizado pelo governo baiano, por meio da Secretaria da Fazenda (SefazBa), chega para permitir que o consumidor realize cotações em segundos e sem sair de casa: o Preço da Hora Bahia traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas, bastando fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitar o nome do produto desejado. No celular ou na tela do computador, é possível comparar por exemplo os preços de itens hoje difíceis de encontrar, como álcool em gel, máscaras e luvas, em meio a seis milhões de produtos comercializados diariamente em toda a Bahia.

O Preço da Hora Bahia abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos. Solicitada a pesquisa, o aplicativo irá apresentar os preços de venda do produto nas últimas horas, na região em que está o consumidor, utilizando a localização do seu celular. Estas informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais armazenadas na SefazBa, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, "o que reforça a importância de se pedir a nota fiscal em todas as compras". Com o Preço da Hora Bahia, enfatiza, "cada usuário economiza, e todos ganham".

As informações são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia, ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Diariamente, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela SefazBa, com picos superiores a 4,4 milhões. Só em Salvador são emitidas mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. O Interior, por outro lado, responde por 68% do total de produtos comercializados no varejo.

Consórcio Nordeste

O Preço da Hora Bahia baseia-se em uma solução desenvolvida pelo governo da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-Pb), cedida para a Bahia como parte da política de intercâmbio de boas práticas entre os estados no âmbito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa. Disponível para celulares Android e iOS, a ferramenta adaptada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb) permite ao usuário fazer suas próprias listas de compras e obter as melhores cotações para elas, possibilitando assim definir produtos favoritos para facilitar a pesquisa. Além do App, a solução inclui também uma página web, que amplia as possibilidades de navegação a partir do computador.

"Optamos pelo modelo mais completo entre aqueles que têm sido adotados por alguns fiscos estaduais", explica o secretário Manoel Vitório. "O Preço da Hora Bahia vai estimular a concorrência entre as empresas, contribuindo para a redução de preços e para dar maior visibilidade ao pequeno comerciante, e será um avanço na relação com o consumidor, que passará a contar com a garantia de uma pesquisa consistente para adquirir o produto mais barato", avalia.

O projeto, de acordo com o secretário, integra as iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano que incluem a campanha Nota Premiada Bahia, com cerca de 550 mil participantes de todo o Estado, e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que apoia 530 instituições filantrópicas baianas.

Geolocalização

De acordo com Félix Mascarenhas, superintendente de Gestão Fazendária da SefazBa, para utilizar o Preço da Hora Bahia bastará ao consumidor baixar o app e, ao abri-lo, informar o produto a ser pesquisado. O aplicativo irá utilizar a geolocalização do aparelho para encontrar os menores preços em um raio de até 30 quilômetros, que pode ser ajustado a parâmetros informados pelo usuário. Ao receber a relação de preços e locais onde eles estão sendo praticados, o consumidor terá na tela informações sobre quando foi realizada a última venda, telefone e rota para chegar ao estabelecimento. É possível, ainda, acessar um gráfico com o histórico de preços do produto.

O diretor de Produção de Informações da SefazBa, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal. Bitencourt também reforça que, como a fonte de informações do Preço da Hora Bahia é a nota fiscal emitida, esta é mais uma razão para que o consumidor exija a nota fiscal em todas as compras que fizer.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

Localização

Horário de funcionamento:

Veículo: Política Livre	
Data: 10/04/2020	Caderno: Economia



10 de abril de 2020 | 15:35

Governo do Estado lança aplicativo de pesquisa de preços em tempo real

Em tempos de quarentena e de muita especulação envolvendo produtos de alta procura durante a pandemia do coronavírus, um aplicativo disponibilizado pelo governo baiano, por meio da **Secretaria da Fazenda (SefazBa)**, chega para permitir que o consumidor realize cotações em segundos e sem sair de casa: o Preço da Hora Bahia traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas, bastando fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitar o nome do produto desejado. No celular ou na tela do computador, é possível comparar por exemplo os preços de itens hoje difíceis de encontrar, como álcool em gel, máscaras e luvas, em meio a seis milhões de produtos comercializados diariamente em toda a Bahia.

O Preço da Hora Bahia abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos. Solicitada a pesquisa, o aplicativo irá apresentar os preços de venda do produto nas últimas horas, na região em que está o consumidor, utilizando a localização do seu celular. Estas informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais armazenadas na SefazBa, lembra o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**, “o que reforça a importância de se pedir a nota fiscal em todas as compras”. Com o Preço da Hora Bahia, enfatiza, “cada usuário economiza, e todos ganham”.

As informações são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia, ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Diariamente, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela Sefaz-Ba, com picos superiores a 4,4 milhões. Só em Salvador são emitidas mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. O Interior, por outro lado, responde por 68% do total de produtos comercializados no varejo.

O Preço da Hora Bahia baseia-se em uma solução desenvolvida pelo governo da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-Pb), cedida para a Bahia como parte da política de intercâmbio de boas práticas entre os estados no âmbito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa. Disponível para celulares Android e iOS, a ferramenta permite ao usuário fazer suas próprias listas de compras e obter as melhores cotações para elas, possibilitando assim definir produtos favoritos para facilitar a pesquisa. Além do App, a solução inclui também uma página web, que amplia as possibilidades de navegação a partir do computador.

“Optamos pelo modelo mais completo entre aqueles que têm sido adotados por alguns fiscos estaduais”, explica o secretário Manoel Vitória. “O Preço da Hora Bahia vai estimular a concorrência entre as empresas, contribuindo para a redução de preços e para dar maior visibilidade ao pequeno comerciante, e será um avanço na relação com o consumidor, que passará a contar com a garantia de uma pesquisa consistente para adquirir o produto mais barato”, avalia.

O projeto, de acordo com o secretário, integra as iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano que incluem a campanha Nota Premiada Bahia, com cerca de 550 mil participantes de todo o Estado, e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade , que apoia 530 instituições filantrópicas baianas.

Geolocalização

De acordo com Félix Mascarenhas, superintendente de Gestão Fazendária da SefazBa, para utilizar o Preço da Hora Bahia bastará ao consumidor baixar o app e, ao abri-lo, informar o produto a ser pesquisado. O aplicativo irá utilizar a geolocalização do aparelho para encontrar os menores preços em um raio de até 30 quilômetros, que pode ser ajustado a parâmetros informados pelo usuário. Ao receber a relação de preços e locais onde eles estão sendo praticados, o consumidor terá na tela informações sobre quando foi realizada a última venda, telefone e rota para chegar ao estabelecimento. É possível, ainda, acessar um gráfico com o histórico de preços do produto.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o



CAPA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](http://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](http://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](http://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas))

COLUNISTAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](http://www.bahiaja.com.br/colunistas)) **ARTIGOS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](http://www.bahiaja.com.br/artigos))

FALE CONOSCO ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](http://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

segunda-feira, 13 de abril de 2020

DIREITO ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/DIREITO](http://www.bahiaja.com.br/direito))

Nota Premiada suspende sorteios mas mantém repasses a filantrópicas

Os sorteios foram suspensos pelos próximos três meses devido à pandemia do coronavírus

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 09/04/2020 às 11:07

Curtir 0

Tweet

A suspensão dos sorteios da Loteria Federal pelos próximos três meses devido à pandemia do novo coronavírus levou a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) a interromper as premiações da campanha Nota Premiada Bahia, que tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. Mas a solidariedade vai continuar motivando os 550 mil baianos inscritos na campanha, que compartilham suas notas eletrônicas com mais de 530 instituições filantrópicas de toda a Bahia ativas no programa Sua Nota É Um Show de Solidariedade: estão mantidos os repasses para estas entidades, que ocorrem a cada quatro meses.

Desde o início de 2018, quando o Sua Nota foi vinculado à Nota Premiada Bahia e teve suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br (<https://outlook.office.com/mail/www.notapremiadabahia.ba.gov.br>) para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Bilhetes válidos

Além da motivação de continuar apoiando as filantrópicas de sua preferência, em um momento de maior necessidade de recursos devido à pandemia, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na NF-e ou na NFC-e. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.

Solidariedade

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio, observa que, com o advento da Nota Premiada Bahia, o apoio às instituições filantrópicas foi amplamente facilitado, "seja porque o compartilhamento das notas fiscais pelos contribuintes baianos passou a ser feito eletronicamente, aposentando-se as antigas urnas para doação das notas em papel, seja por conta de novas regras mais simples".

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressaltou que todos saem ganhando neste processo. "As instituições recebem um reforço em seu caixa para desenvolver o importante trabalho social sob sua responsabilidade, os participantes da Nota Premiada têm a oportunidade de colaborar com esse trabalho e ainda concorrem a prêmios em dinheiro, e o fisco, ao estimular os consumidores a exigirem a emissão do documento fiscal pelas empresas, obtém o apoio da sociedade para o combate à sonegação e à concorrência desleal no mercado baiano".



(<http://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=7&idNoticia=125535](http://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=7&idNoticia=125535))

MAIS NOTÍCIAS



(<http://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/04/08/pescadores-seguem-com-livre-acesso-as-praias-para-garantir-pescados,125530,0.html>)
Pescadores seguem com livre acesso às praias para garantir pescados
(<http://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/04/08/pescadores-seguem-com-livre-acesso-as-praias-para-garantir-pescados,125530,0.html>)

Ministério da Saúde libera mais R\$ 4 bi a estados e municípios

MARCELO BRANDÃO
Agência Brasil, Brasília

O Ministério da Saúde liberou mais R\$ 4 bilhões a estados e municípios para ações de combate à Covid-19. O valor é um adicional ao que já recebem para custeio de ações e serviços relacionados à saúde e pode ser utilizado para compra de materiais e insumos, abrir novos leitos e custear profissionais.

A Portaria nº 774/2020 com a liberação foi publicada anteontem em edição extra do Diário Oficial da União. O valor corresponde a uma parcela mensal extra do que cada estado ou município já recebe para ações de média e alta complexidade ou atenção primária.

Em mensagem nas redes sociais, o ministro da Saúde, Henrique Mandetta, disse

que os recursos já foram depositados nas contas dos fundos estaduais e municipais de saúde. "A gente acha que, com isso, eles [os gestores de saúde] podem adquirir os equipamentos de proteção individual (EPIs) que a gente começa a trazer da China. Está começando o mercado chinês a se organizar, estamos conseguindo trazer", disse.

De acordo com o ministro, a primeira carga com 40 milhões de máscaras vinda da China, de uma compra de 240 milhões de máscaras, deve chegar ao país na próxima terça-feira. O esforço da equipe do Ministério da Saúde é de trazer 40 milhões por semana. Um edital será aberto para que empresas interessadas em ofertar esses insumos possam se cadastrar.

"Com isso, a gente pacifica o mercado brasileiro. E isso, doravante pacificado, a gente já repassa os recursos para que os estados e municípios



Mandetta disse que recursos já foram depositados

compre, a iniciativa privada já está comprando. O mercado está começando a se normalizar, o de EPIs", explicou o ministro.

Já sobre os respiradores, Mandetta disse que ainda há dificuldade. Segundo ele, foi feito um acordo com a indústria nacional para elevar de 800 para 15 mil a produção de respiradores mecânicos em 90 dias.

Orientação

O ministro da Saúde reforçou a orientação da pasta para manter o isolamento so-

cial. De acordo com Mandetta, na próxima semana "vamos colher os frutos da difícil redução da mobilidade social", determinada por estados e municípios nas últimas duas semanas. "Hoje eu vi que o pessoal começou a andar mais, vamos pagar esse preço ali na frente. Esse vírus adora aglomeração, adora contato, adora que as pessoas achem que ele é inofensivo. E aí, as cidades podem pegar a transmissão sustentada [ou comunitária]", ressaltou.

Força Aérea

A Força Aérea Brasileira (FAB) transportou anteontem 30 respiradores para Fortaleza, capital do Ceará.

Por meio de nota divulgada pela assessoria de imprensa do Ministério da Defesa, em Brasília, a aeronave C-105 levava 1,5 tonelada em equipamentos. Mais 20 respiradores serão entregues em Manaus (AM) e dez em Macapá (AP).

Portaria com a liberação foi publicada anteontem em edição extra do DOU

Isaac N-berg/ PR / 22.3.2020

COVID-19 Apesar da pandemia do coronavírus, a safra de soja deve ser recorde e a fruticultura não foi "prejudicada"

AGRONEGÓCIO BAIANO RESISTE À CRISE

FÁBIO BITTENCOURT

Mesmo com toda agonia e restrições impostas pela pandemia de coronavírus, o agronegócio baiano está em pleno funcionamento, com a colheita de soja, na região oeste, a todo vapor, e a indústria se preparando para colher safra recorde (estimativa de alta de 7% na produção este ano). Em Juazeiro, no Vale do São Francisco,

Em Juazeiro, pelo produtor de uva e manga, a fruticultura não foi prejudicada

mas a situação logo depois normalizou-se", disse.

"A colheita de grãos não foi prejudicada, mais para frente tem (a colheita do) algodão. As lojas de insumos agropecuários e equipamentos mecânicos estão abertas. Houve, em algum momento, problemas com o transporte de funcionários (para as fazendas) em rodovias. Mas estamos em per-

manente contato com prefeitos, pedindo que mantenham a compra do leite de pequenos produtores, a merenda escolar", falou ele.

'Compre do Pequeno'

"Estamos pedindo aos bancos a prorrogação por mais um ano, ou a dilatação das operações de financiamento rural, pois evidentemente há setores mais sensíveis

que outros. Também houve um aumento na procura por frutas cítricas ricas em vitamina C. Também deve ir ao ar, já nos próximos dias, no portal da Seagri (na internet), uma ferramenta na qual o produtor vai poder informar sobre a sua produção, chamada de Mercado Produtor, visando estreitar o mercado", afirmou Costa. Ciente da necessidade e

com o objetivo de valorizar pequenos negócios rurais, e garantindo a sustentabilidade da produção, o Sebrae lançou a campanha *Compre do Pequeno Produtor Rural*. O projeto pretende iniciar incentivando o consumo de frutas, lácteos, entre outros alimentos produzidos por agricultores familiares, sensibilizando ainda o poder público (prefeituras).

onde é "expressiva" a produção de uva e manga, a fruticultura não foi "prejudicada" – apesar da queda no consumo interno, no volume e preço de exportação.

As estradas estão liberadas; não há risco de desabastecimento. O serviço de vigilância desenvolvido pela Agência de Defesa Agropecuária (Adab) segue normal, garantindo a "segurança alimentar" (da população). "Problema" mesmo só "alguns pontuais", como, por exemplo, relacionado à dificuldade de pequenos produtores de laticínios em escoar a matéria-prima. Fora isso, falta resposta dos bancos quanto à prorrogação de financiamentos ao setor.

As informações acima foram prestadas na tarde de ontem pelo secretário da Agricultura do estado, Lucas Costa, que afirmou ainda que faz "conferência de preços" junto a supermercados e Centrais de Abastecimento (Ceasa), com o objetivo de monitorar eventuais subidas de preço e evitar prejuízo a "qualquer elo da cadeia". "Houve, sim, no primeiro momento, com as pessoas correndo aos mercados a fim de fazer estoque de mantimento em casa, uma elevação nos preços,



Mesmo em meio à pandemia de Covid-19, estado estima colheita recorde de soja

FMI prevê a pior retração desde a Grande Depressão

FRANCE PRESSE
Washington

A pandemia de coronavírus causará "a pior crise econômica desde a Grande Depressão" em 1929, estimou ontem a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, que também alertou que países emergentes e pobres como os da América Latina "estão em grande risco". A chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) enfatizou que o mundo está enfrentando uma "crise como nenhuma outra".

Segundo o órgão com sede em Washington, 170 países de seus 189 membros devem registrar uma contração em sua renda per capita este ano. A previsão mudou desde três meses atrás, quando o Fundo projetava um crescimento em 160 países. Georgieva disse que o crescimento global será "marcadamente negativo" em 2020, sem citar números, em um discurso antes do início das reuniões se-

mestrais do organismo, durante as quais a entidade publicará suas previsões.

Atualmente, a incerteza continua em relação à pandemia de coronavírus, que foi detectada na China no final de 2019 e continua a se espalhar por todo o mundo, causando dezenas de milhares de mortes e paralisando a atividade econômica. "Ainda enfrentamos uma enorme incerteza sobre a profundidade e a duração da crise", declarou Georgieva sobre as consequências do vírus respiratório.

A chefe do FMI indicou que, assim como a emergência de saúde atinge mais severamente as pessoas vulneráveis, espera-se que a crise afete mais os países mais pobres. Ela explicou que eles têm menos recursos, com sistemas de saúde mais frácoes, e também estão perigosamente expostos a distúrbios na demanda e na oferta, e com um "aperto drástico das condições financeiras".

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13/04/2020	Página:

Correio*

COMÉRCIO DE FEIRA DE SANTANA DEVE REABRIR AMANHÃ

INTERIOR O decreto que estabelecia o fechamento do comércio de Feira de Santana até hoje, por causa da pandemia do coronavírus, não deve ser prorrogado. De acordo com informações do site De Olho na Cidade, o prefeito Colbert Martins Filho (MDB) informou que os estabelecimentos devem reabrir as portas amanhã. “Liguei para alguns amigos em Brasília hoje (ontem) cedo para me precaver. Há grandes chances de reabrirmos, já que muitos segmentos estão funcionando aos poucos e as indústrias, por exemplo, não pararam”, disse o prefeito. De acordo com boletim da Secretaria de Saúde da Bahia, a cidade tem 43 casos de coronavírus confirmados, sendo a segunda com maior incidência no estado, atrás apenas de Salvador.

Para ajudar o setor empresarial, a prefeitura prorrogou o prazo para pagamento de alguns tributos municipais. Os microempreendedores individuais (MEI) que recolhem o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) terão mais seis meses de prazo para pagamento, seguindo o cronograma. A apuração março, com vencimento original em 20 de abril, vencerá em 20 de outubro; apuração abril, com vencimento original em 20 de maio, vencerá em 20 de novembro; e a Apuração maio, com vencimento original em 22 de junho, vencerá em 21 de dezembro.

Correio***24h****ECONOMIA**

Banco Mundial projeta queda de 5% no PIB do Brasil

RECESSÃO A atividade econômica brasileira deve encolher 5% neste ano por causa da crise provocada pelo novo coronavírus, projeta o Banco Mundial (Bird). O organismo multilateral divulgou ontem um relatório em que analisa os impactos da pandemia na América Latina. No conjunto da região, o PIB deve sofrer uma contração de 4,6% em 2020, ainda segundo o Banco Mundial. A projeção não inclui a Venezuela, que já enfrentava uma forte crise antes mesmo da eclosão da pandemia do coronavírus.

Os dados fazem parte de um relatório semestral do escritório do economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, intitulado "A economia nos tempos da covid-19". Segundo o documento, o forte choque sofrido pelas economias exige respostas de políticas em diversas frentes: para apoiar os mais vulneráveis, evitar uma crise financeira e proteger os empregos

Bird informou em seu relatório que distribuirá até US\$ 160 bilhões em apoio financeiro nos próximos 15 meses

Para ajudar os vulneráveis a enfrentar a perda de renda motivada pelo isolamento social, os programas atuais de proteção e assistência social "devem ser rapidamente ampliados e ter sua cobertura estendida". Ao mesmo tempo, os governos devem considerar apoiar as instituições do setor financeiro e as principais fontes de emprego, diz o relatório.

"Precisamos ajudar as pessoas a enfrentar esses enormes desafios e garantir que os mercados financeiros

e os empregadores sobrevivam à tempestade", afirma o vice-presidente interino do Banco Mundial para a região, Humberto López. "É preciso limitar os danos e lançar as bases para a recuperação o mais rapidamente possível".

Ao fazer suas projeções, o próprio Banco Mundial reconhece que as circunstâncias econômicas estão mudando diariamente. A análise tomou como base informações dos países disponíveis até 10 de abril de 2020.

Entre os grandes países da América Latina, o Brasil só não deve ter desempenho pior em 2020 do que México (-6%), Equador (-6%) e Argentina (-5,2%). Países do Caribe sofrerão um baque devido aos impactos da pandemia sobre o turismo, uma fonte importante de rendas locais.

A recuperação no Brasil também deve ser mais lenta do que na média da região. O Banco Mundial espera avanço do PIB brasileiro de 1,5% em 2021 e de 2,3% em 2022. Para a América Latina e Caribe, a alta esperada é de 2,6% tanto em 2021 quanto em 2022.

Na avaliação do Banco Mundial, a pandemia da covid-19 contribuiu para um grande choque do lado da oferta.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13/04/2020	Página:

Correio*

Ministro Paulo Guedes oferece R\$ 40 bilhões para barrar pauta 'bomba'

CRISE O governo vai encaminhar aos líderes dos partidos da Câmara e do Senado uma proposta de acordo para transferir até R\$ 40 bilhões de recursos diretos para estados e municípios enfrentarem a Covid-19. Em troca, o governador e prefeito que receber o dinheiro federal terá de suspender por dois anos os reajustes salariais dos seus servidores públicos.

A proposta do governo é substituir o texto do projeto emergencial de socorro a estados e municípios que tramita na Câmara ou apresentar um novo texto por meio de um senador aliado. Não está descartada ainda a edição de uma Medida Provisória (MP) com os termos do acordo com os líderes. A proposta inicial é de R\$ 32 bilhões, com folga para subir até R\$ 40 bilhões.

O projeto que tramita na Câmara, patrocinado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem potencial de afetar os cofres públicos em até R\$ 222 bilhões, a depender de sua extensão, segundo cálculos do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que não aceita a ampliação do espaço de endividamento dos estados. O Plano Mansueto, que previa alívio financeiro a governos regionais com dificuldade de pagar servidores e fornecedores, mas que exigia contrapartidas de ajuste fiscal estruturantes para as contas públicas, como redução de despesas com pessoal, foi abandonado pelo ministro.

●● Fomos atingidos por um meteoro, mas vamos sair desta crise. Nós vamos ajudar a quem manter empregos
Paulo Guedes
Ministro da Economia

AUXÍLIO EMERGENCIAL

32,7 MILHÕES

de pessoas pediram o auxílio emergencial de R\$ 600 concedido pelo governo federal durante a crise da Covid-19. Dos pedidos encaminhados para a Caixa, 40,2% foram para recebimento por meio da poupança social digital

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13/04/2020	Página:

Correio*

PANDEMIA REDUZ RENDA DE METADE DOS BRASILEIROS

TRABALHO Com menos de 30 dias de quarentena e em meio a um cenário em que a retomada do contato social ainda parece distante, mais da metade dos brasileiros já sente no bolso os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Pesquisa do Instituto Locomotiva aponta que 51% das pessoas afirmam ter perdido renda e que já estão contingenciando seus gastos.

Segundo a pesquisa, o impacto da crise é praticamente o mesmo entre homens e mulheres. Por faixa etária, contudo, afeta mais o bolso dos trabalhadores com 50 anos ou mais (52%), com ensino superior completo (48%) e que residem nos Estados do Sudeste (38%).

A região concentra São Paulo e Rio de Janeiro, as duas capitais com o maior número de infecções, segundo dados do Ministério da Saúde.

NOVE CIDADES NA BAHIA TÊM MORTES POR CORONAVÍRUS

Da Redação

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

Estado tem 674 confirmados, com total de 21 mortos

A Bahia registra 674 casos confirmados do novo coronavírus. A informação foi divulgada pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), em boletim emitido ontem, às 17h. De acordo com a Sesab, 148 pessoas já estão recuperadas, representando mais de

21% dos casos. Este número contabiliza todos os registros oficiais, a partir de janeiro.

Até o momento, 4.916 casos analisados foram descartados e 66 pessoas encontram-se internadas, sendo 28 em UTI. Também foram registrados 21 óbitos, sendo 11 em Salvador e dez nos municípios de Lauro de Freitas (2), Gongogi (1), Itapetinga (1), Utinga (1) e Adustina (1), Araci (1), Itagibá (1), Uruçuca (1) e Ilhéus (1).

A última morte, registrada no sábado, foi de um homem de 35 anos, residente no Rio de Janeiro. O caso foi notificado em Lauro de Freitas e o paciente estava internado em um hospital particular do município desde o último dia 26 de março. Ele morreu às 6h45,

A última morte registrada na Bahia, de um homem de 35 anos, aconteceu no sábado. Ele era residente no Rio de Janeiro e estava internado num hospital em Lauro de Freitas

mas não há informações se possuía alguma comorbidade.

PERFIL DAS MORTES

Entre os mortos, a maioria é de pessoas idosas, com um total de 14. O grupo também inclui três pessoas com idades entre 51 e 55 anos, uma de 41 anos e duas na faixa dos 20 anos (26 e 28 anos).

Os casos confirmados no estado estão distribuídos em 71 municípios, com maior proporção em Salvador (55,16%). Quanto ao sexo dos casos confirmados, 365 (54,23%) são do sexo feminino. A média de idade é 39 anos, variando de 4 dias a 96 anos. A faixa etária mais acometida foi a de 30 a 39 anos, representando 28,93% do total. Porém, o coeficiente de incidência por 100 mil habitantes foi maior na faixa de 50 a 59 anos (8,68/100.000 habitantes), indicando o maior risco de adoecer.

Entre os infectados estão 66 profissionais da área da saúde, sendo 17 deles médicos. A Sesab ressalta que os números são dinâmicos e, na medida em que as investigações clínicas e epidemiológicas avançam, os casos são reavaliados, sendo passíveis de reenquadramento na sua classificação. Na Bahia, o primeiro caso foi confirmado foi no dia 06 de março, nove dias após a confirmação do primeiro caso do Brasil.

Estado tem duas mortes de pessoas na faixa dos vinte anos

A vítima mais jovem do coronavírus na Bahia é um jovem que estava morando temporariamente na cidade de Adustina, localizada a 366 km de Salvador, no Norte do estado.

Ele morreu no último dia 07 e era portador de hipertensão e também diabético. O jovem testou positivo para Covid-19 no sábado, 4. Ele estava internado no Hospital Couto Maia, em Salvador, depois de ter sido transferido de Adustina no meio da semana após apresentar sintomas de maior gravidade. O rapaz teria vindo de São Paulo, onde mora, para visitar familiares em Adustina.

A outra jovem que faleceu vítima do coronavírus foi Rafaela de Jesus, 28, que morreu uma semana depois de ter dado à luz a primeira filha, Alice. Ela foi contaminada pelo marido, Erisvaldo Lopes, 47 anos, proprietário de uma empresa turística em Trancoso. A criança testou positivo mas não apresentou sintomas da doença e está em casa.

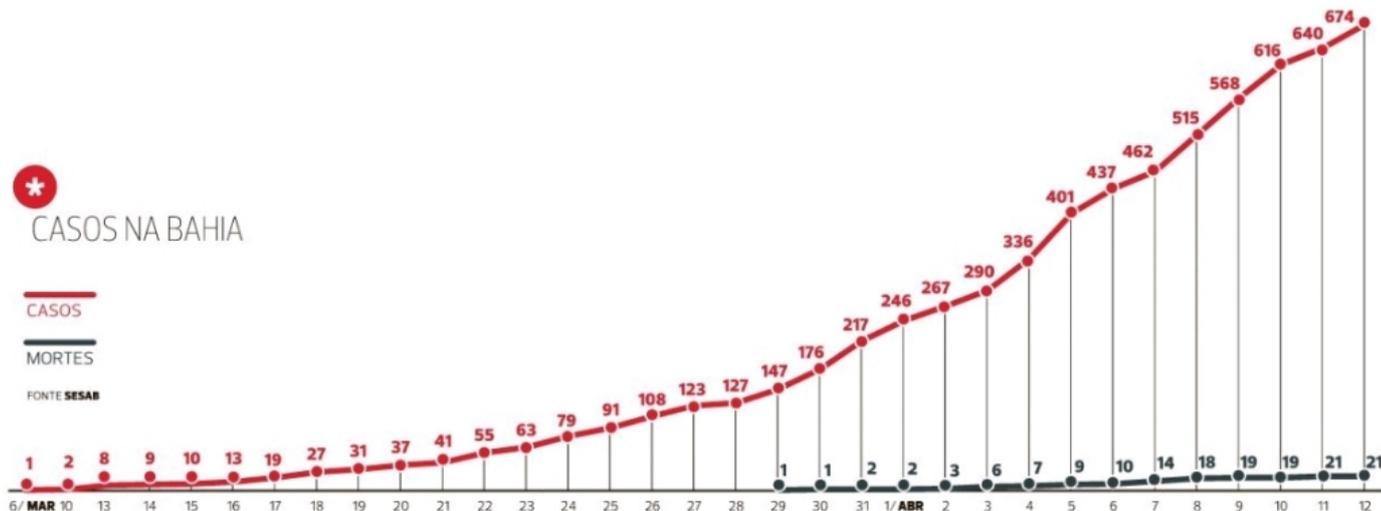


CASOS NA BAHIA

CASOS

MORTES

FONTE SESAB



Municípios com casos confirmados receberão testes rápidos

Mais de 60 cidades baianas que já registraram casos de coronavírus receberam testes rápidos. A informação foi divulgada no sábado pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesab).

De acordo com o órgão estadual, por determinação do Ministério da Saúde, os 31 mil testes rápidos que foram adquiridos pelo governo federal devem ser destinados a trabalhadores das áreas da Saúde e da Segurança Pública, além de pessoas que moram no mesmo imóvel que esses profissionais e tenham

quadro gripal.

“A Bahia solicitou a ampliação desse público-alvo, mas o acréscimo de outros grupos populacionais está subordinado à capacidade operacional de produção, aquisição e distribuição do Ministério da Saúde”, afirmou o secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas.

No caso específico dos profissionais da Segurança Pública, os exames serão destinados a comprovar se os servidores estão curados da Covid-19 e podem voltar ao trabalho, segundo o dire-

tor de Atenção Básica da Sesab, Cristiano Sóster.

“A lógica que o Ministério da Saúde está utilizando é a de que o profissional da Segurança Pública vai ficar de quarentena e, 72 horas após o desaparecimento dos sintomas, o teste será aplicado para sabermos se ele está curado ou não, a fim que de ele possa voltar à atividade sem contaminar ninguém”, disse o diretor.

De acordo com a nota técnica nº 11/2020 do Ministério da Saúde, o resultado do teste sai em 15 minutos. O

exame deve ser realizado respeitando duas condições: em profissionais de saúde e segurança pública, eles devem ter o mínimo de sete dias completos desde o início dos sintomas de Síndrome Gripal e mínimo de 72 horas assintomático; já para as pessoas com diagnóstico de Síndrome Gripal que moram na mesma casa de um profissional de saúde ou segurança em atividade, ela deve ter o mínimo de sete dias completos desde o início dos sintomas do quadro gripal.

31

Mil testes rápidos serão destinados a trabalhadores da saúde e da segurança



REPRODUÇÃO
Hospital Municipal de Itamaraju atende pacientes de diversos municípios da região do extremo-sul da Bahia

Itamaraju recusa UTIs do governo

Eduardo Dias*
REPORTAGEM
eduardo.sousa@redabahia.com.br

Leitos seriam implantados em hospital municipal

Salvador é a principal referência para o tratamento de casos graves da Covid-19 na Bahia. No entanto, a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) instalou, em hospitais no interior, centros de classificação, triagem e estabilização de pacientes suspeitos da doença, que servirão tanto

como unidades de retaguarda, quanto de referência secundária durante a pandemia. A única cidade a recusar a instalação dos leitos foi Itamaraju, no extremo-Sul, porque a prefeitura não aceitou o fechamento completo do único hospital do município. Esta era uma exigência do estado para atendimento prioritário do coronavírus na região.

A Sesab iria instalar 20 leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) no Hospital Municipal de Itamaraju e transformá-lo em um dos centros de referência e retaguarda para o tratamento da covid-19 no interior. Dados da pasta apontam que a Bahia tem pelo menos 19 hospitais que são referência para tratamento de pacientes com Covid-19 e que, juntos, somam 175 leitos de UTI adulto e 10 de UTI pediátrica. Com ampliações e reformas, serão criados mais 640 leitos de UTI adulto.

Mas, para isso ocorrer, a prefeitura local teria que renunciar da utilização do único centro médico da cidade, para evitar que pacientes infectados com o coronavírus tivessem contato com outros de outras doenças no mesmo hos-



“Eu espero que o prefeito não precise se arrepender, caso pessoas venham a morrer no seu município nos próximos dias **Fábio Vilas-Boas**

Secretário da Saúde da Bahia



“Argumentei que não tinha como fechar o hospital, mas que precisamos da ajuda do governo para dar segurança ao nosso povo **Marcelo Angênicia**

Prefeito de Itamaraju

pital, o que aumentaria a possibilidade de disseminação da doença. O governo iria assegurar a aquisição de equipamentos, insumos e equipes para o hospital, mas, apesar das tratativas, o prefeito Marcelo Angênicia (PSDB) optou por recusar a oferta.

Com a recusa do prefeito, a Sesab informou que irá avaliar se vai desistir da instalação dos leitos na cidade, ou se irá retomar as negociações com a prefeitura em outro momento. Ao CORREIO, a assessoria da pasta adiantou que, a priori, os leitos não serão mais instalados em Itamaraju.

REFERÊNCIA

O Hospital de Itamaraju é responsável por atender também a população dos municípios vizinhos de Prado e Jucuruçu. Segundo a prefeitura, no último ano, o hospital realizou 77.454 pronto-atendimentos, 1.096 partos, 1.257 cirurgias e 3.710 internamentos, além de quase 2.000 exames diversos.

Atualmente, a unidade conta com sete leitos de tratamento semi-intensivo, cada um com seu respectivo respirador. Desses, quatro estão dedicados exclusivamente a pacientes com coronavírus, em ala separada na unidade. Outros quatro respiradores serão utilizados para ampliar a estrutura.

Em nota, divulgada na último sábado, o governo do estado disse que a implantação de 20 leitos de UTI para a Covid-19 no Hospital Geral de Itamaraju havia sido combinada entre o prefeito Marcelo Angênicia (PSDB), o governador Rui Costa e o secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas em reunião por telefone, na última quinta-feira (9). Quando os técnicos da Sesab chegaram ao local na Sexta-feira Santa, para vistoriar a unidade, o prefeito voltou atrás na sua palavra e impediu que os leitos de UTI fossem montados.

Em vídeo direcionado aos cidadãos de Itamaraju, Vilas-Boas disse: “A prefeitura enviou carro para receber a equipe e, surpreendentemente, fomos recebidos por manifestantes contrários à instalação dos leitos e também pela manifestação pública do prefeito sendo contrário a tudo o que tinha sido acordado com o governador”, narrou. O governo informou que o hospital é uma das maiores unidades da região e parte dela está ociosa.

*COM SUPERVISÃO DO EDITOR WLADIMIR LIMA

Prefeito diz que hospital oferece atendimento em diversas áreas

Em carta aberta destinada à população, divulgada ontem, o prefeito de Itamaraju, Marcelo Angênicia, afirmou que o fato de a prefeitura não ter aceitado os leitos do governo seria porque a unidade presta serviços essenciais para diversas demandas da região, como partos, serviço de urgência e emergência em cirurgia ge-

ral, obstetrícia, ortopedia e urologia.

Na carta, o gestor diz que o momento exige de todas medidas energéticas no enfrentamento à pandemia e que ele possui dupla responsabilidade, por ser médico e prefeito.

“Desde o primeiro momento, adotei todas as providências necessárias à ade-

quação do Hospital Municipal, único que atende à população de Itamaraju, para melhor atender o nosso povo, que certamente será atingido por esse vírus que já se espalhou por todo o mundo”, diz ele, em um trecho da carta publicada em uma rede social.

“Estou aberto ao diálogo com o governo do Estado a

77.454

pronto-atendimentos e 1.096 partos foram realizados pelo hospital em 2019

fim de encontrar uma solução viável e me disponho a ajudar no que for preciso no combate ao coronavírus. Um documento com novas propostas será encaminhado ao governador, a fim de assegurar que tanto Itamaraju, quanto os demais municípios da região, possam ser estruturados para enfrentar a pandemia”, diz o prefeito.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 12/04/2020	Página:

Correio*

ALBA VOTA PL CONTRA COVID-19 NO FIM DE SEMANA

SESSÃO VIRTUAL Os 63 deputados da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) vão votar dois projetos de lei encaminhados pelo governo do estado em caráter extraordinário, neste final de semana. As matérias tratam de assuntos relacionados ao combate do novo coronavírus e a sessão será realizada de forma online. Existe entendimento entre os líderes do governo e da oposição na Casa para que as duas pautas sejam aprovadas. Um dos projetos determina que as empresas que estiverem em atividade durante a pandemia sejam obrigadas a fornecer equipamentos de proteção para os funcionários, como máscaras, sem custo para o trabalhador.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 12/04/2020	Página:

Correio*

24H ECONOMIA

Guedes prevê queda de até 4% do PIB do país este ano

RECESSÃO Em videoconferência com senadores na última quinta-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, citou a possibilidade de o Produto Interno Bruto (PIB) recuar até 4% em 2020, conforme uma fonte ouvida pela reportagem. Isso poderia ocorrer, na avaliação do ministro, se a paralisia provocada pela pandemia do novo coronavírus se estender, após julho, por mais três ou quatro meses.

Durante a conversa, Guedes foi questionado seguidamente por senadores a respeito da duração e dos impactos da Covid-19 sobre o PIB. O ministro lembrou que, na atual conjuntura, é difícil estimar até quando durará o isolamento social, que tem travado a economia, e mesmo todo o impacto sobre a atividade. No entanto, segundo autoridades sanitárias, incluindo o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde o isolamento social é a melhor forma de evitar a propagação do novo coronavírus.

Guedes reconheceu, conforme a fonte, que o PIB pode recuar 1,5%, se o isolamento não durar tanto, ou cair 4%, se a paralisia econômica for muito além de julho.

Tanto o Ministério da Economia quanto o Banco Central têm citado a dificuldade de se estimar com precisão, neste momento, qual será de fato o impacto da pandemia sobre o PIB. Em seus documentos oficiais mais recentes, os dois órgãos do governo citaram projeção de PIB zero em 2020. Mas o presidente do BC, Roberto Campos Neto, já reconheceu publicamente que a estimativa está defasada e que a economia deve recuar este ano.

No Relatório de Mercado Focus do Banco Central, a estimativa para 2020 é de retração de 1,18% no PIB

Correio*

CMN AUTORIZA RENEGOCIAÇÃO DE CRÉDITO RURAL

CRISE O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a renegociação e a prorrogação de pagamento de crédito rural para produtores afetados pela seca e por dificuldades de comercialização em razão das medidas de isolamento social, necessárias para o enfrentamento da pandemia. O CMN também autorizou os bancos a prorrogarem o pagamento de crédito de custeio e de investimento aos produtores rurais.

FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DESACELERA

RETRAÇÃO O faturamento da indústria sofreu uma desaceleração em fevereiro. O aumento de 0,2% em relação a janeiro é baixo na comparação da alta de 2,3% registrada de dezembro para janeiro, informou a CNI. Apesar da desaceleração, em relação ao mesmo mês de 2019, o índice de crescimento em fevereiro ficou em 0,9%. A Utilização da Capacidade Instalada registrou alta de 1,2 ponto percentual.

Veículo: Correio*

Data: 12/04/2020

Caderno:

Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



DURANTE TODO ESSE MÊS ELE [O PRESIDENTE] FRITOU EM PÚBLICO O MINISTRO DA SAÚDE

Os 30 dias que abalaram o Brasil

Quando o Brasil atravessou ontem a fronteira dos mil mortos por Covid-19 o presidente Jair Bolsonaro saiu para passear novamente. Foi a uma padaria, a uma farmácia, passou pelo Hospital das Forças Armadas onde, disse aos jornalistas, foi fazer teste de gravidez. Ele é coerente. Tem tratado a pandemia com a displicência de sempre. Seus atos e palavras nos últimos trinta dias mostram a constância da mensagem contra o isolamento social e as recomendações das autoridades de saúde.

No dia 10 de março, na viagem aos Estados Unidos, para uma plateia de empresários, Bolsonaro disse "a questão do coronavírus não é isso tudo isso que a grande mídia propaga" e que muito era "fantasia". Na volta descobriu-se que na co-

mitiva havia 23 infectados.

No domingo, dia 15, ele foi à manifestação contra o Congresso e o Supremo, cumprimentou inúmeros manifestantes, desprezando os cuidados para prevenir o contágio. O comportamento mostrava desprezo às orientações médicas, e o ato era um desprezo à democracia. Ele compartilhou vídeos de manifestantes de várias partes do Brasil exibindo faixas que não deixavam dúvidas sobre a natureza antidemocrática das mensagens.

No dia 17 houve a primeira morte confirmada por coronavírus, Rio de Janeiro e São Paulo decretaram emergência. E ele: "A economia estava indo bem, mas esse vírus trouxe alguma histeria. Existem alguns governadores que estão tomando medidas que vão prejudicar

nossa economia". No dia seguinte, ele disse que não haveria colapso na saúde e chamou o governador João Dória de "lunático".

Defendeu a cloroquina que deveria, segundo prescreveu, ser distribuída para todos os infectados. Depois em um pronunciamento no dia 19 ele pediu o fim do confinamento, acusou governadores de histeria, pediu a volta das aulas porque "raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos" e completou: "pelo meu histórico de atleta, caso eu fosse infectado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido de uma gripezinha, um resfriadinho". Uma fala reveladora de que ele não pensa no que pode acontecer ao país, mas apenas com ele mesmo.

Bolsonaro mostrou nesse um mês – do dia 10 de março ao dia 10 de abril – várias vezes, desprezo pela vida humana. No dia 26, ao chegar no Alvorada, debochou: "o brasileiro tem que ser estudado, ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha tá certo?".

No dia seguinte disse "algumas mortes terão, paciência". E depois, em entrevista ao José Luiz Datena, "alguns vão morrer? Vão, ué. Essa é a vida". Em seguida, no dia 30, no mesmo trópego linguajar, "vocês acham que gente morrerão? Vai morrer gente".

No dia 31 ele voltou à televisão para outro pronunciamento e alguns se iludiram com uma suposta mudança de tom. Houve aqui e ali alguma frase que refletia a realidade, como a de que "esse é o maior desafio da nossa geração".

Foram trechos inseridos pelos conselheiros militares do presidente que passaram o dia tentando salvar o pronunciamento que pela manhã ele prometera fazer. Seu objetivo era distorcer as palavras do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde.

No dia primeiro de abril, em mais um ato da sua campanha

de acusar os governadores pela crise econômica, ele postou um vídeo que transmitia uma informação falsa de desabastecimento na Ceasa de Belo Horizonte. No mesmo dia, comparou o coronavírus à chuva. "Você vai se molhar, mas não vai morrer afogado".

Depois de tantas palavras de menosprezo à vida, é difícil acreditar na sinceridade do que ele disse em novo pronunciamento esta semana, quando se solidarizou com as famílias das vítimas.

De novo, o objetivo era defender a cloroquina, usando o argumento de que o médico Roberto Kalil a usara.

Durante todo esse mês ele fritou em público o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, desautorizando diariamente tudo o que ele recomenda e todos os alertas que ele faz.

Nesse mês em que o Brasil entrou em espiral de infectados e mortos e se assusta com a dimensão ainda desconhecida da pandemia, tudo o que o presidente da República fez foi brigar com governadores, minar seu ministro, ficar de picuinhas, receitar remédio duvidoso. Na crise, Bolsonaro provou que não sabe exercer o cargo de presidente da República.

Correio*

RECURSOS

4B|

de reais foram liberados ontem pelo Ministério da Saúde, para ajudar estados e municípios brasileiros a enfrentarem crise provocada pelo avanço do coronavírus no Brasil

703,6M|

de reais já foram gastos pelo governo brasileiro com dispensa de licitação, em 997 operações, num esforço do poder público para acelerar medidas necessárias ao combate à pandemia na área de saúde do país

Auxílio emergencial foi pago para 2,5 milhões

AJUDA Cerca de 2,5 milhões de pessoas receberam ontem a primeira parcela do auxílio emergencial de R\$ 600. Na terça-feira, será feito o pagamento da primeira parcela para mais 3,5 milhões de pessoas, informou o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, em transmissão ao vivo para anunciar novas medidas relacionadas ao crédito imobiliário.

Dos 2,5 milhões com o crédito na conta hoje, 2 milhões receberam os recursos na Caixa e cerca de 500 mil no Banco do Brasil. A Caixa iniciou o pagamento para quem já está inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e tem conta em um dos dois bancos públicos. Os demais trabalhadores têm que se cadastrar no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site Auxílio Caixa e começarão a ser pagos até o dia 14.

O auxílio emergencial é de R\$ 600 para trabalhadores informais, ou de R\$ 1,2 mil para mães solteiras

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 12/04/2020	Página:

Correio*

Imóvel novo: Caixa dá carência de seis meses

MERCADO A Caixa Econômica Federal anunciou ontem uma injeção adicional de R\$ 43 bilhões para o setor imobiliário. Desta vez, o dinheiro será usado em linhas que visam a irrigar o caixa de construtoras, evitando paralisações de obras e demissões. Outra meta é facilitar a vida do cliente que está prestes a comprar um novo imóvel, com a oferta de carência de até 180 dias para início do pagamento. As novas modalidades estarão disponíveis a partir de segunda-feira.

Com os R\$ 43 bilhões das medidas anunciadas ontem, o banco público soma R\$ 154 bilhões em crédito liberado após o início da crise

do novo coronavírus. Do total das linhas anunciadas em meio à crise, a Caixa liberou cerca de R\$ 35 bilhões.

As medidas voltadas ao mercado imobiliário, segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, visam à preservação de 1,2 milhão de empregos. "Se necessário, vamos ampliar as linhas de crédito. O foco é ajudar construtoras, mas não aceitaremos demissão", disse

Veículo: Correio*

Data: 11/04/2020

Caderno:

Página:

Correio*

24h

BRASIL

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

RECADO DADO

A mineração precisa se preparar para o pós crise. Este foi o recado que Antonio Carlos Tramm, presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), passou para o ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e mais 30 entidades ligadas ao setor. “Ficam falando em fazer mineração em terra indígena, que é algo que vai demandar muita discussão, e deixam de fazer onde já se tem minério e já está tudo pronto para retirar-lo do solo”, disse em uma reunião virtual no último domingo. A observação de Tramm foi direcionada para a região Sudoeste da Bahia, onde a Bamin tem ferro a perder de vista e uma mina pronta para ser explorada, além de outros projetos em diferentes estágios de andamento. Juntos, podem levar Caetité e cidades vizinhas a produzirem mais de 40 milhões de toneladas de minério em um futuro próximo. Falta só a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) que, sabe-se lá porque, o governo federal vive adiando a licitação. As palavras de Tramm surtiram efeito e o Ministério de Minas e Energia incluiu a Fiol em sua lista de projetos estratégicos para o setor mineral brasileiro.

OLHA A CONTA

O presidente da CBPM Antonio Carlos Tramm usa um cálculo simples para demonstrar a importância da Fiol para a economia brasileira. Com o preço do minério de ferro em torno de US\$ 90 por tonelada e a Cfem, royalty do setor mineral, para o ferro em 3,5%, a produção na região Sudoeste vai render por ano mais de R\$ 500 milhões. Isso sem contar o consumo de produtos e a movimentação econômica gerada pela massa de salários. É muita coisa, mas falta a estrutura de escoamento, lembra Tramm.

●● Ficam falando em fazer mineração em terra indígena, que é algo que vai demandar muita discussão, e deixam de fazer onde já se tem minério e já está tudo pronto para retirar-lo do solo

Antonio Carlos Tramm

Presidente da CBPM

Obra em andamento

De acordo com a Valec, empresa federal responsável pelo projeto, os 537,2 quilômetros do primeiro trecho da Fiol – entre as cidades baianas de Ilhéus e Caetité – estão 73,6% concluídos. A ferrovia completa deverá ter 1.022 quilômetros, ligando o litoral sul baiano à cidade de Figueirópolis, em Tocantins. O governo baiano apresentou o projeto a investidores chineses, que demonstraram interesse em investir na linha. Mas o problema é que a licitação prevista para o final do ano passado foi adiada para o último mês de março. No dia 22, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, informou à Agência Infra que a crise do coronavírus deverá atrasar as licitações do setor. Além disso, o projeto da Fiol está parado no TCU, aguardando análise técnica.

73,6

por cento das obras do primeiro trecho da ferrovia já estão concluídas

E a ponte?

Outro investimento de infraestrutura na Bahia impactado pela crise do coronavírus é a Ponte Salvador-Itaparica. Primeiro, os chineses ficaram isolados lá e agora estamos todos isolados do lado de cá. Ainda assim, o governo baiano garante que o contrato de licitação com o consórcio vencedor será assinado até o final deste mês, portanto dentro do prazo previsto. Segundo informações do governo baiano, equipes técnicas da Bahia e da China têm tratado desde janeiro de questões como áreas dos canteiros de obra, licenças ambientais e a apresentação de uma prévia do cronograma de construção.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 11/04/2020	Página:

Correio*

SAFRA DE GRÃOS DA BAHIA TERÁ ALTA DE 5% ESTE ANO

AGRONEGÓCIO A terceira estimativa para a safra baiana de grãos em 2020 prevê, em março, uma produção de 8.700.531 toneladas neste ano. Isso representa um aumento de 5% (ou mais 416.871 toneladas) em relação à safra de 2019 (8.283.660 toneladas). A previsão de março está 1% menor que a de fevereiro, quando a estimativa para o ano era de uma safra de 8.785.931 toneladas no estado. Os dados foram divulgados, ontem, pelo IBGE.

BRASÍLIA O governo federal ainda não conseguiu cumprir a promessa de liberar emendas parlamentares para o combate à pandemia do novo coronavírus. Dos R\$ 8 bilhões anunciados pelo presidente Jair Bolsonaro há 20 dias, apenas R\$ 1,47 bilhão (18%) têm alguma destinação prevista e só R\$ 119 milhões (1,5%) saíram dos cofres públicos até agora.

Na ocasião, a Secretaria de Governo da Presidência da República, órgão responsável por organizar estes pagamentos, informou que toda a quantia estaria disponível até o fim de março. Agora, a justificativa apontada pelo Palácio do Planalto é a burocracia. Enquanto isso, prefeitos aguardam o dinheiro para comprar equipamentos e insumos médicos.

As emendas parlamentares são indicações feitas por deputados e senadores de como o governo deve gastar parte dos recursos previstos no Orçamento. Incluem desde dinheiro para obras de infraestrutura, como a construção de uma ponte, até valores destinados a programas de saúde e educação.

Governo libera só 1,5% das emendas para a Covid-19

119MI

em emendas liberadas até agora pelo governo federal. A maioria dos recursos foi para o Maranhão

1,47

bilhão foi o valor empenhado até agora para repasse aos municípios

Os parlamentares costumam privilegiar seus redutos eleitorais. O cronograma destes pagamentos, no entanto, depende do governo federal. Com a crise da covid-19, Bolsonaro fez um acordo com o Congresso para priorizar as transferências vinculadas ao Ministério da Saúde e direcionar o montante diretamente para o combate à doença.

O acordo foi anunciado pelo presidente no dia 20 de março, durante videoconferência com empresários. Além disso, o Planalto abriu a possibilidade de os parlamentares mudarem suas indicações - feitas no ano passado, antes da crise - e destinar mais recursos para o enfrentamento do coronavírus. Neste ano, cada deputado ou senador apresentou R\$ 15,9 milhões em emendas, sendo necessariamente 50% para a saúde.

Segundo informações disponíveis no Siga Brasil, sistema do Senado para acompanhar a execução do Orçamento, dos R\$ 7,42 bilhões em emendas previstos para a saúde, o governo conseguiu empenhar R\$ 1,47 bilhão até a terça-feira passada - dado mais atualizado. O empenho é o primeiro estágio para o pagamento, uma espécie de reserva do valor no orçamento.



ARISSON MARINHO

Gabriel Amorim

REPORTAGEM
gabriel.amorim@redabahia.com.br

O problema é que o coronavírus se espalha mais rapidamente

Foram 19 mortes desde que a covid-19 fez a sua primeira vítima na Bahia, há menos de duas semanas, no final do mês de março. Nos 12 últimos dias, homens e mulheres entre 28 e 96 anos morreram vítimas da doença no estado. Em comparação, o novo coronavírus já matou mais que o H1N1, que durante todo ano de 2019 vitimou 13 pessoas na Bahia.

Este ano, os registros contam três vítimas da doença, número que representa 15% das vítimas de coronavírus em menos de um mês. No total, foram 87 casos notificados da Influenza A H1N1 em 2019, e 48 casos já registrados de janeiro a março.

No caso do novo coronavírus, de acordo com o boletim mais recente divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, já foram contabilizados 515 casos confirmados da covid-19.

É certo que o status de pandemia que tomou conta do planeta para o novo vírus contribui para que os números sejam mais altos. Iniciada na China no final de dezembro do ano passado, a doença vem se alastrando por cerca de 180 países ou regiões até agora, em 100 dias.

O CORREIO conversou com infectologistas para entender as razões da disparidade entre o H1N1 e o coronavírus. A principal delas: existe vacina para a gripe, mas



ARISSON MARINHO / ARQUIVO CORREIO

Corona já é mais letal que o H1N1

●● O H1N1 tem vacina e com a população protegida o número de casos é menor. Isso não existe com um vírus novo, então todos estamos expostos, qualquer um pode ser infectado
Clarissa Ramos
infectologista

não ainda para o coronavírus. Segundo os órgãos de saúde, a previsão é que isso aconteça em um ano.

“No caso da H1N1, se trata de um vírus já conhecido e são feitas campanhas de vacinação. Então, com uma boa parte da população vacinada, protegida, naturalmente o número de casos é menor. Isso não existe para um vírus novo como é o caso do coronavírus, então todos estamos expostos, qualquer um pode ser infectado”, explica a médica infectologista Clarissa Ramos.

O infectologista e professor da Universidade do Estado da

Bahia (Uneb) e da UniFTEC Claudilson Bastos explica, inclusive, que a campanha de vacinação para o vírus Influenza foi antecipada, este ano, justamente para ajudar no controle. “A vacina tem uma validade de um ano, então as pessoas estão protegidas. Por isso também, nesse momento foi recomendado fazer a vacinação com antecedência para que não houvesse nenhum tipo de confusão com a H1N1”, explica.

Outra razão que contribui para um maior espalhamento da covid-19 diz respeito à taxa de contaminação do vírus, ou seja, para quantas pessoas

óbito 3 pessoas
O Hospital Couto Maia é referência no atendimento de pessoas infectadas com o novo coronavírus na Bahia

COMPARATIVO

48

casos notificados de H1N1 nos três primeiros meses de 2020

515

casos confirmados de covid-19 no mesmo período de tempo

19

mortes causadas pelo novo coronavírus de janeiro a março

3

mortes de H1N1 no mesmo período de tempo na Bahia

saudáveis uma pessoa infectada pode transmitir a doença. No caso do novo vírus, essa taxa varia de 2 a 3 pessoas e vai crescendo exponencialmente. Essa taxa foi menor no surgimento de outros vírus similares. “Esse número depende muito de cada vírus, e da capacidade dele de se adaptar ao corpo humano. Quanto melhor for essa adaptação mais o vírus consegue se espalhar”, explica Clarissa.

Apesar dos altos números para a covid-19, no que diz respeito à taxa de mortalidade - obtida quando o número de casos é comparado ao número de óbitos - as duas doenças têm números próximos e não atingem 10%. Até aqui, na Bahia, a taxa para o novo coronavírus (comparando os 515 casos e 19 mortes) é de 3,6%. Para os números de H1N1 desse ano, (48 casos e três mortes), a taxa é de 6,2%.

FUTURO

Quando o assunto é o futuro, e o que vai acontecer quando passar o estado de pandemia da nova doença, mais uma semelhança. Nos próximos anos, o vírus que hoje é novo e preocupa tanto vai se tornar o que se chama de vírus endêmico: periodicamente novos casos serão notificados com números que serão naturalmente menores.

“Com o passar do tempo, mais pessoas tendo sido infectadas e se curado, serão mais pessoas que vão ter anticorpos para a doença e o número de expostos a pegar a doença acaba diminuindo”, explica Ramos. “Como todo vírus, a partir de um determinado momento, esse vírus passa a fazer parte da vida humana. E assim foi com outras doenças, inclusive a H1N1. É um ciclo natural”, completa Bastos.

●● Como todo vírus, a partir de um determinado momento, esse vírus passa a fazer parte da vida humana. E assim foi com outras doenças, inclusive a H1N1. É um ciclo natural
Claudilson Bastos
infectologista e professor

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Economia

09/04/2020 16:00

Em março, IBGE estima crescimento de 5% da produção de grãos na Bahia para 2020

O terceiro Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de março, estimou a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas para este ano em torno de 8,7 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 5,0% na comparação com 2019. Em fevereiro, o levantamento apontava uma produção total de 8,8 milhões de toneladas.

Em relação à área plantada, o IBGE projeta uma ligeira retração de 0,7% na comparação anual, registrando uma extensão de cerca de 3,1 milhões de hectares. As informações, divulgadas nesta quinta-feira (9), foram sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

“Esta é uma estimativa positiva para a Bahia, com expansão significativa da nossa lavoura, o que revela a eficiência das políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado no estímulo à nossa produção agrícola. Destaque para as lavouras de soja, milho, feijão, cacau, café, tomate e cebola, cuja estimativa aponta crescimento em comparação a 2019”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

A produção de soja, lavoura cuja colheita já está em andamento, continuou estimada em 5,5 milhões de toneladas, em área plantada de 1,6 milhão de hectares, o que resulta numa expansão de 4,0% em comparação com o volume produzido na safra anterior.

A estimativa para a safra de milho foi mantida em 1,9 milhão de toneladas, plantadas em 593,5 mil hectares, representando uma alta de 14,8% em relação a 2019. A primeira safra do cereal deve ser responsável por 1,5 milhão de toneladas, em 363,5 mil hectares. Por sua vez, a expectativa para a segunda safra da lavoura é de 359 mil toneladas plantadas em 230 mil hectares.

A previsão para o feijão também foi mantida, sendo estimado um total de 321 mil toneladas, superando em 10,7% a produção de 2019. A área plantada totaliza 456 mil hectares. A principal contribuição virá da segunda safra cujo volume estimado é de 184,2 mil toneladas, o que representa uma alta de 56,6% na comparação anual.

O algodão teve sua estimativa revisada de 1,5 milhão para 1,4 milhão de toneladas, representando uma queda de 7,6%, em relação à safra anterior. A área plantada também foi revista, passando a ser projetada em 315 mil hectares, correspondendo a um recuo de 5,1% na mesma base de comparação.

A produção de cacau foi novamente revisada para cima, ficando estimada em 122 mil toneladas este ano, correspondendo a uma alta expressiva de 16,2% na comparação com 2019. Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estima uma produção de 4,0 milhões de toneladas, projetando uma retração de 3,9% em relação à safra anterior.

A expectativa para a produção total de café manteve-se estável em 181 mil toneladas. A safra do tipo arábica está projetada em 74,3 mil toneladas, o que representa uma variação anual de 2,6%. A safra do canephora está estimada em 106,6 mil toneladas, correspondendo a um recuo de 1,4%, na comparação com 2019. Por sua vez, as lavouras de banana, laranja e uva apresentaram estimativas de queda respectivamente de 12,9%, 0,7% e 21,8% em relação à safra anterior.

Outras lavouras temporárias

As projeções indicam uma produção de mandioca de 963 mil toneladas, mantendo-se estável em relação à safra passada. A produção de cebola deve encerrar o ciclo com alta de 3,9% em relação à colheita anterior, totalizando 302,4 mil toneladas. A estimativa para o tomate também se manteve positiva, podendo alcançar 284,8 mil toneladas, que corresponde a uma expansão de 3,3% sobre a safra de 2019.

Fonte: Ascom/SEI

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo
09/04/2020 14:30

Governador anuncia recurso para garantir alimentação de alunos da rede pública

O Governo do Estado vai encaminhar à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nesta quinta-feira (9), um projeto de lei para acrescentar um valor extra aos beneficiários do programa Bolsa Família. O dinheiro servirá para garantir o acesso à alimentação dos estudantes da rede pública cujas famílias já estão cadastradas no Bolsa Família e, ao mesmo tempo, evitar as aglomerações para entrega de itens como cestas básicas.

A medida foi anunciada pelo governador Rui Costa durante entrevista coletiva, nesta quinta (9), realizada por meio das redes sociais, acompanhado dos secretários estaduais da Saúde, Fábio Vilas-Boas, e de Ciência, Tecnologia e Inovação, Adélia Pinheiro.

Rui explicou que já havia encaminhado ao Ministério da Educação, responsável pela verba da merenda escolar, uma solicitação para utilizar os recursos. "Queríamos saber se poderíamos utilizar de imediato, mas eles disseram que ainda precisa da regulamentação da medida que autoriza o uso dos recursos. Independentemente disso, resolvemos mandar um projeto de lei para a Assembleia porque não queremos entregar cestas básicas fisicamente".

A proposta é que os recursos sejam pagos com o mesmo cartão do Bolsa Família. O mecanismo de pagamento já está sendo viabilizado pelo Estado, junto ao Governo Federal e Caixa Econômica.

Obrigatoriedade das máscaras

Outro projeto de lei do Governo do Estado vai determinar que estabelecimentos privados e públicos, em funcionamento, assegurem máscaras para seus funcionários em serviço e fiscalizem o uso do material. O projeto, que também será enviado à Alba nesta quinta (9), engloba todos os estabelecimentos industriais e comerciais. Com a nova lei, o uso deixará ser opcional e passará a ser obrigatório.

Segundo o governador, o empregador também será responsável por fiscalizar o uso do equipamento pelos funcionários. As penas previstas para quem descumprir a medida são o pagamento de multa e até fechamento do estabelecimento.

Monitoramento via aplicativo

Durante a entrevista, Rui e os secretários explicaram sobre o aplicativo Monitora Covid-19, lançado nesta quinta (9). Desenvolvido Secti e Sesab, em parceria com a FESF-SUS, o aplicativo permite ao internauta acessar informação segura e de qualidade e ter o acompanhamento do seu estado de saúde.

Serão solicitadas informações sobre a saúde do internauta e, caso seja identificado o risco, um médico entrará em contato em até 24 horas, pelo celular, orientando as medidas para o autocuidado, que devem ser adotadas no próprio domicílio, evitando que o paciente se dirija a uma unidade de saúde e se exponha sem que haja a real necessidade.

O governador pediu à população para baixar o aplicativo, fornecer as informações e, desta forma, garantir que o governo tenha uma visão mais ampla do quadro da doença no estado. Ele também chamou a atenção dos jovens para ajudar as pessoas mais velhas ou que tenham dificuldade no uso da tecnologia.

Para localizar o aplicativo, é preciso fazer a busca digitando 'monitoracoronav', com as duas palavras juntas, e fazer a seleção do aplicativo 'Monitora Covid-19', de cor azul, de autoria do 'Governo da Bahia', ou acessar diretamente este [link](#). O app já está disponível para celulares Android e, em breve, para aparelhos com sistema operacional IOS.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Secom - Secretaria de Comunicação Social
3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB
CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia
Tel: +55 (71) 3115-9249
[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria](#).



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 13/04/2020	Página: 02

Tribuna

Transporte complementar

Presidente da Comissão Especial para Regulação do Transporte Complementar na Bahia, o deputado estadual Robinson Almeida (PT), solicitou, através de Indicação apresentada na Assembleia Legislativa, que o diretor executivo da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), Carlos Henrique Martins, suspenda a cobrança de taxas, tarifas e multas dos permissionários do transporte complementar no estado enquanto durar a proibição de circulação dos veículos que compõem a frota desta modalidade de transporte, em decorrência da pandemia do Coronavírus. O parlamentar argumenta que a medida é necessária em virtude das medidas restritivas a circulação de veículos e relativas ao isolamento social que impossibilitam esses trabalhadores de garantir sua renda e cumprir com compromissos financeiros junto à autarquia.

Filantrópicas

O deputado federal João Roma (Republicanos) classificou como fundamental a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que prevê a transferência de R\$ 2 bilhões da União para santas casas e hospitais filantrópicos. Os recursos são destinados a uma ação emergencial e coordenada no combate à pandemia do coronavírus. O projeto, que já havia sido aprovado pelo Senado, contou com o apoio de todos os partidos na Câmara. O texto segue agora para sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro. Como líder em exercício do Republicanos, Roma orientou a bancada do partido ao voto contrário às emendas que travavam o andamento do projeto e defendeu celeridade para que a medida fosse aprovada.

Tribuna

A incerteza de até quando vai durar a pandemia do coronavírus e, consequentemente, o isolamento social é a principal ameaça hoje para os empresários. Essa é a avaliação do economista ligado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio), Guilherme Dietze. Em entrevista à Tribuna, o especialista afirma que não é possível, no momento, fazer projeções para o futuro porque as estimativas para o tempo de duração da crise ainda são difusas. "Quando o empresário pelo menos tem uma noção de um horizonte negativo, ele consegue montar sua estratégia. O problema é que o horizonte é incerto. Ele não sabe se serão três semanas de fechamento ou quatro meses. Então, a incerteza é o que cria toda a instabilidade, a cautela, a não fazer nenhum movimento. Por isso tanto as famílias, quanto os empresários, não estão fazendo nenhum movimento porque ninguém sabe qual será o período", avalia. Para ele, o ano de 2020 já está perdido economicamente e a economia só voltará a crescer a partir de 2022. Dietze afirma que o esforço para reconstruir o país passará pelas medidas que serão implementadas pelo Governo Federal, como a desburocratização da economia, e também pelos passos adotados pelo empresariado, como a renegociação de dívidas. Ele lembra que a Bahia, que já sofre com o desemprego e com a renda média baixa, terá um desafio redobrado durante a crise. Ele também avaliou as perdas acarretadas pelo cancelamento dos festejos juninos no Estado: "Fiz um cálculo do impacto no comércio varejista do estado e em setores que são mais ligados a oferta, como vestuário, roupas, calçados e acessórios. Na segunda quinzena de junho, a estimativa de perda é de R\$ 275 milhões. Uma queda de renda de 23%", disse.



GUILHERME DIETZE avalia que a incerteza de até quando vai durar a pandemia do coronavírus é a principal ameaça hoje para os empresários

ENTREVISTA

GUILHERME DIETZE

Incerteza é maior desafio econômico durante pandemia, avalia economista

Tribuna da Bahia - Qual é a sua percepção sobre a crise atual provocada pelo novo coronavírus?

Guilherme Dietze - É um momento de muita cautela, de muita preocupação, por conta das consequências. Primeiro porque é um evento sem precedentes. Muitos comparam com a Gripe Espanhola do século passado. Mas, assim, são conjunturas completamente diferentes em termos de comunicação e estrutura de sociedade. Não dá para fazer comparação. É um evento inédito. Os impactos são drásticos na economia porque paralisou completamente o sistema de produção mundial. Teve a restrição das indústrias, do comércio, dos serviços, do setor aéreo, do deslocamento e da conectividade. Isso vai ter um impacto imenso no PIB. O mais problemático de tudo não é nem o fato da crise. Quando o empresário pelo menos tem uma noção de um horizonte negativo, ele consegue montar sua estratégia. O problema é que o

problema é que o horizonte é incerto. Ele não sabe se serão três semanas de fechamento ou quatro meses. Então, a incerteza é o que cria toda a instabilidade, a cautela, a não fazer nenhum movimento. Por isso tanto as famílias quanto os empresários não estão fazendo nenhum movimento porque ninguém sabe qual será o período. Esse é o maior problema. Enquanto a gente não souber o quanto vai durar essa crise, será pior para o sistema produtivo porque todo mundo vai ficar cauteloso sem gastar, sem investir e sem fazer nada.

Tribuna - A gente está vendo lojas, bares e restaurantes fechados e apenas serviços essenciais estão abertos. Quais setores podem ser os mais atingidos?

Dietze - Pegando o exemplo dos serviços não essenciais da Bahia, afetados pelos decretos, eles faturam em média, no mês de abril, R\$ 3,5 bilhões. Então, se a gente imaginar que todas essas lojas vão estar fechadas por decreto, estarão deixando de vender R\$ 3,5 bilhões. O problema é que a gente não sabe se esse valor vai ser recuperado depois por uma retomada da economia. Boa parte disso é venda perdida sem recuperação. Os setores mais im-

portantes serão esses de bens mais caros, com valor agregado mais alto, que é o setor de veículos, eletrodomésticos, eletrônicos e material de construção. Setores sensíveis ao crédito. Setor de vestuário, por exemplo, vai sofrer bastante, mas há possibilidade de vender em domicílio porque são valores mais baixos. A pessoa consegue comprar R\$ 50 ou R\$ 100. Então, a pessoa precisa de previsibilidade do seu emprego e da sua renda. Como agora o risco do desemprego aumentou rapidamente e os bancos estão segurando o crédito porque estão com medo da inadimplência, esse setor vai sofrer drasticamente. São setores de bem duráveis, que dependem muito do crédito.

Tribuna - Por outro lado, temos visto que alguns tipos de serviço podem se beneficiar com a crise, como a telemedicina, o ensino a distância. Você acredita nessa tese? Como avalia essa possibilidade?

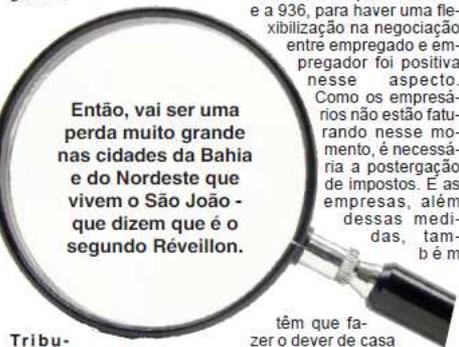
Dietze - Sou meio cético. Apesar de concordar com essa análise, uma coisa é você ter a oportunidade no momento em que nenhum outro setor está sofrendo ou que há uma mudança de característica da sociedade - o exemplo mais claro é o Táxi e o Uber, já que as pessoas estão querendo outros tipos de serviço. A telemedicina, entrega por delivery serão beneficiados no primeiro momento. Só que toda a economia está sendo impactada. Você está isolado em um mar em que está todo mundo se afogando. Pode ser que uma hora a situação seja tão ruim, com deterioração da renda e do emprego, que não vai ter nem renda para poder consumir aplicativo de entrega. Então, não adianta um ou outro setor se beneficiar nesse momento. Se supermercados e farmácias estão se beneficiando agora, no futuro, se tiver uma queda na renda familiar, esses setores também serão afetados. Então, temos que analisar o todo nesse momento. Tem as oportunidades pontuais, que não quer dizer que serão constantes. Pode ser pontual de um ou dois meses, mas depois vai depender muito de como vai ser a economia. Quanto maior for o tempo de fechamento e reclusão, mais dano será para a economia. Por isso a gente espera que esse cenário seja revertido de uma forma mais rápida.

Tribuna - A gente está vendo de uma forma inédita o cancelamento de diversos festejos juninos na Bahia. Já tem alguma estimativa do impacto que isso vai gerar na economia

do estado?

Dietze - Fiz um cálculo do impacto no comércio varejista do estado e em setores que são mais ligados a oferta, como vestuário, roupas, calçados e acessórios. Na segunda quinzena de junho, a estimativa de perda é de R\$ 275 milhões. Uma queda de renda de 23% em relação ao igual período de 2019. De fato, isso é um valor subestimado, porque estamos falando desse setor varejista. Mas tem todo o setor de serviços, principalmente ligado ao turismo, a pessoa que aluga um carro, faz reserva na pousada e vai comprar artesanato. Esse turista vai deixar de fazer a sua viagem e os moradores locais não poderão fazer suas compras para fazer toda a festa, decoração e estrutura. Então, todo impacto será na casa dos bilhões de reais. E não há como recompor isso, porque será um evento pontual. Mesmo postergando, você vai ter uma perda muito grande. Principalmente para cidades pequenas do interior, que vivem mais intensamente a festa. Se você pega o contexto geral do Estado, as vendas de junho e julho são relativamente fracas em relação ao Natal, Dia das Mães e Black Friday. Mais, se você pega o contexto regional de cidades pequenas, tem uma participação muito grande.

grande.



Então, vai ser uma perda muito grande nas cidades da Bahia e do Nordeste que vivem o São João - que dizem que é o segundo Réveillon.

Tribuna - A gente está vivendo com a possibilidade de recessão após se recuperar de uma anterior. Em quanto tempo a economia irá se recuperar?

Dietze - Em termos técnicos, a gente fala de recessão com alguns trimestres negativos. A gente vai ter esse segundo trimestre bastante negativo, o terceiro também, mas a gente espera que no final do ano o PIB já comece a voltar ao positivo. Mas voltar ao que a gente estava no ano passado vai demorar pelo menos uns dois anos. Está havendo no país uma deterioração das finanças públicas e isso é muito significativo. O déficit que o Brasil teve agora em um mês foi todo o déficit do

ano passado, de R\$ 95 bilhões. Quando você não tem a estrutura de contas nacionais estruturadas, você não tem a capacidade de atrair investimentos, porque tem sempre o risco de a economia quebrar, aumento da inflação e de juros. Então vai ser necessário que o governo federal alinhe medidas para buscar mais economia de recursos, dar capacidade do setor privado investir mais, porque a capacidade do setor público estará muito restrita. Já era restrita e agora vai ficar muito mais. Então falando em um déficit neste ano de R\$ 800 bilhões. Isso é muito drástico. Vai ser difícil para a recuperação, o baque foi muito grande. Vamos ter uma queda de PIB próxima a 1%. Ano que vem começamos a recuperar, mas para 2022 ter uma aceleração do crescimento.

Tribuna - Existem medidas que o governo e os empresários podem tomar para amenizar os danos na economia?

Dietze - O que cabe ao governo é desburocratizar o dia a dia do empresário. Oferecer uma linha de crédito com condições especiais, com juros baixos e prazos de pagamentos mais alongados para as empresas conseguirem sobreviver a esse momento. O governo federal, com a medida provisória 927

e a 936, para haver uma flexibilização na negociação entre empregado e empregador foi positiva nesse aspecto. Como os empresários não estão atuando nesse momento, é necessária a postergação de impostos. E as empresas, além dessas medidas, também

têm que fazer o dever de casa reduzindo ao máximo os custos, renegociar o aluguel, os empréstimos e o prazo de pagamento aos fornecedores. E, ao mesmo tempo, tentar vender ao máximo de uma forma alternativa - e não ficar apenas reclamando do cenário. Buscar que haja, por exemplo, canais digitais. Vender pelo Instagram, Facebook e WhatsApp produtos que consigam ser entregues para as pessoas. São formas de reduzir custos para tentar obter a receita, que vai ser fundamental agora para o fluxo de caixa do empresário e pagar as contas do dia a dia e se manter no momento.

Tribuna - Os programas sociais que o governo

anunciou para ajudar o microempreendedor, o trabalhador informal e de baixa renda vão ter impacto na grande economia?

Dietze - Acho extremamente importante. A proteção social é extremamente necessária. O valor a gente sempre pensa que poderia ser maior, mas como as lojas estão fechadas, esses valores vão para os bens básicos de consumo - como supermercados e medicamentos - para poder sobreviver a família. Para comprar o gás, conseguir pagar a conta de luz, de água... Para ter uma sobrevivência. Isso é essencial para os mais vulneráveis e não colocá-los em uma linha de extrema pobreza.

Tribuna - A gente observa um conflito ideológico entre o presidente, que defende a flexibilização do isolamento social, e, por outro lado, governadores e prefeitos, que são mais resistentes a isso. Qual o seu posicionamento em relação a essas medidas que estão sendo adotadas?

Dietze - Do ponto de vista econômico, é drástico o fechamento, porque envolve muitos empregos, investimento e a vida das pessoas. Agora, devemos entender que a preservação da saúde é mais importante. A grande questão é qual o

equilíbrio entre os dois pontos? Ninguém conseguiu achar ainda. Não há uma posição clara entre o fechamento e abertura. Há um posicionamento de 'vamos respeitar o isolamento por conta da recomendação do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais'. Mas acho que podemos encontrar um caminho de testar as pessoas, fazendo os exames e detectar quem está e quem não está com coronavírus. Com isso, você consegue monitorar regiões que estejam menos influenciadas. Tem cidades que não têm nenhum infectado e está totalmente fechada. Isso é justo? Acho que nesse momento, não. Em São Paulo, onde tem a concentração, o isolamento é 'ok' nesse momento. Vai depender dos testes para poder monitorar. Você consegue, diante do nível de contaminação, poder flexibilizar a abertura ou não. Se tem pouca gente impactada, vamos manter as pessoas de risco, com 60 anos. Esses continuam em casa. A restrição pode abrir em horários alternativos para que não haja concentração do transporte público. Tem que fazer teste para a gente conseguir achar esse equilíbrio de maneira mais rápida.

Tribuna - Muitas empresas já estão pedindo isenção

de impostos. Os governos têm condições de fazer isso e não ficar sem dinheiro para investir na saúde?

Dietze - Acho que, para isso, todos os governadores, prefeitos e até o governo federal não podem demorar. O dano financeiro dos estados e municípios será gigantesco. A maioria dos estados está quebrada e as prefeituras também. Isentar imposto seria um caso inadequado. Poderia ser postergado o imposto. Acho que é um momento difícil do estado. Mas, assim, é inevitável que haja uma medida de flexibilização dos impostos para poder contribuir com os empresários e a população em geral.

Tribuna - Qual seria o papel que os bancos poderiam desempenhar nesse momento? Vimos recentemente declarações tanto do governador Rui Costa, como também do prefeito ACM Neto, criticando os bancos e os juros.

Dietze - Acho que a gente tem que separar. A grande complexidade do Brasil é que o sistema financeiro é concentrado em cinco grandes bancos, sendo que dois públicos e três privados. Nos bancos públicos, quem está na linha de frente para minimizar os impactos é a Caixa Econômica Federal. Nos bancos privados, não tem

como o estado imputar as regras, mas seria extremamente adequada a redução de juros e aumento do prazo de pagamento para as empresas. Não vemos isso. Vemos aumento dos juros e redução do prazo de pagamento. Seria o inverso. Durante muito tempo, o risco da inadimplência foi superestimado. Então, agora cabe aos bancos também, que cobraram mais por um risco que não estava do tamanho esperado, fornecer mais crédito por conta do ganho passado. Além disso, tem a questão de garantias. Eles sabem da dificuldade que as empresas irão passar, com risco total de inadimplência. É difícil falar para os bancos emprestar com risco de inadimplência elevado. Então, acho que agora não cabe a gente só jogar a culpa para o sistema financeiro. O governo federal, através do Tesouro Nacional, vai ter que entrar com algum percentual de garantia para essas empréstimos. Eles sabem que, se começarem a emprestar demais, vai ser perdido. Não há uma linha simples. Porque são empresas privadas, que dependem dos seus rendimentos, mas são empresas que lucraram bastante e que poderiam fazer um esforço maior de redução de juros e maior financiamento.

Tribuna

Decisão dá 'equilíbrio' a MP, mas traz insegurança jurídica

LUIZ VASSALLO
E FAUSTO MACEDO
ESTADÃO CONTEÚDO

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski de que os acordos de redução de salário e jornada de funcionários de empresas privadas apenas terão validade após a manifestação de sindicatos pode provocar, por um lado, insegurança jurídica nas relações de trabalho, e, por outro, dá equilíbrio a excessos da Medida Provisória do governo Jair Bolsonaro. Esta é a opinião de advogados da área trabalhista, que divergem sobre os impactos da MP e da decisão do ministro.

A medida faz parte do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda para evitar com que as empresas demitam durante o período da crise provocada pelo novo coronavírus. O ministro permite que os acordos individuais sejam usados pelos sindicatos para iniciar uma negociação coletiva da categoria. Se os sindicatos não se manifestarem, o acordo



A DECISÃO de Lewandowski é de que os acordos de redução de salário e jornada de funcionários só terão validade após a manifestação de sindicatos

individual fica valendo.

"Tudo indica que a celebração de acordos individuais de redução da jornada de trabalho e redução de salário ou de suspensão temporária de trabalho, cogitados na medida provisória, sem a participação dos sindicatos de trabalhadores na negociação, parece ir de encontro ao disposto na Constituição", escreveu o ministro,

que submeteu a decisão para referendo do plenário do STF. Ainda não há previsão de quando a Corte vai se debruçar sobre o tema.

Káren Viero, especialista em Direito do Trabalho, avalia que era evidente a inconstitucionalidade da MP 936/20 quanto à redução da jornada e do salário do trabalhador sem a anuência do sindicato da categoria.

"O ministro levou em conta o que vem ocorrendo nas relações trabalhistas no mundo capitalista nesta época de pandemia e decidiu que é válida a celebração de acordo individual de redução da jornada de trabalho e salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho, desde que comunicada pelos empregadores ao respectivo sindicato, no prazo de dez dias, para que este, querendo, deflagre a negociação coletiva. E caso a entidade não se manifeste, a inércia significará anuência ao acordado pelas partes", afirma a sócia do Chiarottino e Nicoletti Advogados.

Cristina Buchignani, advogada especialista em negociações coletivas em geral, considera que a decisão resguarda o direito constitucional de representação da categoria. "Mas é de se esperar que o exercício desse direito se dê, efetivamente, com a finalidade maior de preservar empregos e renda, neste momento inédito em que o mundo se curva a um vírus", diz a sócia da área trabalhista do Costa Tavares Paes Advogados.

Tribuna



A FUNDO PERDIDO

● Com o caixa a cada dia mais vazio, muitos sem capital de giro e outros sem dinheiro para a folha de pagamento de maio, ganha força entre pequenos e grandes empresários a grita por uma ação mais consistente do Governo federal. Empreendedores consultados pela **Coluna** nos últimos dias lamentam que a União não faça aporte a fundo perdido nas empresas, independentemente do valor, a exemplo do voucher de R\$ 600 para os cidadãos mais necessitados. Muitas firmas já estão no vermelho e não se seguram apenas com a trégua na cobrança de impostos. Citam como fonte para um plano, por exemplo, os R\$ 22 bilhões que o Tesouro tem parado no FUST – o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Reserva\$

● Levy Fidelix (PRTB) lembrou que o Brasil tem US\$ 300 bilhões – R\$ 1,5 trilhão – em reservas cambiais em títulos nos EUA. Parte poderia ser injetada para salvar o mercado.

Pés no chão 1

● O Plano Paulo Guedes foi para o espaço. Nunca se falou tanto – até entre os liberais convictos – sobre a importância do 'Estado babá' para salvar a economia.

Pés no chão 2

Prêmio Mantega

● Falar hoje em PIB de 2020 é jogar na loteria. Quem arrisca índice, concorre ao Prêmio Mantega de Previsão – o ex-ministro sempre errou o resultado nos seus chutes.

Lembrete

● Cadê a solidariedade do BB nessa crise? Quando tudo passar, o cidadão vai cobrar. O banco sumiu dos anúncios de programas sociais, e só arrocha clientes com tarifas altas.

PÉS NO CHÃO 2

● Quem vai sentir os números da realidade nos próximos meses – ou até o fim de 2022 – é Salim Mattar, que cuida das bilionárias concessões do Governo. O dinheiro sumiu.

Pés no chão 3

● A fuga de capitais de estrangeiros na Bovespa já beira os R\$ 10 bilhões desde fim de fevereiro. E não tem retorno, citam *reports* de corretoras a grandes investidores.

Briga nessa hora...

● Os *posts* no *Twitter* do Advogado-Geral da União André Mendonça, no fim de semana, soaram como tapa de luva no governador João Dória (PSDB), de São Paulo. Mendonça garantiu que está a postos para recorrer na Justiça contra "medidas isoladas, prisões de cidadãos e restrições não fundamentadas em normas técnicas do Ministério da Saúde e da Anvisa" nos Estados e municípios.

LEADERS

Tropa socialista

● A velha nova política está de volta no PSB de Pernambuco. Um exército de pré-candidatos a vereador foi às ruas das 185 cidades para manter o poder no Estado. Só no Recife, mais de 100 foram cooptados para a legenda. A Câmara tem 39 vagas.

Voltando

● Quem vai voltar ao cenário é o petista Maurício Rands, depois de uma breve passagem como empresário dono do *Diário de Pernambuco* – vendido para empresários da região.

Bisturi na conta

● Depois da grita das turmas de Medicina da Estácio, é a garotada da Unigranrio (mensalidades de R\$ 10 mil) quem se une para cobrar posição de diretores. Uma comissão com 200 alunos e pais pleiteia redução de 30% no valor por 3 meses.

Tribuna

Novo coronavírus reduz renda de brasileiros

O ESTADO DE S. PAULO

Com menos de 30 dias de quarentena e em meio a um cenário em que a retomada do contato social ainda parece distante, mais da metade dos brasileiros já sente no bolso os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Pesquisa do Instituto Locomotiva, obtida com exclusividade pelo Estado, aponta que 51% das pessoas afirmam ter perdido renda e que já estão contingenciando seus gastos. Segundo a pesquisa, o impacto da crise é praticamente o mesmo entre homens e mulheres. Por faixa etária, contudo, afeta mais o bolso dos trabalhadores com 50 anos ou mais (52%), com ensino superior completo (48%) e que residem nos Estados do Sudeste (38%). A região concentra São Paulo

e Rio de Janeiro, as duas capitais com o maior número de infecções, segundo dados do Ministério da Saúde.

Para o presidente da Locomotiva, Renato Meirelles, a proporção de brasileiros afetada, que já é alta, deve crescer nas próximas semanas. E o brasileiro, ele afirma, espera que isso aconteça. "Levantamos que dois em cada três profissionais acreditam que seus empregos serão muito prejudicados no Brasil, apesar de 73% das pessoas defenderem o isolamento social como forma de frear o avanço da doença", diz Meirelles.

A pesquisa foi realizada entre 3 e 5 de abril e entrevistou, por telefone, cerca de mil pessoas em 72 cidades do País. A margem de erro é de 3,2 pontos percentuais para cima e para baixo.

Na casa da chef de cozinha Juliana Menezes os efeitos da paralisação da economia fo-

ram sentidos quase que de imediato. Ela, que deixou a sociedade de um restaurante para cozinhar na casa dos clientes, conta que conseguiu migrar a maior parte da demanda para um serviço de entrega de marmitas, que vem fazendo desde meados de março. Já o marido, que é vendedor e nos últimos dois anos também trabalhava como motorista de aplicativos, praticamente zerou a renda. O prejuízo é calculado em R\$ 3 mil dentro do mês.

"Nunca tivemos poupança, não sobra dinheiro para isso. Saímos cortando os gastos", diz Juliana, que reduziu a lista de supermercados, trocando, por exemplo, os alimentos orgânicos por produtos tradicionais. "Comida sempre foi meu 'ralo', onde gasto muito. Só nessa nova lista economizei por volta de R\$ 1 mil", afirma.

O corte também avançou nos custos fixos de serviços,



como na assinatura de TV a cabo. "Cancelei o serviço de internet, bati na porta do meu vizinho de cima e me ofereci para dividir a conta com ele", conta. "Nunca tinha conversado com esse vizinho e só sabia que se chamava Oscar. Ele aceitou fazer um tes-

te e está ótimo assim", afirmou.

Em Florianópolis, a microempresária Madeleine Lisboa teve de cortar no básico. Com o marido desempregado e dois filhos, ela viu a demanda de sua agência de limpeza minguar nas últi-

mas semanas. "Como praticamente não tem serviço, paramos de comer carne. Eu avisei os filhos que para beber é só suco de limão, que pego no quintal do vizinho, e estou fazendo mistura com abacate, que também pego da horta", conta.

Tribuna

Apoio a estados pode gerar impacto de R\$ 222 bi

AGÊNCIA BRASIL

O projeto de ajuda aos estados para o enfrentamento da pandemia de covid-19 pode gerar impacto nas contas públicas de pelo menos R\$ 105 bilhões ou até chegar a R\$ 222 bilhões. É o que diz nota técnica do Ministério da Economia sobre o substitutivo do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 149 de 2019 (Plano Mansueto), apresentado na última quinta-feira (8/4) pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ). O texto prevê medidas como suspensão do pagamento de dívidas dos estados com a União e bancos, auxílio emergencial para compensar queda na arrecadação, descumprimento de teto de gastos e novas operações de crédito com garantia da União. O projeto pode ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados na próxima segunda-feira. Na semana passada, não houve consenso entre os deputados para a votação.

Desse impacto total de R\$ 105 bilhões, R\$ 9 bilhões são suspensões de dívidas com Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); R\$ 55 bilhões decorrem das operações de crédito autorizadas pelo substitutivo; e R\$ 41 são

transferências para recompor perdas de arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS).

DÍVIDAS COM A UNIÃO

Na nota técnica, assinada pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, o governo destaca que o substitutivo prevê que os contratos de refinanciamento de dívidas dos estados com a União não precisarão ser pagos nos nove meses entre março e dezembro de 2020, ou seja, o prazo de suspensão é superior ao período de seis meses estabelecido em decisões liminares do Supremo Tribunal Federal no âmbito de ações impetradas pelos estados.

"Cumprir esclarecer ainda que o Distrito Federal e o Ceará não possuem ações judiciais solicitando a suspensão dos pagamentos das dívidas refinanciadas pela União e, portanto, também representam inovações do presente substitutivo. Além disso, os estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não estão pagando as dívidas com a União em decorrência de decisões em ações judiciais que pedem a antecipação de efeitos da adesão ao Re-

gime de Recuperação Fiscal. Os Estados nessa categoria são: Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, portanto, também não terão seus impactos associados diretamente ao presente substitutivo. Por fim, há o caso do Estado do Rio de Janeiro, que desde sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal em setembro de 2017 não paga as dívidas refinanciadas pela União", diz a nota técnica.

CENÁRIOS

Os técnicos do ministério esclarecem que esse total de R\$ 105 bilhões de impacto não considera: pagamentos de dívidas refinanciadas pelos estados suspensas em decorrência das liminares relacionadas à covid-19; pagamentos de dívidas de Amapá, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte com a Caixa e o BNDES; efeitos de renegociações de dívidas com instituições financeiras nacionais (exceto Caixa e BNDES) ou organismos multilaterais; e as transferências para recomposição dos fundos de participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM). Se esses efeitos forem considerados e também a renegociação de todas as dívidas garantidas, o apoio

federal aos estados no combate à covid-19 "seguramente ultrapassará R\$ 159 bilhões".

Embora não esteja previsto no substitutivo ao PLP 149, acrescentam os técnicos, provavelmente o texto final deve conceder operações de crédito para os municípios com uma regra semelhante à dos estados, o que acrescentaria R\$ 39 bilhões de impacto.

A nota técnica destaca que há impactos financeiros de assuntos não relacionados com o combate à covid-19 que aparecem no substitutivo. "Notadamente o perdão quanto ao cumprimento da limitação de despesas primárias [não financeiras] correntes do art. 4º da LC 156, de 2016, que representa uma renúncia de até R\$ 27 bilhões para a União, e o perdão de encargos moratórios de dívidas com discussões antigas no Judiciário, que representa um desconto de R\$ 16 bilhões nos haveres do Tesouro Nacional", diz a nota.

Ao se somar todos os efeitos, sejam eles expressos ou não no substitutivo, o impacto total ficaria entre R\$ 148 bilhões e R\$ 222 bilhões, "a depender de como se entender seus efeitos - isso sem contar eventual abertura de espaço para endividamento dos municípios".

Tribuna

Banco Mundial projeta queda de 5% no PIB do Brasil

A atividade econômica brasileira deve encolher 5% neste ano devido à crise provocada pelo novo coronavírus, projeta o Banco Mundial. O organismo multilateral divulgou hoje um relatório em que analisa os impactos da pandemia na América Latina.

Se confirmada a projeção do Banco Mundial, será a maior recessão que o Brasil enfrentará em 120 anos. Segundo estatísticas históricas do IBGE, não há registro de uma queda tão grande da atividade desde 1901.

Até hoje, o maior tobo na economia ocorreu em 1990, quando houve retração de 4,35% - foi o ano do Plano Collor I e do confisco do dinheiro dos brasileiros. A segunda maior queda já registrada foi em 1981, quando o PIB caiu 4,25% na esteira da crise da dívida externa brasileira.

No conjunto da região, o PIB deve sofrer uma contração de 4,6% em 2020, segundo o Banco Mundial. A projeção não inclui a Venezuela,

que já enfrentava uma forte crise antes mesmo da eclosão da pandemia da covid-19.

O economista-chefe do Banco Mundial para a região, Martin Rama, explicou que a pandemia impôs um "choque triplo" às economias latino-americanas. O primeiro deles ocorreu na demanda, com famílias comprando menos bens e serviços e grandes países como China demandando menos commodities. O segundo teve repercussões financeiras, com uma fuga de capitais estrangeiros maior até do que o observado na crise de 2008 e 2009. O último choque é de oferta, com as pessoas impedidas de sair para trabalhar.

Os dados fazem parte de um relatório semestral do escritório do economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, intitulado "A economia nos tempos da covid-19". Segundo o documento, o forte choque sofrido pelas economias exige respostas de políticas em diversas frentes: para

apoiar os mais vulneráveis, evitar uma crise financeira e proteger os empregos.

Para ajudar os vulneráveis a enfrentar a perda de renda motivada pelo isolamento social, os programas atuais de proteção e assistência social "devem ser rapidamente ampliados e ter sua cobertura estendida". Ao mesmo tempo, os governos devem considerar apoiar as instituições do setor financeiro e as principais fontes de emprego, diz o relatório. "Precisamos ajudar as pessoas a enfrentar esses enormes desafios e garantir que os mercados financeiros e os empregadores sobrevivam à tempestade" afirma o vice-presidente interino do Banco Mundial para a região, Humberto López. "É preciso limitar os danos e lançar as bases para a recuperação o mais rapidamente possível."

Ao fazer suas projeções, o próprio Banco Mundial reconhece que as circunstâncias econômicas estão mudando diariamente. A análise tomou como base informações dos países disponíveis

até 10 de abril de 2020.

Entre os grandes países da América Latina, o Brasil só não deve ter desempenho pior em 2020 do que México (-6,0%), Equador (-6,0%) e Argentina (-5,2%). Países do Caribe sofrerão um baque devido aos impactos da pandemia sobre o turismo, uma fonte importante de renda nesses locais.

A recuperação no Brasil também deve ser mais lenta do que na média da região. O Banco Mundial espera avanço do PIB brasileiro de 1,5% em 2021 e de 2,3% em 2022. Para a América Latina e Caribe, a alta esperada é de 2,6% tanto em 2021 quanto em 2022.

Na avaliação do Banco Mundial, a pandemia da covid-19 contribui para um grande choque do lado da oferta. A demanda da China e de países desenvolvidos deve cair drasticamente, afetando os exportadores de commodities da América do Sul e os exportadores de serviços e bens manufaturados da América Central e Caribe.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/04/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 13 de Abril de 2020 - 07:45

Vilas-Boas reclama de repasses de Mandetta a Salvador: 'Dinheiro para apadrinhados'

O secretário de Saúde da Bahia Fábio Vilas-Boas se queixou do repasse de recursos federais para Salvador em um grupo no Whatsapp de titulares da pasta de saúde. O secretário se queixa que a capital baiana, administrada por ACM Neto (DEM), recebeu, proporcionalmente, mais dinheiro que todo o estado.

“Estou realmente revoltado com essa divisão política do recurso do SUS”, escreveu Fábio Vilas-Boas. “É um escândalo, estão passando dinheiro para seus apadrinhados”, escreveu o secretário. O prefeito ACM Neto é presidente nacional do DEM, mesmo partido do ministro da saúde, Henrique Mandetta. Serão R\$ 114 milhões para o estado neste e R\$ 48 milhões para Salvador.

De acordo com o jornal Folha de S.Paulo, secretários estaduais de saúde preparam carta crítica à decisão de Luiz Henrique Mandetta. Os gestores locais pedem que o Ministério da Saúde reveja o critério de repartição e ouça os estados na divisão de verba. A avaliação é que são os hospitais da rede estadual os mais demandados nesta emergência.

Os recursos fazem parte de R\$ 4 bilhões distribuídos pelo Ministério da Saúde a estados e municípios. Cidades que ainda não registraram casos receberam a verba emergencial e estados com grande número de doentes, como Amazonas, onde a rede hospitalar já colapsou, receberam menos do que algumas cidades.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 13/04/2020	



PAULO GUEDES NEGOCIA REPASSE DE ATÉ R\$ 40 BI A ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 13 Abril, 2020

O governo vai encaminhar aos líderes dos partidos da Câmara e do Senado uma proposta de acordo para transferir até R\$ 40 bilhões de recursos diretos para Estados e municípios enfrentarem a covid-19. Em troca, o governador e prefeito que receber o dinheiro federal terá que suspender por dois anos os reajustes salariais dos seus servidores públicos.

A proposta do governo é substituir o texto do projeto emergencial de socorro a Estados e municípios que tramita na Câmara ou apresentar um novo texto por meio de um senador aliado. Não está descartada ainda a edição de uma Medida Provisória (MP) com os termos do acordo com os líderes. A proposta inicial é de R\$ 32 bilhões, com folga para subir até R\$ 40 bilhões, apurou o Estado com uma fonte da equipe econômica.

Já o projeto que tramita na Câmara, patrocinado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem potencial de impactar os cofres públicos em até R\$ 222 bilhões, a depender da extensão das medidas, segundo cálculos do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Na tarde deste sábado, 11, ele disse, em conversa com a agência Moody's, que uma ajuda federal em torno de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões é "suportável".

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que não aceita a ampliação do espaço de endividamento dos Estados prevista no projeto emergencial em análise pelos deputados. Já o Plano Mansueto, que previa alívio financeiro a governos regionais com dificuldade de pagar

servidores e fornecedores, mas que exigia contrapartidas de ajuste fiscal estruturantes para as contas públicas, como redução de despesas com pessoal, foi abandonado pelo ministro.

A tentativa de acordo começou a ser costurada ainda na quinta-feira em reunião organizada pela Secretaria de Governo do Palácio do Planalto, sob o comando do ministro Luiz Eduardo Ramos, com a equipe econômica depois que o parecer do projeto emergencial ter sido apresentado com um impacto muito elevado e com medidas que afetam as contas públicas para além de 2020.

Guedes avisou a Maia que “dali não passava”. O ministro enviou a ele um artigo dos economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes alertando que o projeto era “a mãe de todas as bombas fiscais”. No mesmo dia, Maia acabou não colocando o projeto em votação. Uma fonte da equipe econômica informou que o governo partiu diretamente para uma negociação com os líderes dos partidos porque há convicção de que o presidente da Câmara usou o projeto como “disfarce” para desgastar o presidente Jair Bolsonaro e ajudar os governadores do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), e de São Paulo, João Doria (PSDB).

Pelas contas apresentadas por Mansueto, a ajuda ao Rio de Janeiro prevista no projeto do deputado Pedro Paulo tem impacto fiscal de R\$ 45,19 bilhões. Desse total, R\$ 15,1 bilhões em perdão de dívida. O valor já considera correção monetária. Como antecipou o Estado, o valor inicial do perdão é de R\$ 13 bilhões. O Estado de São Paulo teria uma ajuda de R\$ 36,77 bilhões.

Já o presidente da Câmara atribuiu o adiamento da votação do novo projeto de ajuda fiscal aos Estados à disputa política do presidente com governadores do Sudeste e do Sul. Na quinta, em entrevista avaliou que governo adotou o discurso de que o projeto é uma “bomba fiscal” como pretexto para inviabilizar a votação do projeto, que irá beneficiar principalmente João Doria (PSDB) e Wilson Witzel (PSC), adversários de Bolsonaro.

A interlocutores, o ministro disse que Maia tem dois caminhos: continuar no confronto com prejuízo para o País ou buscar uma pacificação em torno da nova proposta. Guedes tem reforçado às lideranças que atendeu todos os pleitos de governadores e prefeitos, mas que o parecer do relator Pedro Paulo (DEM-RJ) “dobrou a aposta” para um patamar não aceitável.

Veículo: G1	Notícias
Data: 13/04/2020	



Por verba extra, Estados e municípios congelarão salários por dois anos, propõe governo

13/04/2020 09h00 Atualizado há uma hora

A equipe econômica do governo federal fechou uma nova proposta de auxílio financeiro a Estados e municípios em meio à pandemia do **coronavírus**.

A ideia é fazer um repasse extra de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões aos entes. Em troca, os salários de servidores estaduais e municipais deverão ser "congelados" por dois anos.

Com o novo auxílio e o que já foi concedido a Estados e municípios, que já está na casa de R\$ 49,9 bilhões, o pacote proposto pela equipe econômica de socorro a governadores e prefeitos deve superar R\$ 130 bilhões.

A proposta articulada pela **Câmara dos Deputados** inclui também a suspensão de dívidas dos entes e compensações por perdas da arrecadação. Segundo cálculos do Tesouro Nacional, o custo das medidas ficaria na faixa de R\$ 150 bilhões a R\$ 180 bilhões.

Porém, os congressistas contestam os números do governo e afirmam que a sugestão da Casa custaria cerca de R\$ 85 bilhões.

A proposta da Câmara previa elevar o endividamento de Estados e municípios, mas os líderes partidários já sinalizaram que aceitam abandonar essa ideia se houver a compensação, por seis meses, por perdas de arrecadação de ICMS e ISS.

Só que a equipe econômica não quer a vinculação do dinheiro extra a uma perda de receita.

Em nova tentativa de acordo, a equipe econômica vai apresentar sua nova proposta nesta segunda-feira (13) a governadores e prefeitos. Os recursos seriam para a área da saúde e outras envolvidas no combate ao coronavírus.

Segundo assessores do ministro da Economia, **Paulo Guedes**, a ideia é não vincular a verba a nada. Seria um "dinheiro na veia". Ou seja, o repasse não seria, por exemplo, uma compensação à queda na arrecadação. O Ministério da Economia não quer abrir um precedente para crises futuras.

Além disso, a equipe econômica não quer abrir espaço para aumentar o endividamento de Estados e municípios, que estavam propondo elevar suas dívidas em mais de R\$ 60 bilhões. Neste ponto, a equipe de Paulo Guedes conta com o apoio de especialistas em contas públicas.

Além do dinheiro extra de até R\$ 40 bilhões, o governo inclui na conta de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões de suspensão do pagamento de dívidas dos estados com a União e bancos públicos.

Com essa proposta, o governo espera chegar a um acordo com a Câmara dos Deputados e governadores para votar o projeto de ajuda a Estados e municípios ainda nesta segunda.

Veículo: Política Livre	
Data: 13/04/2020	Caderno: Economia



13 de abril de 2020 | 09:47

Projeção para PIB 2020 sai de -1,18% para -1,96%, aponta Focus

ECONOMIA

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a economia brasileira fizeram os economistas do mercado financeiro cortarem novamente suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus, a expectativa para a economia este ano passou de retração de 1,18% para queda de 1,96%. Há quatro semanas, a estimativa era de alta de 1,68%.

Para 2021, o mercado financeiro alterou a previsão do Produto Interno Bruto (PIB), de elevação de 2,50% para 2,70%. Quatro semanas atrás, estava em 2,50%.

Em março, na esteira da pandemia, o BC atualizou, por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), sua projeção para o PIB em 2020, de alta de 1,8% para variação zero. O próprio BC, no entanto, já reconheceu que o cenário está se alterando rapidamente e que, por isso, a projeção do RTI não reflete, necessariamente, a situação atual.

No Focus divulgado nesta segunda-feira, a projeção para a produção industrial de 2020 foi de alta de 0,50% para recuo de 1,42%. Há um mês, estava em 1,63%. No caso de 2021, a estimativa de crescimento da produção industrial passou de 2,70% para 2,95% ante 2,50% de quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 foi de 58,10% para 60,00%. Há um mês, estava em 56,50%. Para 2021, a expectativa foi de 60,00% para 60,73%, ante 57,80% de um mês atrás.

Resultado primário

O Focus trouxe ainda forte mudança na projeção para o resultado primário do governo em 2020. A relação entre o déficit primário e o PIB este ano foi de 1,65% para 4,14%. No caso de 2021, foi de 0,80% para 1,00%. Há um mês, os percentuais estavam em 1,15% e 0,56%, respectivamente.

Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2020 foi de 6,90% para 9,02%, conforme as projeções dos economistas do mercado financeiro. Para 2021, foi de 5,00% para 4,95%. Há quatro semanas, estas relações estavam em 5,50% e 4,97%, nesta ordem.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com juros. Os avanços nas projeções refletem a expectativa de que, com o aumento das despesas do governo durante a pandemia do novo coronavírus, o País terá um cenário fiscal ainda mais difícil.

Balança comercial

Os economistas do mercado financeiro alteraram a projeção para a balança comercial em 2020 na pesquisa Focus, de superávit comercial de US\$ 34,10 bilhões para US\$ 35,00 bilhões. Um mês atrás, a previsão era de US\$ 36,10 bilhões. Para 2021, a estimativa de superávit seguiu em US\$ 35,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 34,00 bilhões. Na estimativa mais recente do BC, o saldo positivo de 2020 ficará em US\$ 33,5 bilhões. Esta projeção foi atualizada no Relatório Trimestral de Inflação divulgado em março.

No caso da conta corrente, a previsão contida no Focus para 2020 foi de déficit de US\$ 52,34 bilhões para US\$ 45,45 bilhões, ante US\$ 59,00 bilhões de um mês antes. Para 2021, a projeção de rombo foi de US\$ 58,50 bilhões para US\$ 52,85 bilhões. Um mês atrás, o rombo projetado era de US\$ 60,00 bilhões. O BC projeta déficit em conta de US\$ 41,0 bilhões em 2020.

Para os analistas consultados semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será suficiente para cobrir o resultado deficitário nestes anos. A mediana das previsões para o IDP em 2020 foi de US\$ 76,50 bilhões para US\$ 73,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 80,00 bilhões. Para 2021, a expectativa seguiu em US\$ 80,0 bilhões, ante US\$ 83,75 bilhões de um mês antes. O BC projeta IDP de US\$ 60,0 bilhões em 2020.

Contra projeto 'bomba', Guedes negocia repasse de até R\$ 40 bi a Estados e municípios

Objetivo é barrar proposta que permite ampliação de endividamento de Estados, que pode ser votada na semana que vem no Congresso

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

11 de abril de 2020 | 18h33

BRASÍLIA – O governo vai encaminhar aos líderes dos partidos da Câmara e do Senado uma proposta de acordo para transferir até R\$ 40 bilhões de recursos diretos para Estados e municípios enfrentarem a **COVID-19**. Em troca, o governador e prefeito que receber o dinheiro federal terá que suspender por dois anos os reajustes salariais dos seus servidores públicos.

Paulo Guedes, ministro da Economia Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

A proposta do governo é substituir o texto do projeto emergencial de socorro a Estados e municípios que tramita na Câmara ou apresentar um novo texto por

meio de um senador aliado. Não está descartada ainda a edição de uma Medida Provisória (MP) com os termos do acordo com os líderes. A proposta inicial é de R\$ 32 bilhões, com folga para subir até R\$ 40 bilhões, apurou o Estado com uma fonte da equipe econômica. Já o projeto que tramita na Câmara, patrocinado pelo **presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, tem potencial de impactar os cofres públicos em até **R\$ 222 bilhões**, a depender da extensão das medidas, segundo cálculos do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Na tarde deste sábado, 11, ele disse, em conversa com a agência Moody's, que uma ajuda federal em torno de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões é "suportável".

O **ministro da Economia, Paulo Guedes**, já avisou que não aceita a ampliação do espaço de endividamento dos Estados prevista no projeto emergencial em análise pelos deputados. Já o Plano Mansueto, que previa alívio financeiro a governos regionais com dificuldade de pagar servidores e fornecedores, mas que exigia contrapartidas de ajuste fiscal estruturantes para as contas públicas, como redução de despesas com pessoal, foi abandonado pelo ministro.

Reunião tentou buscar acordo

A tentativa de acordo começou a ser costurada ainda na quinta-feira, 9, em reunião organizada pela Secretaria de Governo do Palácio do Planalto, sob o comando do ministro Luiz Eduardo Ramos, com a equipe econômica e líderes de

partidos, depois de o parecer do projeto emergencial ter sido apresentado com um impacto muito elevado e com medidas que afetam as contas públicas para além de 2020.

Guedes avisou a Maia que “dali não passava”. O ministro enviou a ele um **artigo dos economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes alertando que o projeto era “a mãe de todas as bombas fiscais”**. No mesmo dia, Maia acabou não colocando o projeto em votação. Uma fonte da equipe econômica informou que o governo partiu diretamente para uma negociação com os líderes dos partidos porque há convicção de que o presidente da Câmara usou o projeto como “disfarce” para desgastar o presidente Jair Bolsonaro e ajudar os governadores do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), e de São Paulo, João Doria (PSDB).

Pelas contas apresentadas por Mansueto, a ajuda ao **Rio de Janeiro** prevista no projeto do deputado Pedro Paulo tem impacto fiscal de R\$ **45,19 bilhões**. Desse total, R\$ 15,1 bilhões em perdão de dívida. O valor já considera correção monetária. Como antecipou o **Estado, o valor inicial do perdão é de R\$ 13 bilhões**. O Estado de **São Paulo** teria uma ajuda de **R\$ 36,77 bilhões**.

Já o presidente da Câmara atribuiu o adiamento da votação do novo projeto de ajuda fiscal aos Estados à disputa política do presidente com governadores do Sudeste e do Sul. Na quinta, em entrevista avaliou que governo adotou o discurso de que o projeto é uma “bomba fiscal” como pretexto para inviabilizar a

votação do projeto, que irá beneficiar principalmente João Doria (PSDB) e Wilson Witzel (PSC), adversários de Bolsonaro.

A interlocutores, o ministro disse que Maia tem dois caminhos: continuar no confronto com prejuízo para o País ou buscar uma pacificação em torno da nova proposta. Guedes tem reforçado às lideranças que atendeu todos os pleitos de governadores e prefeitos, mas que o parecer do relator Pedro Paulo (DEM-RJ) “dobrou a aposta” para um patamar não aceitável. COLABORARAM ANNE WARTH E MARIA REGINA SILVA

O governo e os riscos de “bomba fiscal” na negociação com Estados

Falta de liderança de Bolsonaro e falta de coordenação de Paulo Guedes criaram um terreno perigoso, para a solvência estrutural do Brasil, na negociação da mais que necessária ajuda federal aos Estados e municípios diante da crise do coronavírus.

Fernando Dantas

10 de abril de 2020 | 17h56

É muito ruim para o Brasil que, no meio da mais grave crise econômica e de saúde pública de que se tem notícia, a relação entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, esteja muito ruim. Basicamente, os dois não estão se falando diretamente.

A crise do coronavírus chegou ao Brasil num momento em que já havia um clima de enfrentamento e beligerância entre o Congresso e o Executivo.

Na visão deste colunista, quase toda a responsabilidade pela deterioração do relacionamento entre os dois Poderes cabe ao Executivo. Jair Bolsonaro, além de não montar uma base de apoio parlamentar, permite e estimula que o seu “gabinete do ódio” mova uma guerra virtual contra o Congresso e suas lideranças – em particular, contra Maia, que ajudou muito o governo ao liderar a aprovação da reforma da Previdência.

De qualquer forma, a crise se intensificou com o imbróglio das “emendas do relator” no início do ano, momento em que Maia e Guedes se indispueram de forma mais aguda.

Com a chegada da crise do coronavírus, e o presidente Jair Bolsonaro empenhado em sua cruzada anticientífica e potencialmente mortífera de sabotar o isolamento social, não se poderia esperar mesmo nenhum diálogo e esforço coordenado entre Legislativo e Executivo.

Dessa forma, a reação brasileira à crise – em termos de gastos para saúde, proteção aos vulneráveis, manutenção de empregos etc.– se dá numa dinâmica de competição entre o governo e o Congresso, para ver quem saiu na frente e quem fez mais.

Esse processo ficou claro na forma como o auxílio emergencial foi subindo de R\$ 300 para R\$ 500 e R\$ 600. Talvez até esse valor final seja adequado, mas o fato é que foi atingido numa espécie de “leilão” entre os dois Poderes, e não da

coordenação e do diálogo, Quando a pauta da reação à crise chegou aos Estados e municípios, a coisa ficou mais séria.

A história dos problemas de solvência pública no Brasil desde a década de 90, e das insuficientes medidas para resolvê-los, é em parte considerável (não apenas) uma história de desequilíbrio das contas de entes federativos subnacionais.

A partir da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) e da renegociação das dívidas estaduais no governo FHC, foi estabelecido um arcabouço institucional e jurídico pelo qual o governo federal conseguiu colocar algumas rédeas na gestão fiscal de Estados e municípios.

Esse arcabouço tinha falhas, como a que permitiu uma forte expansão da dívida estadual quando Arno Augustin era secretário do Tesouro no governo Dilma, e vem sendo paulatinamente corroído por decisões do Supremo que impedem a União de executar garantias contra os Estados.

Trata-se, portanto, de uma casa de marimbondos.

No início da atual crise, Bolsonaro, de forma relutante, chamou os governadores e anunciou um primeiro pacote de auxílio: permissão para R\$ 40 bilhões de empréstimos com garantia da União; R\$ 12,6 bilhões de suspensão do pagamento de dívidas com a União (na prática, a maior parte desta suspensão já estava ocorrendo por liminares dos Estados junto ao Supremo); R\$ 16 bilhões

para recomposição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); R\$ 9,6 bilhões em renegociação de dívidas subnacionais com bancos públicos; e mais R\$ 10 bilhões em saúde e assistência social..

Ataques ao “lockdown”

Logo, entretanto, o presidente deixou-se dominar por sua obsessão contra o “lockdown”, que seria uma conspiração de governadores e prefeitos para prejudicar a economia e minar seu cacife político. Desse confronto, surgiu uma situação quase inédita no Brasil. Todos os governadores, com exceção de três ou quatro, unidos contra o presidente da República.

Os governadores queriam mais que o pacote inicial, e a primeira reação das partes envolvidas (incluindo a equipe econômica) foi de se voltar ao projeto de lei complementar (PLP) 149, o chamado plano Mansueto, que lida justamente com a relação financeira entre União e Estados.

Mas o PLP 149 é um acordo para ajuste estrutural, e não de ajuda emergencial.

Os governadores teriam de elaborar uma proposta de ajuste fiscal, remeter ao governo, que teria de analisá-la e aprová-la antes de qualquer benefício. E o próprio crédito é parcelado e dependente do cumprimento de condicionalidades

para liberação. Nada a ver com as necessidades de Estados e municípios numa emergência como a atual.

Nessa fase confusa, surgiram as ideias mais perigosas, expostas num artigo dos economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes no Brazil Journal, um serviço de notícias econômicas e financeiras.

Havia medidas que levariam Estados, que não precisam disto, a suspender o pagamento da dívida com a União por seis ou mais anos, algo claramente comprometedor para a solvência pública pós-crise. Créditos enormes com garantia federal poderiam ser estendidos a Estados com finanças públicas precárias, segundo a classificação do próprio Tesouro, resultando quase certamente em futuros “espetos” para a União. E por aí vai.

O debate, porém, evoluiu. Os governadores e o Congresso entenderam que o plano Mansueto não era uma boa base para se começar, e agora a discussão é emergencial. Os aspectos de ajuste estrutural ficam para o futuro, mesmo porque ninguém está em condições de discutir isto agora.

O problema, porém, é que prossegue a total falta da devida coordenação da negociação pelo governo federal.

Houve inclusive uma briga de números, com a equipe econômica estimando o custo do pacote para a União em até R\$ 180 bilhões, e relator da proposta, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), falando em um máximo de R\$ 100,7 bilhões.

A questão aí é que os dois lados estão falando de coisas diferentes. Os técnicos da equipe econômica referem-se a todos os custos, incluindo a complementação do FPE e FPM e o que cerca de 18 Estados já economizam não pagando dívidas para a União com base em liminares no Supremo.

Já no cálculo de Pedro Paulo entram as medidas que estão sendo negociadas agora: repasses federais para compensar perdas na arrecadação de Estados e municípios de R\$ 41 bilhões (R\$ 36 bilhões referentes ao ICMS e R\$ 5 bilhões ao ISS); permissão para que Estados contratem empréstimos até 8% da receita corrente líquida (RCL) de 2019 com garantia da União, o que se estima em R\$ 50 bilhões; e renegociação de dívidas com bancos públicos, R\$ 9,6 bilhões.

Há ainda a suspensão do pagamento da dívida subnacional com a União, que já está em vigor para a grande maioria dos Estados por decisões liminares do Supremo, mas que ganharia mais segurança jurídica sendo referendada em lei com a concordância do governo federal. E a possibilidade de renegociar dívidas estaduais com organismos multilaterais (que dependeria também, claro, da disposição destes últimos).

Parte da discussão atual se dá em termos de prazos. Três meses de compensação de perdas de arrecadação ou mais? Suspensão do serviço da dívida com a União até o fim do ano ou por 12 meses?

A sensação de atores no entorno desse imbróglio é que haveria espaço para uma negociação razoável, se ao menos Guedes se dispusesse a conversar civilizadamente com Maia e outras lideranças do Congresso, e Bolsonaro esquecesse sua campanha insensata contra a quarentena e reunisse os governadores para uma conversa construtiva.

Canais intercambiantes

Os diversos canais do pacote de ajuda são intercambiantes em termos do efeito líquido nas finanças subnacionais. Os Estados, em especial os maiores, parecem mais interessados nas transferências compensatórias por perda de arrecadação do que na permissão de ampliar o endividamento. Se o governo federal caprichasse mais na primeira parte, poderia conter a segunda, por exemplo.

Entretanto, diante da ausência de qualquer liderança ou capacidade de coordenação pelo Executivo do processo de negociação, a decisão final será tomada pelo Congresso e pelos governadores. O que augura mal para os interesses da União, entre os quais a solvência pública de médio e longo prazo.

E há o enorme risco de que, num processo belicoso e descoordenado de votação da matéria, emendas introduzam medidas “bomba” que podem, aí sim, comprometer gravemente a solvência pública.

Maia deve zelar para que isso não aconteça, se deseja manter sua reputação de líder parlamentar responsável. Mas não se poderá jogar toda essa responsabilidade nas suas costas, quando se tem um governo que se recusa a fazer aquilo para o qual foi eleito: governar.

Projeto de socorro a Estados garante perdão de R\$ 13 bilhões em dívida do Rio

Avaliação preliminar é que o projeto incentiva a saída do Rio do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o programa de ajuda do governo federal que suspende dívidas, mas exige medidas de ajuste dos Estados

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

10 de abril de 2020 | 13h32

BRASÍLIA - O **projeto de socorro emergencial aos Estados e municípios** garante um perdão de dívida **de pelo menos R\$ 13 bilhões ao Rio de Janeiro**, de acordo com cálculos da área econômica. Os números foram projetados com base no parecer lido no **plenário da Câmara** na quarta-feira passada. A avaliação preliminar é que o projeto, na prática, incentiva a saída do Rio do **Regime de Recuperação Fiscal (RRF)**, o programa de socorro do governo federal a Estados que **suspende por três anos o pagamento das dívidas**, mas exige medidas de ajuste aos governos que aderem, como redução no gasto com pessoal e venda de estatais.

Rio de Janeiro, de Rodrigo Maia, pode ter perdão de dívida de pelo menos R\$ 13 bilhões

Foto: Michel Jesus/Agência Câmara

Até agora, o Rio foi o único que aderiu ao regime, que passava por reformulações nas negociações do chamado **Plano Mansueto de auxílio financeiro aos Estados**, que foi deixado de lado temporariamente para que o projeto emergencial seja votado diante da necessidade por mais recursos para o enfrentamento da **crise do novo coronavírus**.

O Rio é o Estado do relator do projeto, deputado **Pedro Paulo (DEM)**, e do presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM)**.

O artigo 9º do projeto emergencial retira os encargos moratórios da desistência de ações judiciais. Esse artigo é o que pode perdoar uma parcela de R\$ 13 bilhões da dívida do Rio de Janeiro.

Antes de o Rio entrar no RRF, o Estado **precisou renegociar a dívida com a União pela Lei Complementar 156**. Para entrar nessa renegociação, os Estados tinham que desistir das ações judiciais que tinham contra a União.

Quando o governo fluminense desistiu das ações, teve que contabilizar o valor que não foi pago em decorrência das ações judiciais. Esses valores foram

recalculados com encargos, **gerando um aumento de R\$ 13 bilhões no estoque da dívida do Rio de Janeiro.**

O artigo 9 do projeto perdoa esses R\$ 13 bilhões, explicam técnicos envolvidos na contabilidade dos Estados. Dessa forma, o saldo devedor do Rio vai diminuir.

O projeto também traz outros benefícios para o Rio de Janeiro. Hoje, o Rio teria um espaço de R\$ 4 bilhões para contratar novos empréstimos no âmbito do RRF com objetivos definidos.

Com o artigo 5º do projeto, o Rio vai ter R\$ 4,6 bilhões para contratar novos empréstimos para qualquer finalidade. Diante dessa facilidade, os técnicos consideram que não faz sentido mais o Estado continuar no RRF. Isso porque os benefícios de continuar no programa, como suspensão de pagamento de dívida e contratação de operação de crédito com garantia da União, já estariam garantidos no projeto da Câmara.

Técnicos avaliam que **a vantagem para o Rio sair do RRF seria não ter mais suas despesas supervisionadas** com lupa por um conselho com representantes da União, **nem a necessidade de compensar eventuais aumentos de gasto.** Se estiver no RRF, o Rio não pode pegar uma nova operação de crédito que não esteja no plano, ou seja, não poderia ter acesso à nova linha aberta pelo projeto emergencial.

Outro ponto que o projeto pode ajudar a encaminhar é o destino da **Cedae, empresa de água e esgoto do Rio**. No começo do RRF, o Estado pegou uma operação de crédito como antecipação da privatização da Cedae. Para isso, o **Estado recebeu R\$ 2,9 bilhões**. O prazo para o pagamento do empréstimo atualizado (mais de R\$ 4 bilhões) é 20 de dezembro de 2020. A União deu a garantia, e as ações da empresa entraram como contragarantia - se o crédito não for pago, a empresa é federalizada.

Cedae já foi condenada em 2019 por expor população ao contato com água inapropriada para consumo Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

O Rio já vem tentando renegociar com o **BNP Paribas (banco que emprestou o dinheiro)** o adiamento do pagamento diante das dificuldades de caixa - o Estado só tem dinheiro para pagar suas despesas até o fim de junho. Técnicos explicam que o projeto da Câmara, na prática, abre caminho para essa renegociação sem nem precisar passar pelo Tesouro.

Com o projeto, a União não pode executar as contragarantias em 2020. O artigo diz que os Estados e os municípios poderão realizar aditamento contratual que suspenda os pagamentos devidos no exercício financeiro de 2020, incluindo principal e quaisquer outros encargos, de operações de crédito interno e externo.

Ao Estado, o relator negou com veemência que tenha incluído no seu relatório vantagens específicas para o Rio e disse que os dispositivos valem para todos os Estados e o Distrito Federal. “Não tem nada disso (de direcionar medidas ao

Rio)”, disse ele. Segundo Pedro Paulo, o perdão dos encargos está relacionado ao descumprimento do teto de gastos, que limita o avanço das despesas, pelos Estados. Segundo ele, 17 governos estaduais descumpriram o teto e sofreriam penalidades, com multas.

O deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ). Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Sobre a possibilidade de renegociação do contrato da Cedae sem autorização do Tesouro, Pedro Paulo, disse que não é essa a sua leitura. “Não é verdade. Primeiro que o artigo diz ‘poderão’. É uma recomendação para que sejam discutidas as suas dívidas com os bancos multilaterais, com bancos privados. Não é uma obrigação. A gente não quebra contrato. O artigo não obriga a renegociação”, disse Pedro Paulo, ressaltando que o projeto não suspende a dívida.

Para ele, o artigo estimula a renegociação dos contratos, sem a necessidade de a União cobrir as parcelas que estão vencendo. “No caso da operação da Cedae, se o Estado não pagar e não entrar em acordo, a dívida vai para a União, federalizando a empresa”, ponderou.

Segundo ele, o Estado perderia R\$ 11 bilhões, valor que o Estado espera obter com as concessões dos serviços da Cedae este ano. “De qualquer maneira, o Rio terá que discutir com o Tesouro”, justificou.

Para o deputado, o Rio tem a possibilidade de pedir a prorrogação do RRF, a partir de setembro. Se sair do regime, o Rio terá que pagar R\$ 9 bilhões da dívida a partir de janeiro. “Claro que não estimula a saída. O Rio vai passar a ter uma parcela de R\$ 9 bilhões?”, questionou.

A reportagem procurou o governo do Rio para questionar sobre o projeto ou saber se o Estado abandonaria a recuperação fiscal, mas não obteve resposta. **A Secretaria de Fazenda informou que só vai se pronunciar quando as discussões do projeto estiverem "mais maduras"**. Nesta sexta-feira, 10, Pedro Paulo se reuniu com o **governador do Rio, Wilson Witzel**, para discutir o projeto na residência oficial do chefe do Estado.

Projeto de socorro a Estados tem impacto de até R\$ 222 bilhões aos cofres públicos, diz Mansueto

O cálculo foi divulgado neste sábado, 11, em nota técnica divulgada pelo Ministério da Economia

Da Redação, O Estado de S.Paulo

11 de abril de 2020 | 12h50

BRASÍLIA – O secretário do **Tesouro Nacional, Mansueto Almeida**, estima em até R\$ 222 bilhões o impacto aos cofres públicos do projeto de ajuda a Estados e municípios que deve ser votado na semana que vem pela Câmara.

LEIA TAMBÉM > [Projeto de socorro a Estados garante perdão de R\\$ 13 bilhões em dívida do Rio](#)

O cálculo foi divulgado neste sábado, 11, em nota técnica divulgada pelo **Ministério da Economia**. Mansueto e equipe afirmam que esse valor depende dos efeitos das medidas que estão sendo pensadas pelos deputados que

vão além de ações para o combate à covid-19 e não inclui a eventual abertura de espaço para endividamento dos municípios.

O projeto 149, que tem como relator o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), está sendo usado pela Câmara para incorporar propostas de ajuda financeira a Estados e municípios para mitigar a queda na arrecadação de impostos em razão da crise do coronavírus.

Ao contrário do Plano Mansueto, que é um texto mais amplo, com diversas medidas de ajuste fiscal exigidas de governantes, o projeto em elaboração é focado em compensações aos Estados pela perda na arrecadação e na possibilidade de ampliar o endividamento para governadores e prefeitos.

A equipe econômica e especialistas em finanças públicas classificaram o texto de "bomba fiscal" pelo impacto nos cofres públicos. De acordo com a nota técnica, o impacto do substitutivo é de pelo menos R\$ 105 bilhões sobre as finanças do setor público em 2020.

O valor do apoio federal, no entanto, sobe para R\$ 159 bilhões, quando se considera renegociação de garantias da União às dívidas de Estados, pagamentos que deveriam ser feitos a bancos públicos (Caixa e BNDES) e organismos multilaterais e transferências via fundos de participação de Estados e municípios (FPE e FPM).

"Esse conjunto extraordinário de recursos será todo financiado por meio do aumento do endividamento público, pois não há novas fontes de receitas em nenhuma esfera do setor público consolidado", diz a nota técnica.

Déficit público

O **Tesouro Nacional** lembra que o déficit do setor público previsto para este ano deve ser de R\$ 500 bilhões (ou seja, as contas devem fechar com este rombo devido ao aumento de gastos como resposta à pandemia). Esse valor representa 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

"É importante que qualquer novo impacto fiscal seja debatido de forma cuidadosa para evitar um crescimento excessivo do déficit primário e da dívida pública do setor público além do estritamente necessário para reduzir os impactos econômicos e sociais da crise do coronavírus e garantir os recursos necessários para o sistema de saúde de todos os entes da Federação", diz o texto.

Crise coloca papel do Estado em discussão

Economistas questionam se após pandemia uma nova ordem mundial será instaurada

Luciana Dyniewicz, O Estado de S. Paulo

12 de abril de 2020 | 05h00

Além de desencadear a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, conforme afirmou a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, a pandemia da covid-19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo como não se vê desde os anos 1980. Economistas, cientistas sociais e políticos começam a apontar – não de forma unânime – que uma maior presença do Estado na economia pode ser o novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos.

Uma das principais publicações de economia do mundo, o jornal inglês *Financial Times*, defendeu recentemente em editorial essa transformação no capitalismo. O diário destacou que o fechamento do comércio para tentar estancar a epidemia está saindo mais caro para os que já vivem em situação

precária e que a população mais jovem, que mais sofre agora com a perda de renda, deve ser restituída no futuro. Para isso, defende ações estatais.

‘Financial Times’ diz que pobres estão pagando a conta e defende mais Estado Foto: Tiago Queiroz/Estadão

“Reformas radicais – invertendo a direção política predominante das últimas quatro décadas – precisarão ser colocadas na mesa. Os governos terão de aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimento, e não como passivo, e procurar maneiras de tornar o mercado de trabalho menos inseguro. A redistribuição estará novamente na agenda”, escreveram os editorialistas do jornal.

Na tentativa de reduzir o impacto da paralisação de grande parte das atividades econômicas, governos de todo o mundo têm anunciado aumentos extraordinários dos gastos públicos. A questão é por quanto tempo essa participação estatal permanecerá. A crise de 2008, apesar de também ter levado os Estados a intervirem de forma importante na economia, não foi suficiente para transformar o sistema.

“Naquela época, tivemos uma crise financeira. Bancos quebraram, mas indústria e comércio continuaram. Hoje parou tudo. Aí se revelou que algumas pessoas não têm nada a não ser sua mão de obra”, diz o cientista político Carlos Melo, professor do Insper.

Melo lembra que, com a covid-19, a sociedade precisará de maior assistência social e médica. A questão é que os Estados não têm estrutura para oferecer esses serviços, diz ele. “Será preciso mudar as estruturas. Não é questão de preferir mais Estado ou menos, porque você é mais ou menos intervencionista, os Estados vão precisar agir.”

O economista Eduardo Giannetti também afirma que o debate ideológico não teve papel relevante na definição do tamanho do Estado durante as guerras mundiais. Para ele, porém, a tendência hoje é que a preocupação dos países em manter suas contas públicas saudáveis seja retomada após essa fase mais crítica. “Uma crise dessa magnitude vai acelerar transformações na economia mundial. Mas colocar em termos de fim do capitalismo, onde surge uma nova era da economia mundial, acho exagerado.”

Professor da FGV, Marcelo Neri pondera que, no caso brasileiro, pode não haver espaço fiscal para um Estado maior. “Não tenho dúvida de que vai aumentar a demanda pelo Estado na economia, mas o Estado brasileiro não está bem. Quando passar a crise, teremos uma dívida maior, e um Estado em situação pior.”

‘Haverá uma reconfiguração econômica’

Monica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute

Essa é uma crise humanitária que deixa em evidência que saúde e proteção social são bens públicos. A gente já vê nos Estados Unidos, e em breve vamos ver no Brasil, que a população de mais baixa renda é a que está sofrendo mais com a falta de acesso à saúde e com as consequências da crise econômica. Isso, aqui nos EUA, é mais extremado por ser um país onde o sistema de saúde é privado e a rede de proteção social não existe. Mas em países como o Brasil, onde a população vulnerável é muito numerosa, vai haver uma catástrofe. Vão ser muitas vidas perdidas.

Não vejo possibilidade de as políticas públicas não se moldarem depois dessa crise em torno desses dois temas. Proteção social e saúde terão de ser abraçados, e eles só podem ser abraçados pelos governos.

A questão do Estado e do tamanho dele vão acabar indo nessa linha. Dentro disso, vai acabar entrando também a questão ambiental, porque é outro bem público.

A forma como se vê a questão fiscal dos países também vai mudar, porque, quando a crise acabar, todos estarão com os balanços do setor público desajustados. Não vai poder se fazer um ajuste fiscal forte porque, se fizer, você interrompe o processo de recuperação, que vai ser muito lento.

Haverá uma reconfiguração política e econômica grande. Vínhamos num rumo antes, mas mudamos. Para o Brasil, o coronavírus também foi uma bifurcação,

só não parece que foi porque o governo permanece o mesmo. Bem ou mal, o restante do governo Bolsonaro vai ser de gestão de crise. Ele não vai ter espaço para outra coisa. E o que vem depois dessa crise, necessariamente, vai ter de ser um discurso político pragmático e com foco no papel do Estado como provedor desses bens públicos, algo que esse governo nunca teve, porque não era a linha adotada. Esse caminho do Estado minimalista foi não só interrompido, mas jogado às traças pela epidemia e ele não volta.

Isso não significa necessariamente o abandono de reformas, mas, sim, um redesenho de algumas reformas e uma preocupação maior com as questões sociais. Vai haver um aumento de impostos, até para custear os bens públicos. É uma mudança de eixo político, como a gente teve no pós-guerra, quando passamos do nacionalismo para o multilateralismo.

‘É possível que preocupação fiscal volte’

Eduardo Giannetti, economista

Uma crise dessa magnitude acelera transformações na economia mundial. Mas, colocar em termos de fim do capitalismo, acho exagerado. As coisas precisam ser colocadas em perspectiva. Esse tipo de drama que estamos vivendo, enquanto está acontecendo, adquire proporções maiores do que, em retrospecto, vai ter. É natural. O que acontece é que estávamos em um equilíbrio, estamos passando por uma zona de turbulência e chegaremos a outro equilíbrio.

Algumas coisas, no entanto, dá para dizer. Processos que já vinham transcorrendo de maneira lenta foram acelerados. A questão do home office foi acelerada e acho que boa parte disso não volta. A venda pela internet vai ter um impacto relevante permanente.

(Do ponto de vista de políticas), não é muito diferente da reação à crise de 2008. É o mesmo tipo de ação agressiva de políticas monetária e fiscal, tentando reerguer uma economia. A gente está na UTI. As ações cabíveis em situação de UTI são diferentes das de uma situação normal. Depois, o mais provável é que a preocupação com o equilíbrio das finanças públicas volte ao que sempre foi.

Agora, olhando para a economia global, os dois momentos em que o Estado aumenta de tamanho no século 20 coincidem com as guerras mundiais. Havia um consenso durante a guerra de que o Estado tinha de aumentar o gasto como proporção do PIB. Os debates ideológicos tiveram, aí, um papel muito menor na definição do tamanho do Estado.

Um ponto que é importante é que uma crise como a atual escancara a gravidade da desigualdade. Se há uma coisa que nos fragiliza como nação hoje é o fato de termos milhões de brasileiros em situação precária. A desigualdade é um complicador extraordinário em um momento como esse. O Estado brasileiro mal sabe como atingir a população com políticas de sustentação de renda. Espero que o efeito dessa crise seja a formação de um consenso quanto ao

imperativo de termos uma sociedade mais equitativa. Essa questão estrutural brasileira pode ganhar uma centralidade depois do coronavírus.

‘Fase será de projetos nacionais fortes’

Roberto Mangabeira Unger, ex-ministro de assuntos estratégicos e professor em Harvard

A crise da pandemia inicia no mundo um período de projetos nacionais fortes. Projetos nacionais fortes se caracterizam por grandes mobilizações de recursos físicos, financeiros, tecnológicos e humanos, como em economia de guerra. Em segundo lugar, por uma ênfase na capacitação dos Estados e dos povos, por um olhar na oferta e na produção, e não apenas no consumo. Em terceiro lugar, por experimentos institucionais, por exigência da emergência. Em quarto, pela liderança e pela posição central do Estado nesse processo. Não é um Estado para produzir, mas para organizar um projeto produtivista e capacitador.

Na ordem mundial, a contrapartida a esses projetos nacionais fortes será uma busca por uma nova forma de globalização. A globalização que prevaleceu até agora é caracterizada por um maximalismo institucional, tal como desenhada sobretudo nos tratados da Organização Mundial do Comércio e nos novos tratados multilaterais, como o TransPacífico. Eles exigem dos países que aceitem uma forma específica da economia de mercado e querem proibir, sob o

rótulo de subsídios, todas as formas de coordenação estratégica entre governos e empresas que os países usam ou usaram para enriquecer.

Esses experimentos e essas parcerias agora são indispensáveis: primeiro, para enfrentar as consequências econômicas e sociais da crise atual; depois, para construir esses projetos produtivistas e capacitadores que o mundo procura. Precisaremos de uma globalização que evite a ruptura da ordem mundial e a retirada rumo às autarquias nacionais e construa uma ordem mundial caracterizada pelo minimalismo institucional. O máximo de abertura, com o mínimo de restrição às inovações necessárias para construir essas alternativas. Globalização minimalista não quer dizer o fim da troca de bens, pessoas, ideias. Mas dizer que essa troca não deve ter como pressuposto a convergência forçada para o mesmo esquema jurídico vigente no maximalismo institucional. O debate agora não é mais ou menos globalização, mas qual globalização. /

GUILHERME EVELIN

Avança acordo para ajuda aos Estados

Parecer deve sugerir que a União faça a recomposição do ICMS e do ISS nos próximos seis meses

Por Marcelo Ribeiro, Edna Simão e Ribamar Oliveira — De Brasília

13/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Após críticas da equipe econômica, a Câmara dos Deputados avança para fechar um acordo e enxugar o projeto de socorro emergencial para Estados e municípios. Negociado com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), lideranças partidárias e governadores, o novo parecer do relator Pedro Paulo (DEM-RJ) deve se limitar a estabelecer a compensação aos entes federativos e prefeituras pela queda da arrecadação de impostos em função da crise do coronavírus. A ideia de Maia é colocar a proposta em votação entre hoje e amanhã.

Segundo fontes, o parecer deve sugerir que a União faça a recomposição do ICMS e do ISS nos próximos seis meses. O objetivo do projeto é criar uma espécie de “seguro receita” para garantir que os serviços públicos continuem funcionando. No texto original, a compensação da arrecadação de impostos ocorreria por três meses.

“Se a crise, segundo eles, vai durar apenas três meses, qual é o problema de colocar esse trecho de recomposição por seis meses? Se a tese estiver correta, no quarto mês não haverá perda de arrecadação ou será muito pequena”, avaliou um parlamentar.

Nas contas dos parlamentares, a medida pode ter um impacto de até R\$ 80 bilhões, o que vem sendo contestado pela equipe econômica, para quem os custos podem chegar a R\$ 222 bilhões, dependendo da extensão das medidas. O cálculo foi

Para enfraquecer os argumentos da equipe econômica de que o projeto é “uma bomba fiscal”, o relator está inclinado a retirar alguns pontos, como a ampliação do limite para novas contratações de crédito com garantia da União.

Inicialmente, Pedro Paulo sugeriu que os Estados poderiam fazer mais empréstimos com garantia da União em até 8% da receita corrente líquida (RCL). Depois disso, chegou a propor a redução do limite para novas contratações de crédito para 6% para Estados bons pagadores e 5% para maus pagadores. Diante das críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes, ele estaria decidido a retirar o trecho.

Outro ponto que pode ser excluído da proposta é em relação à suspensão do pagamento das dívidas dos Estados com a União e bancos públicos. Como o Supremo Tribunal Federal (STF) já vem tratando do tema e beneficiando os entes federativos, o relator teria sido alertado por governadores de que esse ponto não precisaria ser tratado no projeto. Membros do governo, que chegaram a criticar o trecho, pedem que Pedro Paulo mantenha as regras, já que a Suprema Corte poderia estender a suspensão para além de 2020.

De acordo com parlamentares que participam das negociações, o texto deve propor o congelamento de reajustes salariais para servidores públicos até dezembro. Para que a responsabilidade pela decisão seja dividida, o relator sugere que o governo proponha uma emenda que determine a extensão dessa suspensão até meio de 2021.

Paralelamente, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), deve se reunir com Guedes e outros integrantes para finalizar a costura de um projeto paralelo. O governo prepara uma série de medidas para atender Estados e municípios que supera os R\$ 100 bilhões, o que inclui transferência direta de recursos, suspensão de dívidas, securitização entre outros, segundo fonte da área econômica. Do total, R\$ 30 bilhões referem-se a dinheiro novo.

Parte desse valor deve ser direcionado a saúde e assistência social, e parte será livre para combater os efeitos da pandemia em outras áreas. Em contrapartida, a equipe econômica quer que o projeto contemple que não haverá reajuste para os servidores por dois anos. O dinheiro só será repassado se houver esse

compromisso. “Não é possível falar em aumento de salários no momento em que muitos brasileiros vão perder empregos”, informa uma fonte da área econômica.

A ideia dos governistas é propor que esse texto substitua o relatório de Pedro Paulo. Nos bastidores, líderes na Câmara indicaram que não aceitarão essa proposta por considerá-la “tímida demais”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento

CAMMAX

LINK PATROCINADO

Aparelho ensina em uma semana idoso a tocar violão aos 78 anos de idade

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Obtenha uma nova vida às suas facas e tesouras com o afiador de facas elétrico.

MALUI CENTER

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Guedes prometeu que governo vai autorizar antecipação de feriados, dizem lojistas



Estados inflam a conta para atravessar a pandemia

O importante, neste momento, é o governo federal discutir com governadores e prefeitos, de forma madura, o tamanho da ajuda que a União poderá conceder

13/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Dados preliminares projetam uma queda entre 20% e 30% da receita dos Estados em abril, não apenas pela redução do valor das notas fiscais emitidas, mas também por causa do atraso no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido, como mostrou o **Valor**, em sua edição de sexta-feira. O drama dos fiscos estaduais, portanto, não é apenas por causa do impacto negativo da covid-19 na atividade econômica, mas também pelo aumento da inadimplência dos contribuintes.

Só em abril, a arrecadação do governo de São Paulo com o ICMS cairá R\$ 2,4 bilhões por conta da crise, pois o Estado esperava arrecadar R\$ 12,7 bilhões e ficará com R\$ 10,3 bilhões, segundo o secretário de Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles. Se o Produto Interno Bruto (PIB) despencar 5% neste ano, como já admite boa parte dos analistas do mercado, o secretário estima que o governo de São Paulo perderá R\$ 16 bilhões em receita.

A situação não é diferente nos demais Estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, na primeira semana em que entraram em vigor as medidas de quarentena adotadas pelo governo, o valor em emissão de notas eletrônicas subiu 14,7%. Mas, no período de 28 de março a 3 de abril, a queda foi de 33,9%.

Em 2009, quando a redução da atividade econômica foi de apenas 0,1% por causa

Naquela época, não houve fechamento do comércio e paralisação de atividades industriais, como ocorre agora em virtude da decretação da quarentena para evitar a propagação do novo coronavírus. Neste ano, a queda da receita do ICMS, principal tributo dos Estados, será, portanto, muito mais forte.

Os municípios também sofrerão, não só com a redução do ICMS, pois têm participação na receita deste tributo, como também com a queda de arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS). Os dados indicam que o setor de serviços será o mais afetado pela crise. Assim, Estados e municípios terão forte perda de receita no momento do enfrentamento da maior emergência em saúde pública desde 1918, quando milhares de brasileiros morreram por causa da “gripe espanhola”.

Em meio a essa situação aflitiva, com queda de receita e aumento de gastos para combater o novo coronavírus, governadores e prefeitos tentaram pegar carona no chamado Plano Mansueto, que estimula a adoção de boas práticas fiscais para melhorar a nota de crédito de Estados e municípios, e que está sendo votado na Câmara. Deputados desvirtuaram o plano original, que se transformou em um programa de ajuda aos governos estaduais e prefeituras, sem qualquer contrapartida.

Entre as medidas incluídas está a suspensão do serviço da dívida em 2020, adiamento contratual de todas as operações feitas em 2020, compensação, por parte da União, das perdas de receita de Estados e municípios e autorização para a contratação de novas dívidas até o montante de 8% da Receita Corrente Líquida (RCL).

O Plano Mansueto é correto em seus propósitos e terá que ser retomado quando esta terrível praga passar. No pós-crise, os Estados e municípios precisarão, como nunca antes, ajustar suas contas. Mas ele foi abalroado por uma emergência de saúde pública, em que os governos estaduais e municipais perdem recursos em proporções gigantescas, perdeu apoio político, o que inviabilizou sua votação.

O importante, neste momento, é o governo federal discutir com governadores e prefeitos, de forma madura, o tamanho da ajuda que a União poderá conceder aos Estados e municípios. A ajuda inicial de R\$ 16 bilhões, que está prevista na medida

Congresso autorize a contratação de novos empréstimos por Estados que possuem, em sua maioria, notas de crédito C e D e que não têm condições de obter crédito sem aval da União. Sem essa garantia, as taxas de juros que serão cobradas nesses empréstimos terão o céu como limite. Novas dívidas para esses entes aumentará a necessidade do ajuste que eles terão que fazer em suas contas mais adiante.

Um critério razoável é o de que apenas a União eleve o seu endividamento neste momento de pandemia, com o objetivo de obter os recursos necessários para que todos os entes da Federação consigam proteger os seus cidadãos. Obedecido este princípio, definir o montante que a União deverá repassar para Estados e municípios nos próximos quatro ou cinco meses ficará mais fácil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento
CAMMAX

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Aparelho ensina em uma semana idoso a tocar violão aos 78 anos de idade
GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Obtenha uma nova vida às suas facas e tesouras com o afiador de facas elétrico.
MALUI CENTER

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS



Metade do Nordeste está apta ao auxílio

Consultoria mostra que 61% das pessoas aptas a receber os R\$ 600 têm até o fundamental completo

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

13/04/2020 05h00 · Atualizado há 38 minutos



Mariana Leite diz que benefício está bem focado em parcela dos mais pobres — Foto: Divulgação



Dos cerca de 56 milhões de brasileiros que se enquadram nos critérios previstos para receber o auxílio emergencial de R\$ 600 do governo federal, 37,7% estão na região Nordeste do país (metade da população adulta da região) e 61,6% têm até o ensino fundamental completo.

Os números foram levantados pela consultoria IDados a partir do cruzamento dos critérios previstos para o benefícios com a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, que acompanha informações sobre a renda da população.

- **Benefício pode mais que compensar queda da massa salarial**

Entre os critérios para receber o auxílio estão não ter emprego formal, não receber recurso previdenciário ou assistencial (como o Benefício de Prestação Continuada, a aposentadoria pelo INSS ou o seguro-desemprego) e ter mais de 18 anos. É preciso ainda ter renda mensal de até meio salário mínimo per capita (R\$ 522,50) e de até três salários mínimos (R\$ 3.135) por família.

Segundo Mariana Leite, pesquisadora da consultoria IDados, 21,1 milhões dos brasileiros aptos ao benefícios estão no Nordeste. Esse contingente representa metade (51,2%) da população adulta da região (18 anos ou mais de idade). Uma proporção semelhante é vista na região Norte: 50,4% da população estaria apta ao benefício.

As regiões são, historicamente, as mais pobres do país, o que explica o número elevado de pessoas enquadradas no auxílio emergencial, que terá duração de três meses. Além da pobreza, as regiões têm elevado número de trabalhadores no mercado informal.

“O mercado de trabalho do Nordeste tem números piores de emprego, renda e foi bastante afetado durante a recessão, com posterior dificuldade de recuperação”, explica Mariana. “Três quartos dos moradores do Nordeste enquadram-se na faixa de renda exigida para receber o auxílio do governo.”

Na região Sudeste, 19,8 milhões de pessoas estão aptas ao benefício, 29,1% dos moradores adultos da região. Outros 5,4 milhões estão na região Sul, o que

exibe, em geral, melhores índices de emprego, renda e formalização”, acrescentou a pesquisadora.

Como esperado num programa com corte por renda, os menos escolarizados formam a maioria: 61% dos possíveis beneficiários têm até o ensino fundamental completo, ou 34,5 milhões de pessoas.

“Em geral, o auxílio elaborado pelo governo parece bem focado na população de baixa renda, que será mais afetada no período de isolamento social”, afirmou a pesquisadora, acrescentando que será preciso acompanhar sua operacionalização.

Na quinta-feira, a Caixa Econômica Federal divulgou que, somente no primeiro dia, o benefício foi creditado na conta poupança de 2,1 milhões de clientes do banco e que outros 436 mil benefícios seriam creditados pelo Banco do Brasil. No total, já teriam sido disponibilizados cerca de R\$ 1,5 bilhão apenas no primeiro dia.

Curiosamente, menos da metade dos trabalhadores informais - alvo principal da medida do governo - estará apta a receber o auxílio. Dos 44 milhões de trabalhadores informais existentes no país, 26 milhões reuniriam os requisitos, especialmente por causa do critério de renda.

“Existe uma questão: como são informais, não há formas de comprovação de renda. Então, os informais podem declarar renda menor ao governo e desta forma acessar o benefícios. Isso pode aumentar o universo de beneficiados pelo auxílio como um todo”, disse ela.

Mariana chama atenção para a presença de 2,5 milhões de pessoas com ensino superior completo que atendem aos critérios do programa. Esse grupo representa, porém, só 4,6% do total de potenciais beneficiários. “Há muita gente inativa dentro desse total, que nem trabalha e nem procura emprego. Há também muitos jovens desempregados”, explica.

O levantamento mostra que 44% dos brasileiros aptos ao benefícios estão na faixa de 18 a 34 anos de idade. São 24 milhões de pessoas. Parte da explicação está nos menores salários e na maior informalidade da parcela jovem dos trabalhadores,

O grupo de idosos (65 anos ou mais) aptos a receber é pequeno, com 1,7 milhão de pessoas, o correspondente a apenas 7,9% do grupo etária. Mariana explica que os idosos mais pobres recebem recursos do BPC, programa de assistência social do governo, fator de exclusão do auxílio emergencial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Você consegue identificar estas famosas figuras históricas?

BUQUIZ.COM

LINK PATROCINADO

Esta mãe decidiu adotar uma menininha e acabou descobrindo uma alarmante semelhança com seu filho

GRADUATEZ

LINK PATROCINADO

Mulher usa fibras que absorvem gordura e quase vai presa por emagrecer demais

LIPOCAPS

LINK PATROCINADO

Smartwatch cf n99 - Android e IOS. Frete grátis para todo o Brasil! Compre em até 6x sem juros ou com 10% desconto no boleto.

LOOKIANDO

LINK PATROCINADO

Bahia recebe 27 cursos sem mensalidades

PROCAPACITAR

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Investidores olham dados econômicos enquanto esperam por desaceleração do coronavírus

VALOR INVESTE



Ford e Embrapii vão fabricar 150 mil máscaras reforçadas

Feitas com lâmina de acetato, peças podem oferecer maior proteção aos profissionais de saúde

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

13/04/2020 05h01 · Atualizado há uma hora

Cerca de 150 mil máscaras de proteção facial para uso hospitalar serão produzidas por meio de uma parceria que a montadora Ford fechou com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), através da unidade de pesquisa Senai Cimatec, na Bahia.

As máscaras, feitas com lâmina de acetato, oferecem maior proteção aos profissionais de saúde que estão na linha de frente no enfrentamento do novo coronavírus.

- **Escolas de samba mobilizam sua ala de costureiras**
- **Aliance Sonae e Vale facilitam pagamentos**

A previsão é que fiquem prontas para ser doadas a órgãos públicos em quatro a cinco semanas. O Equipamento de Proteção Individual (EPI) será produzido na fábrica da Ford em Camaçari. Pesquisadores do Senai Cimatec já atuam na adaptação de maquinários e no desenvolvimento de dispositivos que irão moldar as peças que compõem as máscaras.

A produção nas três fábricas da Ford no Brasil está suspensa desde o dia 23 de

investimento total é de R\$ 1,1 milhão, sendo que cada parte entrará com um terço. Esse é o modelo de atuação tradicional da Embrapii, que não cobra de volta os recursos oferecidos aos projetos. Durante a crise da covid-19, no entanto, o modelo foi flexibilizado. “Poderemos ter mais participação em projetos ligados aos coronavírus, dependendo de cada caso e, no limite, chegando a 90% de apoio. Como o setor produtivo está em um momento difícil, vamos aportar mais para ajudar a desenvolver as tecnologias necessárias”, diz José Luis Gordon, o diretor de planejamento e gestão da Embrapii.

A Embrapii, que obtém recursos através do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) e da pasta da Educação (MEC), passou por dificuldades orçamentárias no ano passado, mas, segundo Gordon, agora tem recursos suficientes. “Temos um orçamento em torno de R\$ 40 milhões e estamos aguardando liberação de mais R\$ 50 milhões que pleiteamos junto ao Ministério da Saúde”, afirma.

O primeiro projeto com financiamento flexibilizado já está em curso. O Instituto Eldorado - uma das 42 unidades Embrapii - e a Braile vão desenvolver um equipamento para oferecer uma espécie de “pulmão auxiliar” ao paciente que sofrer de insuficiência respiratória aguda. A Embrapii vai entrar com metade do valor do projeto, orçado em R\$ 2,3 milhões.

Além de flexibilizar seu modelo de aporte, a Embrapii está com outras duas linhas de recursos para iniciativas de ciência, tecnologia e inovação que ajudem no enfrentamento do vírus. Embrapii, Senai e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) já ofereceram R\$ 10 milhões para aplicação imediata em projetos de prevenção, diagnóstico e tratamento da covid-19 - seis foram selecionados, segundo Gordon. O grupo ainda tem mais R\$ 20 milhões para oferecer, sendo que R\$ 9 milhões já foram direcionados e, em breve, deve sair o resultado dos R\$ 11 milhões restantes.

“São projetos envolvendo equipamentos, respiradores e seus componentes, produção de álcool em gel. Os recursos são para pesquisas mais robustas, mas também de curto prazo, para ser utilizado agora”, diz Gordon. Para empresas de menor porte (startups), a Embrapii firmou parceria com o Sebrae para oferecer R\$ 6 milhões de apoio.

Plano de ajuda soma 7,8% do PIB, mas ainda gera dúvidas

Crédito precisa chegar rápido às empresas, diz Ibre/FGV

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

13/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



Luiz Schymura, Vilma Pinto e Manoel Pires, do Ibre/FGV: plano de socorro está mais robusto, mas é necessário facilitar o acesso das empresas ao crédito — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Apesar da lentidão inicial, as medidas anunciadas pelo governo para diminuir os efeitos da nova coronavírus já atingiram R\$ 569,6 bilhões (7,8% do Produto Interno

Bruto), segundo um levantamento de Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Embora mais robusto, o plano de socorro guarda incertezas. Para analistas, a dúvida é se o pacote chegará a tempo de amparar empresas e trabalhadores. Outra incógnita é até onde vai o fôlego do governo caso a crise persista.

A maior preocupação do momento é sobre as operações de crédito a empresas, ainda “emperradas” e com alto risco de inadimplência. A demora para que os empréstimos cheguem mais rapidamente à cadeia produtiva é um sinal de alerta, porque as medidas necessárias de isolamento social geram queda abrupta de receita.

Socorro do governo federal

Veja resumo das ações para sustentar a economia durante a pandemia

Medidas - valores em R\$ bilhões

Antecipação de despesa (13º salário e abono salarial)	58,8
Adiamento de receita (Diferimento de FGTS, Supersimples e PIS/Cofins)	134,2
Desoneração (Sistema S, IOF, IPI e Imposto de Importação)	12
Remanej. de recursos (FGTS/PIS Pasep, Bolsa Família, DPVAT, entre outros)	34,1
Novas despesas (transf.de renda e complementação de redução de jornada)	150,3
Crédito (linhas para capital de giro do BNDES e fundos constitucionais)	91
Estados (susp. de dívida com União, renegociação e securitização, entre outros)	88,2
Total	568,6

Crédito "fiscal" é
R\$ 153,2 bilhões
do pacote, sendo
R\$ 91 bi ao setor privado

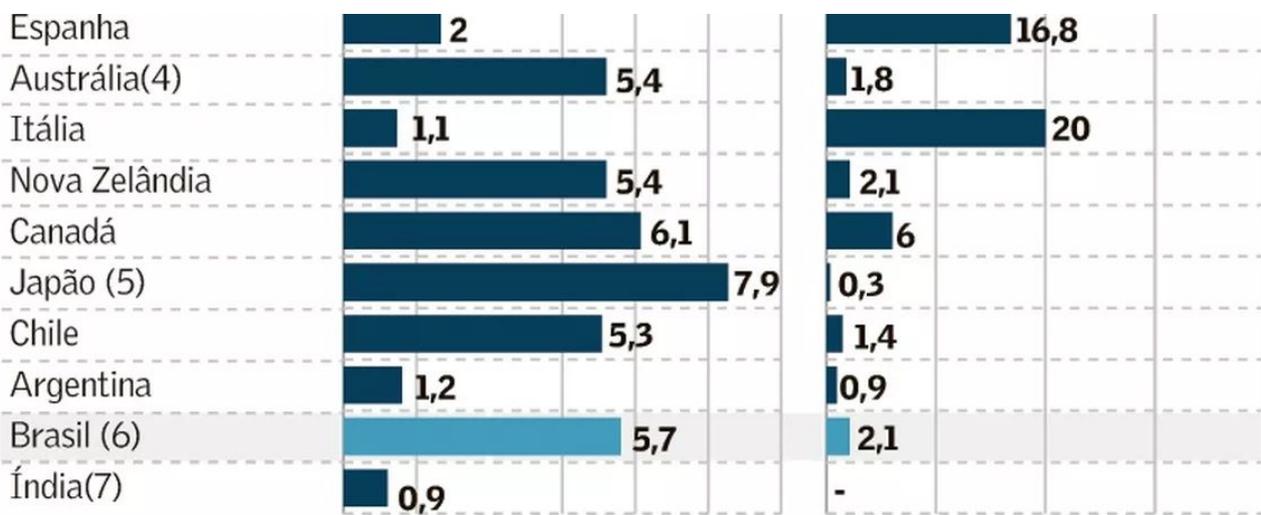
Gastos e desonerações são
R\$ 415,4 bilhões,
sendo R\$ 222,4 bi
"dinheiro novo"

Volume total de
recursos é
equivalente a
7,8% do PIB

Reações de política fiscal pelo mundo

Confira o tamanho da ajuda em nações selecionadas - em % do PIB

Países	Programas governamentais	Crédito fiscal
EUA	5,4	4,1
Reino Unido(1)	2,3	15
Alemanha (2)	6	29,7



Fonte: Manoel Pires - Ibre/FGV Não inclui os benefícios de reposição de renda, (2) Não inclui as postergações de impostos, (3) Não inclui parcelamentos de serviços públicos, (4) O RBA ofereceu um pacote de crédito de 90 bi (4,6% do PIB), (5) Anunciou um novo pacote que equivale a 20% do PIB, (6) As operações de crédito incluem os financiamentos para E/M, (7) Negocia um novo pacote de 2,5 trilhões de Ruppes com financiamento do Banco Central.

Na comparação internacional, o Brasil está em nível parecido ao da Austrália, com 7,2% do PIB, e acima do pacote de 6,7% do PIB no Chile, mas segue distante das nações avançadas: os EUA devem desembolsar o equivalente a 9,5% do PIB e a Itália, um dos epicentros da doença, 21,1% do PIB.

“Do ponto de vista de atuação direta, já nos equiparamos em termos de reação a outros países. Mas tem uma perna que me parece ainda complicada na atuação do crédito”, disse Pires em debate de pesquisadores do Ibre/FGV e o **Valor**.

Ex-secretário de Política Econômica da Fazenda, Pires nota que as ações anticrise têm mix distinto. A Itália vai empregar 1,1% do PIB em programas governamentais, menos do que o Brasil (5,7%). Porém, o país europeu destinará 20% do PIB para crédito, ante 2,1% por aqui.

O dado consolidado do Brasil exige ressalvas. Do pacote governamental total, R\$ 415,4 bilhões são gastos e desonerações, mas a parte de dinheiro “novo” é pouco mais da metade deste valor, ou R\$ 222,4 bilhões. Isso acontece porque o governo se valeu de medidas de antecipação de despesas, como as parcelas do 13º dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que serão pagas em maio, e o adiamento de receitas, como postergação do PIS/Cofins por 3 meses.

Os R\$ 153,2 bilhões restantes incluem ações de crédito que embutem algum tipo de incentivo, como garantias e subsídios ou cuja fonte são recursos fiscais, explica Pires. Elas visam garantir fôlego financeiro a Estados e empresas, e o setor privado deve ficar com R\$ 91 bilhões deste bolo. Há dúvidas se as companhias conseguirão acesso ao crédito. As medidas anunciadas pela Caixa de empréstimo imobiliário não entram na conta por não ter um incentivo fiscal específico.

“Como os bancos retraem muito o crédito por conta do risco, as ações do Banco Central são mais direcionadas para oferecer liquidez”, diz Pires. Logo, as medidas protegem os bancos contra saques, desinvestimentos, aumento de calotes e renegociações, mas não expandem o crédito, segundo ele.

Isso afeta sobretudo microempresas e trabalhadores informais. Muitos desse grupo podem ficar de fora da ajuda por não estarem inclusos no sistema financeiro. Pires alerta que os impostos diferidos, isto é, com prazo de pagamento estendido, estão com prazo apertado, todos para 2020.

Tudo somado, o cenário indica a necessidade de o governo, nos próximos meses, se ver obrigado a abrir o caixa novamente e socorrer o setor privado. “Um Refis [programa de refinanciamento tributário] para empresas já está contratado”, afirma o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, pesquisador associado do Ibre/FGV.

A resposta inicial do BNDES para pequenas e médias empresas foi uma linha de capital de giro de R\$ 5 bilhões. Desde o anúncio, foram 261 operações com juro médio de 13% ao ano, diz Pires. Nos últimos dias, foram criadas operações mais baratas. Há uma linha para financiar a folha de pagamento no valor de R\$ 40 bilhões, com 85% do risco assumido pelo Tesouro e taxa de 3,75% ao ano. Outra vai usar recursos de fundos constitucionais para empréstimos de capital de giro, a um custo de 2,5% ao ano.

A crise exige ações além da esfera federal. Segundo Pires, 21 Estados anunciaram algum tipo de auxílio financeiro às empresas e famílias, como transferência de renda aos mais pobres, redução do ICMS e postergação do IPVA. Também há iniciativas mais direcionadas, como distribuição de cestas básicas, adotada em 19 dos entes. “Nos Estados, temos atribuição melhor de como o dinheiro vai ser gasto. Deveria

mesma direção e falta para outras áreas”, afirma Vilma Pinto, pesquisadora do Ibre/FGV.

Em 22 Estados, há planos específicos para as empresas, o que representa um “ponto de partida” ruim porque os mais atingidos são os entes com dívida alta. “Em outros países, essas medidas são feitas com transferências diretas da União aos Estados, sem gerar dívida”, afirma Pires.

A dimensão da crise atual é diferente da de 2008 e prevê uso intensivo de serviços públicos. Para Pires, o excesso de medidas de crédito e a recessão desencadeada pela doença vão exigir reestruturação das finanças subnacionais na saída da crise.

Ao analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do “Orçamento de Guerra”, Pires diz que o texto deverá ajudar a organizar a atuação do BC no crédito, o que é positivo, mas há incertezas, como o risco de o Congresso cancelar ações do governo. “A justificativa da PEC é ter cheque em branco para descumprir a regra de ouro [que proíbe emissão de dívida para gastos correntes], mas perdeu-se tempo com algo que não tira a insegurança jurídica”, diz Barbosa.

Diretor do Ibre/FGV, Luiz Schymura destaca a dramaticidade da situação, lembrando que há previsões de queda de 6% do PIB no ano. “É difícil traçar qualquer cenário nesse contexto”, diz, ressaltando a importância de se tomar medidas bem focadas nesse ambiente.

Saiba Mais

[Canal de saída da crise é incógnita](#)

[Auxílio de R\\$ 600 pode ter custo maior que o previsto](#)

Acordo de petróleo é histórico, mas de efeito duvidoso

Após quase quatro dias de impasse com o México, sauditas e russos decidiram engolir a falta de comprometimento dos mexicanos e se comprometeram com grandes cortes na produção de petróleo para evitar um novo colapso dos preços na reabertura dos mercados

Por **Julian Lee** — Bloomberg

13/04/2020 05h01 · Atualizado há uma hora

Depois de quatro dias de muito drama, o grupo de países conhecido como Opep+, capitaneado pela Arábia Saudita e pela Rússia, finalmente concordou em promover um corte recorde em sua produção de petróleo em resposta ao colapso da demanda desencadeado pelo coronavírus.

O drama ficou a cargo do México, que se recusou a aceitar o corte que lhe foi destinado. Pediu-se ao México que cortasse 400 mil barris/dia de sua produção. O país ofereceu 25% disso.

- **Petróleo opera sem direção única após acordo de corte na produção da Opep+**

Um inesperado salvador surgiu na sexta-feira, sob a figura do presidente dos EUA, Donald Trump. Ele propôs um acordo com o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, pelo qual 250 mil b/d da queda “puxada pelo mercado” da produção americana seria renomeada como “mexicana”.

Mas não se deixe enganar: isso não tirou um único barril de petróleo adicional do

colapso da demanda desencadeado pela covid-19. Finalmente, após um impasse de quase quatro dias com o México, sauditas e russos decidiram engolir a falta de comprometimento dos mexicanos. A alternativa teria sido permitir que os mercados abrissem hoje sem um acordo, sob o risco de uma grande queda dos preços.

A bem da verdade, o **acordo da Opec+** é historicamente grandioso em sua magnitude, em vista do tamanho dos cortes. Os 20 produtores participantes reduzirão a produção em 9,7 milhões de b/d, com todos, com exceção do México, diminuindo a produção em 23% por dois meses - maio e junho. Nos termos acertados, a contribuição do México se encerrará ao fim da primeira fase do acordo, quando o país, presumivelmente, terá de sair do grupo Opec+. O corte dos demais 19 países será reduzido para 7,7 milhões de b/d até o fim do ano, e depois para 5,8 milhões de b/d até abril de 2022.

Não se surpreenda se o total oficial divulgado pela Opec+ for ainda maior do que esse. Houve alguma sinalização de que o número oficial poderia ser próximo a 12,5 milhões de b/d, mas isso seria alcançado elevando a base de comparação inicial de produção da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e do Kuwait, países cuja produção havia sido ampliada neste mês, o que deixaria suas metas reais inalteradas. Isso é cortina de fumaça para dar a impressão de que os cortes são significativos.

O acordo traz dúvidas ainda maiores do que o México. A Rússia, por exemplo, cortará sua produção em 2,5 milhões de b/d ao longo das próximas três semanas. Sério? Igor Sechin, CEO da estatal Rosneft, já era um crítico da modesta contribuição da Rússia nos cortes anteriores. Posso até imaginar sua reação quando lhe disserem que sua empresa precisa cortar a produção em quase 1 milhão de barris diários a partir de 1º de maio.

A contribuição de sexta-feira dos ministros de Energia do G20 - que se seguiu à maratona da teleconferência do Opec+ na véspera - foi no mínimo decepcionante. O ministro da Índia falou em abastecer a reserva estratégica do país, mas não houve novas ofertas concretas do grupo. Com os preços do petróleo no chão, incrementar as reservas faz sentido; e China e Índia já começaram. Mas o espaço de armazenamento é limitado.

O secretário de Energia dos EUA, Dan Brouillette, disse na reunião do G20 que o colapso do mercado de petróleo resultará em cortes em torno a 2 milhões de b/d na produção americana até o fim do ano, sem nenhuma intervenção do governo. Alguns modelos, acrescentou, projetam uma queda de até 3 milhões de b/d. Anteriormente, a Rússia havia rejeitado a validade dos cortes de “livre mercado”, argumentando que uma queda decorrente de falta de demanda não é uma redução de produção. Mas, no fim das contas, capitulou, junto com outros países da Opec+. Não houve menção no comunicado da Opec+ de que o acordo estaria condicionado a ações de qualquer país fora do grupo. Outros produtores, como Canadá, Brasil e Noruega, também dão uma contribuição com cortes de produção “guiados pelo mercado”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento
CAMMAX

LINK PATROCINADO

Obtenha uma nova vida às suas facas e tesouras com o afiador de facas elétrico.
MALUI CENTER

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil
EXTRATO VMD³



Bancada ruralista quer ‘antecipar’ Plano Safra

Frente parlamentar da agropecuária pediu aumento de subsídios

Por **Rafael Walendorff** — De Brasília

13/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

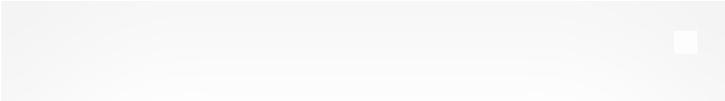
Com a evolução do novo coronavírus ditando o ritmo da economia brasileira, o governo intensificou os trabalhos para tentar definir o quanto antes as políticas de financiamento do setor agropecuário para a próxima safra, que inicia oficialmente em 1º de julho.

O anúncio antecipado do Plano Safra 2020/21 pode dar mais previsibilidade e segurança aos produtores em meio aos abalos da pandemia, ainda que a liberação dos recursos aconteça em julho, seguindo o cronograma tradicional. No ano passado, o anúncio com os detalhes sobre as linhas de crédito do plano só ocorreu em junho.

A possibilidade de adiantar o lançamento do Plano Safra, levantada pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, na semana passada, ganhou força em Brasília. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) levou a demanda diretamente ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que teria prometido “todo suporte”.

PUBLICIDADE





A bancada ruralista aproveitou para pedir R\$ 15 bilhões para subsidiar o crédito rural na próxima temporada, aumento de 50% em relação aos R\$ 9,9 bilhões que o Tesouro Nacional tem para equalizar os juros das diversas linhas do atual Plano Safra. Outra reivindicação foi para dobrar o valor destinado ao seguro rural no ano que vem, de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões.

Pelo lado dos produtores, a corrida é para apresentar propostas ao governo e tentar emplacar alguns pleitos no Plano Safra. A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) quer juros de 3,75% por ano - mesmo patamar da Selic - para o custeio agrícola, hoje em 6% ao ano. O mesmo pleito foi feito para a linha de financiamento à ampliação e construção de armazéns (PCA), cujas alíquotas vão de 6% a 7% ao ano atualmente.

“Não suportamos mais arcar com ‘spread’ dos bancos, já temos alto custo para produzir”, afirmou o vice-presidente da entidade, Fernando Cadore. O Instituto Mato Grossense de Economia Agrícola (Imea) calcula que os investimentos em armazenagem possam ficar atrativos para produtores com 1,5 mil hectares com juros a 3,75%. Hoje, só quem tem acima de 3,2 mil hectares consegue arcar com os juros de 6%, segundo o instituto.

Os agricultores familiares também reclamam da falta de subsídios e vão pedir juros abaixo de 2% ao ano. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Aristides Santos, disse que o setor é historicamente subsidiado, mas a redução da Selic fez a equalização desaparecer. “Não estamos tendo subsídio nenhum”, disse. As alíquotas do Pronaf são de 3% a 4,6% ao ano. Em média, os contratos são firmados a 4% ao ano, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 412



Benefício pode mais que compensar queda da massa salarial

Cálculos do Ibre/FGV mostram que as medidas de proteção ao trabalhador podem mais do que compensar as potenciais perdas de massa salarial do trabalho durante o pior momento dos efeitos do novo coronavírus

Por **Bruno Villas Bôas** — Do Rio

13/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) mostram que as medidas de proteção ao trabalhador anunciadas pelo governo federal podem mais do que compensar as potenciais perdas de massa salarial do trabalho durante o pior momento dos efeitos do novo coronavírus.

Sem a política de proteção do governo federal, a população ocupada no país (empregados, trabalhadores por conta própria, empregadores) tenderia a mostrar uma redução de 4,9% no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto o rendimento médio real teria leve alta de 0,5%. O total de desempregados chegaria a 17 milhões.

Dessa forma, Daniel Duque, pesquisador do Ibre/FGV, calcula que a massa de rendimento do trabalho (soma dos salários de todos os trabalhadores) cairia de R\$ 632 bilhões no segundo trimestre de 2019 para R\$ 604,2 bilhões no segundo trimestre de 2020 por causa dos efeitos do novo coronavírus, o correspondente a R\$ 27,8 bilhões a menos.

“A questão é que o gasto esperado do auxílio emergencial do governo federal é da ordem de R\$ 100 bilhões, o que representa 15% da massa de rendimentos do

trabalho do segundo trimestre do ano passado. Ou seja, mais do que compensa essas perdas potenciais estimadas”, acrescenta Duque.

Somente na quinta-feira, primeiro dia de pagamento do auxílio emergencial, o governo liberou cerca de R\$ 1,5 bilhão para os inscritos, segundo a Caixa Econômica Federal. Foram 2,5 milhões de cidadãos beneficiados pela medida por meio de contas da Caixa e do Banco do Brasil.

Duque lembra que, além do auxílio emergencial de R\$ 600, a serem pagos por um período de três meses, o governo federal também autorizou saques do FGTS a partir de junho, o que poderia elevar a massa salarial ampliada em pelo menos mais 4%, considerando a hipótese de um saque médio de R\$ 500 dos trabalhadores formais.

O desafios nos cálculos do Ibre/FGV continua sendo entender como o programa de proteção ao emprego lançado pelo governo vai influenciar o mercado de trabalho nos próximos meses. Entre as medidas está a redução da jornada de trabalho e do salário dos trabalhadores em 25%, 50% ou 70%.

A LCA Consultores também calculou os possíveis impactos das medidas de isolamento social sobre a massa salarial do país. Considerando o cenário básico da consultoria, de queda de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, a massa de rendimentos do trabalho deve recuar para R\$ 211,691 bi em junho, 2,7% abaixo de fevereiro (R\$ 217,563 bilhões).

“Deve haver uma retração tanto da massa de renda quanto do rendimento médio dos trabalhadores, como autônomo, conta própria e informal”, disse Cosmo Donato, economista da LCA e autor dos cálculos. “O trabalhador com CLT deve ser mais protegido e manter renda num primeiro momento.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA



Banco Mundial prevê contração do PIB de 5% no Brasil e 4,6% na AL

Queda de demanda afetará exportações, mas em 2021 poderá haver recuperação do crescimento econômico em praticamente toda a região

Por Marli Olmos — De São Paulo

13/04/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Previsões para o PIB

Variação anual, em %

	2019	2020	2021
América Latina e Caribe*	-0,1	-4,6	2,6
Argentina	-2,2	-5	2,2
Bolívia	2,7	-3,4	3,7
Brasil	1,1	-5	1,5
Chile	1,1	-3	4,8

País	2020	2021	2022
Equador	0,1	-6	3,2
México	-0,1	-6	2,5
Paraguai	0	-1,2	5,6
Peru	2,2	-4,7	6,6
Uruguai	0,2	-2,7	5,5

Fonte: Banco Mundial. *Exclui Venezuela

O Banco Mundial previu ontem uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% no Brasil e de 4,6% na região da América Latina e Caribe como efeito da crise provocada pela covid-19. Uma situação complicada na região, que já enfrentava convulsões sociais, déficits fiscais em vários países e a informalidade de grande parte da mão de obra agravou-se com a pandemia. A contração poderá ser ainda mais profunda, a depender da evolução da disseminação da doença. Mas, por outro lado, a instituição prevê a recuperação do crescimento econômico em praticamente toda a região em 2021.

No relatório, "A economia nos tempos da covid-19", apresentado ontem pelo Banco Mundial, a retração da atividade econômica brasileira prevista para 2020 só perde para México e Equador, ambos com queda estimada em 6,0%, e fica muito próxima da Argentina, com previsão de contração de 5,2%. Já em 2021, haveria uma expansão de 2,6% na América Latina e de 1,5% na economia brasileira, segundo o relatório.

A queda da demanda na China e países do G7 afetará, principalmente, segundo a instituição, as exportações de commodities da América do Sul e de bens manufaturados e serviços da América Central. O Caribe sofrerá, ainda, os efeitos do colapso no turismo.

O relatório foi apresentado à imprensa da região ontem, por videoconferência, pelo economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, Martin Rama. Ele lembrou que o déficit nas contas públicas em vários países limita as medidas de socorro, que poderiam vir, por exemplo, na forma de postergação da cobrança de impostos.. Daí a necessidade, destacou, de governantes definirem políticas públicas “transparentes e claras”.

Como a população mais carente não dispõe de recursos para suportar bloqueios e longas quarentenas, necessários para conter a propagação do novo coronavírus, aos governos caberá, defende o Banco Mundial, ampliar e estender programas de assistência social. Para a instituição, cabe aos governos assumir o papel de “garantidores” no socorro financeiro.

A informalidade do trabalho em grandes proporções e o fato de que muitas famílias vivem com o dinheiro que entra no dia representam uma grande desvantagem da região em relação às nações desenvolvidas. Trata-se de um obstáculo para que os sistemas de proteção social atinjam todas as famílias.

No caso das grandes empresas, a instituição aconselha os governos a injetar recursos mediante um compromisso de manutenção dos empregos. Nas pequenas e médias, empréstimos bancários precisam incluir garantias dos governos.

Para Rama, todo esse conjunto de ações exige políticas coerentes e direcionadas em uma escala “raramente vista antes”. “Por isso, pensar no que fazer nas próximas semanas será tão importante quanto ter os recursos”, destacou o economista.

Por outro lado, o relatório do Banco Mundial aponta o fato de a América Latina e Caribe levarem vantagem por terem sido atingidos pela epidemia depois de os países desenvolvidos. As primeiras mortes na região ocorreram, dois meses depois dos primeiros casos registrados em todas as economias do G7. Esse intervalo de tempo oferece, afirma a instituição, uma oportunidade para ajustar a resposta política.

Com base em dados diários de 25 países, o relatório mostra que, em geral, as medidas de contenção sempre resultam em menos casos de covid-19 ao longo do

tempo. Para a instituição, “a maioria dos governos da América Latina optou sensatamente por seguir na direção de salvar vidas a qualquer custo”.

Rama lamentou que a pandemia pegou a América Latina num momento em que a maioria dos países se preparava para crescer. “Tínhamos a vontade de alcançar o desenvolvimento e diminuir a desigualdade, mas agora temos uma emergência e temos que apagar um incêndio”, disse. Por outro lado, para ele, as decisões de hoje definirão o futuro. “A forma de cada país responder agora facilitará ou não a retomada”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento

CAMMAX

LINK PATROCINADO

Aparelho ensina em uma semana idoso a tocar violão aos 78 anos de idade

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Obtenha uma nova vida às suas facas e tesouras com o afiador de facas elétrico.

MALUI CENTER

por taboola

Leia em Valor Investe



Investidor só voltará a ter dividendo no longo prazo, dizem especialistas

Empresas tendem a reduzir distribuição de lucros aos acionistas ante atual crise do coronavírus

Isabela Bolzani

SÃO PAULO A quarentena promovida para conter os avanços da pandemia do coronavírus e o fechamento do comércio em diversos estados brasileiros já trouxe queda nos resultados das companhias.

Sem perspectiva de até quando a quarentena e o consequente impacto financeiro devem durar, as empresas já sinalizam a necessidade de reter caixa para passar pelo período de receita menor. Para as companhias listadas em Bolsa, isso também significa menos reinvestimentos e cortes na distribuição de lucros.

Nesse cenário, os investidores que buscavam rentabilizar por meio desses dividendos só devem ter retornos maiores no longo prazo, quando as receitas das empresas começarem a se normalizar, afirmam especialistas.

Para o analista da Guide Investimentos Henrique Esteter uma vez que as empresas terão uma maior necessidade de retenção de caixa, o ajuste em relação à distribuição de dividendos aos acionistas também se faz necessário.

"Temos acompanhado esse movimento muito forte [de mudança na política de dividendos] em todos os setores,

e eles acontecem por dois motivos principais. O primeiro é para que a empresa consiga ter um caixa mais consolidado e, o segundo, é para que não seja necessário recorrer a crédito", afirma.

Para os especialistas, a tendência é que pelo menos ao longo deste ano as empresas adiem seus dividendos ou até mesmo reduzam ou cortem completamente sua distribuição até que a situação esteja normalizada.

Para o analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman é importante destacar que esse movimento tende a ser provisório, apenas enquanto perdurar o isolamento e a necessidade de reter receita. A partir do momento em que haja uma maior clareza sobre até quando devem durar os impactos do novo vírus, a expectativa é que haverá readequação na distribuição de lucros.

"A queda nos dividendos pode ser uma consequência para os investidores, mas antes de tomar uma decisão é preciso ter em mente que isso é apenas no curto prazo", diz.

Na prática, isso significa que empresas que sejam consolidadas no mercado e que tenham uma boa estrutura financeira ainda tendem a ser boas pagadoras de dividen-

Índice de dividendos da B3 (IDIV)



• O IDIV é o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos que se destacaram em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio
• O índice voltou aos 4 mil pontos em meados de março, patamar que não atingia desde maio de 2019

Fonte: B3

dos em prazos mais longos.

Segundo o professor do Ibmecc (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) George Sales, ainda que a alta volatilidade da Bolsa assuste um pouco o investidor pessoa física, a orientação é de calma. "A primeira lição para quem

investe na Bolsa é que o dinheiro alocado ali precisa aceitar volatilidade. Isso significa que não pode ser um dinheiro de reserva de emergência ou para uso no dia a dia. Nesse período, mesmo aquela pessoa que investiu pensando em gerar dividendo, precisa ter

calma e esperar. As perdas só acontecem quando o investidor realiza a venda na baixa [dos preços]", afirma.

Para os investidores que possuem caixa livre e pretendem investir na Bolsa, os especialistas também aconselham uma análise sobre o tempo de investimento. Para Esteter, aqueles que miram curto prazo precisam ter cautela, uma vez que a incerteza e a imprevisibilidade do cenário ainda são muito grandes.

"Não estamos mais vivendo um circuit breaker [mecanismo que interrompe negociações quando o Ibovespa cai 10%] todos os dias, mas a volatilidade ainda é grande. É preciso estar atento. Por isso, se a ideia é curto prazo, sempre é bom buscar um profissional inteiro do mercado ou realmente tomar cuidado", disse.

Já para o investidor que prefere alocar recursos no longo prazo, o analista afirma que a melhor estratégia é avaliar a liquidez das empresas para investir com tranquilidade.

"Como ninguém sabe quanto tempo a quarentena dura, é preciso investir em uma empresa que agente ficar parada o maior tempo possível e que seja forte no setor", afirma.

Os especialistas reforçam, no entanto, que caso o investidor

seja mais avesso ao risco, talvez seja o momento de esperar, já que mesmo que alguns preços estejam baixos, a volatilidade nos preços ainda pode trazer perdas.

A redução dos dividendos também se estende aos fundos imobiliários, que são obrigados por lei a pagar 95% do resultado aos seus cotistas.

De acordo com o especialista em fundos imobiliários da Guide Investimentos, Daniel Chinzarian, alguns fundos podem precisar consumir caixa para cumprir com a obrigação do pagamento, mas os resultados distribuídos também devem mostrar redução, uma vez que os shoppings estão fechados e há uma maior negociação em relação aos preços dos aluguéis, por exemplo.

"O uso do caixa pode penalizar o cotista e levar a novas emissões. Mas é algo necessário porque não se sabe a duração dessa crise. Todos os fundos serão afetados", disse.

O movimento se soma ao fato de que muitos investidores se desfezaram de seus papéis, o que além de fazer com que o preço das cotas despencasse, também diminuiu o dinheiro disponível para investimento dentro desses fundos.

Para Chinzarian, apesar do momento de incertezas, podem existir boas oportunidades de investimento em fundos imobiliários.

"Muitas carteiras estão com um preço abaixo do que acreditamos ser o ideal e têm um grande potencial nos próximos meses. Fundos imobiliários de galpões logísticos, por exemplo, tendem a se destacar com o crescimento do e-commerce. Não pode agir por impulso, mas vale a pena avaliar", afirma.

Itaú Unibanco prepara doação de R\$ 1 bi

SÃO PAULO O Itaú Unibanco está prestes a instituir um fundo para o combate à Covid-19. O próprio banco vai doar R\$ 1 bilhão para viabilizar a iniciativa. A informação foi antecipada por Elio Gaspari, em sua coluna na Folha neste domingo (12).

O recurso ficará sob a gestão da Fundação Itaú Unibanco e será administrado exclusivamente por um conselho de profissionais de saúde, onde estarão diretores de hospitais públicos e privados.

Nesta segunda-feira (13), o banco realizará um pronunciamento à imprensa com participação do presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher, do diretor geral do Hospital Sírio Libanês, Paulo Chapchap, e do médico oncologista, cientista e escritor Drauzio Varella.

A contribuição de R\$ 1 bilhão do Itaú será a maior iniciativa filantrópica já realizada individualmente para o combate ao coronavírus no Brasil

irá elevar a cifra desse tipo de doação no país para R\$ 2,2 bilhões, segundo dados do Monitor das Doações Covid-19.

Com essa quantia, o banco terá, sozinho, feito doações que somam cerca de R\$ 1,1 bilhão. O Itaú já havia doado R\$ 83,6 milhões e também participado da contribuição conjunta com os outros dois maiores bancos privados do país, Bradesco e Santander, que somou R\$ 86 milhões.

A Fundação Itaú Unibanco, por sua vez, já doou R\$ 150 milhões para o combate da pandemia no Brasil.

Procurado, o Itaú não comentou sobre a doação, mas reforçou o pronunciamento a ser dado nesta segunda a qual, segundo o banco, conterá um anúncio muito importante relacionado às suas iniciativas para combater o coronavírus.

O volume de doações durante a pandemia tem crescido de maneira exponencial. Na quarta-feira (8), o va-

lor superou a casa de R\$ 1 bilhão, segundo o balanço consolidado pela ABCCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos).

As iniciativas estão garantindo canais para a coleta e a distribuição de recursos especialmente para a área da saúde. O Idis (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social), por exemplo, lançou o Fundo Emergencial para a Saúde - Coronavírus Brasil, junto com o Movimento Bem Maior e a BSocial.

Universo Americanas, formado por Lojas Americanas, B2W, Let's, IF (Inovação e Futuro) e Ame Digital, criou um comitê de crise para promover ações de impacto social.

Há ainda empresas que têm adquirido produtos para o governo, caso da Vale, que comprou kits de testes.

Para acompanhar o levantamento sobre doações basta acessar o Monitor das Doações Covid-19 (<http://monitoradasdoacoes.org.br>). (IB)

+ Filantropia empresarial ganha apoio em tempos de coronavírus

R\$ 50 milhões

foi a cifra doada, individualmente, por empresas como BRF, iFood, Votorantim e o banco BTG

R\$ 40 milhões

foi a quantia doada pela BB Seguros

R\$ 32 milhões

foram doados pela Cacau Show

R\$ 30 bilhões

foi o valor da doação do Banco Safra, segundo o Monitor das Doações

Acordo estabelece corte recorde de 10% na produção de petróleo

DUBAI E LONDRES A Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), Rússia e outros países produtores do óleo concordaram neste domingo (12) com um corte recorde de 10% na oferta global, como alternativa para sustentar os preços durante a crise do coronavírus.

A redução é quatro vezes maior do que a praticada na crise financeira de 2008.

No maior corte na produção de petróleo de todos os tempos, os países continuarão diminuindo gradualmente os freios à produção até abril de 2022.

O acordo foi fechado em uma videoconferência. Entendimento entre Rússia e Arábia Saudita, além de uma concordância do México, que vinha resistindo ao corte, foram fundamentais.

O grupo, conhecido como Opep+, fez acordo para suspender a produção em 9,7 milhões de barris por dia

(bpd) em maio e junho.

Medidas para conter a disseminação do coronavírus destruíram a demanda por combustível e reduziram os preços do petróleo, pressionando os orçamentos dos produtores de petróleo e prejudicando a indústria de xisto dos Estados Unidos, que é mais vulnerável a preços baixos devido aos seus custos mais altos.

"O grande acordo com a Opep+ está feito. Isso salvará centenas de milhares de empregos nos Estados Unidos", escreveu Trump no Twitter, agradecendo o presidente russo, Vladimir Putin, e o rei Salman, da Arábia Saudita, por terem viabilizado o acordo.

O Brasil não faz parte do grupo, mas a Petrobras, que é controlada pela União, já reduziu sua produção em 200 mil bpd, o que representa 20% do total das exportações de petróleo do país.

Toda crise é transformadora

Com empatia e solidariedade, cuidaremos de nós mesmos sem deixar de cuidar dos outros

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

A pandemia da Covid-19 acertou em cheio dois aspectos muito sensíveis: nossas finanças e nossa liberdade, para preservação da saúde e da vida. Em maior ou menor escala, de formas diferentes, fomos todos afetados.

O governo, aproveitando a situação de emergência, está implementando políticas públicas inéditas para socorrer as pessoas de baixa renda, autônomos, pequenos empresários, desempregados ou impedidos de trabalhar, que precisam de dinheiro para sobreviver.

Torço para que algumas sejam adaptadas e perpetuadas, permitindo que o governo resgate uma dívida antiga com os menos favorecidos e reduza de enorme desigualdade social deste país.

Muitos de nós se unem em ações isoladas ou coletivas para levar alento, comida, dinheiro, abrigo, conforto, movidos por um generoso movimento de solidariedade.

Períodos de crise são transformadores. Vai passar, um dia, mas não seremos os mesmos, e os que puderem incor-

porar aprendizados terão a chance de conhecer uma nova e melhorada versão de si mesmos e aprender a olhar para os outros, com mais empatia e compaixão.

Há 30 anos, o confisco implementado pelo governo da época, e por motivos muito distintos do que nos afeta neste momento, também impactou de forma contundente as finanças de milhões de brasileiros, os negócios, a geração de empregos e a economia como um todo.

Trago a reflexão sobre o con-

fisco porque me lembrei de como eu consegui recuperar o equilíbrio, emocional e financeiro, anos depois. Mantenho o aprendizado até hoje e compartilho com vocês.

Em março de 1990, eu estava desempregada, havia me desligado de uma grande instituição financeira após 25 anos de trabalho, decidida a ser empreendedora, abrir o meu próprio negócio.

Meus recursos financeiros, poupança constituída durante muitos anos de trabalho, foram bloqueados pelo confisco.

Como eu não tinha mais salário, precisava desse dinheiro para seguir vivendo, mas o limite de saque mensal autorizado era insuficiente para cobrir as minhas despesas.

Fazendo um orçamento completo e detalhado pela primeira vez na vida, descobri que eu gastava demais com coisas que não eram importantes, desnecessárias, e que eu poderia perfeitamente viver sem elas.

Cortei, reduzi, negocieei, adiei pagamentos, procurando uma saída. Sou muito grata pela oportunidade de trabalho que surgiu e que, embora distante do propósito pelo qual havia renunciado ao meu emprego anterior, era suficiente para prover as despesas básicas da minha família, eu e meus dois filhos pequenos.

Não foi fácil, nem simples. Mas eu tinha saúde, qualificação profissional, uma rede de amigos e a convicção de que eu

era capaz de começar de novo.

Quando cortei e reduzi despesas, percebi que, embora eu estivesse bem enfiada, eu estava bem melhor do que muita gente e queria fazer algo a respeito.

A forma que encontrei de cuidar dos outros foi incluir no meu orçamento apertado uma nova despesa, uma doação mensal para uma fundação de apoio a crianças e adolescentes que mantinha até hoje.

Aproveite a crise para rever ou fazer, pela primeira vez, seu orçamento, o mapa das suas despesas mensais, as recorrentes e as eventuais. Avalie se todas elas têm propósito e significado.

Cuide-se bem para poder cuidar dos que dependem de você. E, se possível, abra espaço na sua vida e no seu orçamento para cuidar dos outros, pense no coletivo. Fiquem bem!

marcia.dessen@gmail.com

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Paciência

Enquanto as estatísticas brasileiras de contaminação ainda avançam, a Abrasce, associação das empresas de shopping centers, já começou a circular um guia de recomendações para quando chegar o momento de reabertura parcial ou total de suas operações. Além de orientações sobre práticas de higiene, o documento sugere que os shoppings estejam preparados para casos de inadimplência e de lojistas que queiram encerrar contratos de aluguel prematuramente.

CHARLES DARWIN "Os lojistas remanescentes vão superar essa crise com líderes de mercado e parceiros de longo prazo", diz um dos trechos do guia assinado por Glauco Humal, presidente da Abrasce.

URNA O empresário José Scripiéri Junior, da QSaúde, concluiu neste domingo de Páscoa (12) que "o brasileiro criou uma nova espécie de medicina: a medicina política".

PRECAUÇÃO O documento da associação também orienta que os empreendedores verifiquem sua apólice de seguro para conferir se existe cobertura de prejuízos provocados por pandemias.

NAVIU O abastecimento de peças vindas da China para a fabricação de computadores e celulares está garantido com o retorno de embarques do país, diz Humberto Barbatto, presidente da Abinee, associação que representa a indústria eletrônica. "Possivelmente, não há falta de equipamentos, mas o ritmo não é dos mais acelerados", diz.

PRESSA Um dos cenários projetados pela Abrasce fala em abertura parcial de shoppings por quatro a oito semanas, número que teria partido de experiências observadas na Ásia. Seriam excluídas atividades como cinema, entretenimento e atendimento infantil.

ÂNCORA O setor foi um dos mais impactados no início da crise do coronavírus. Segundo Barbatto, a demissão deverá ser o último instrumento para reverter a crise. "Por enquanto, as empresas estão conseguindo segurar funcionários com férias, rodízio e redução de jornada", afirma.

EMPREGO A entidade orienta as empresas a revisarem a escala de funcionários para reduzir custos durante a fase em que os shoppings ficarem abertos parcialmente.

HORIZONTE A expectativa é ter um mapeamento do impacto econômico no setor no fim deste mês. Em 2013, a indústria de eletrônicos registrou uma das piores quedas de emprego da história.

TERMÔMETRO A Abrasce também alerta para os riscos de um eventual uso de controle de acesso aos shoppings com medição de temperatura das pessoas. "Há de se avaliar a possibilidade do uso dessa prática acarretar um passivo de ações indenizatórias no caso dos consumidores que se sentirem ofendidos", destaca o texto da associação.

MÃO DE OBRA O serviço gratuito que a consultoria Deloitte vem prestando para o governo Doria na crise do novo coronavírus foi divulgado no Diário Oficial de terça (7). São R\$ 8,56 milhões, que seriam cobrados se o trabalho não fosse por bono.

MUNDO NOVO As orientações citam ainda uma possível substituição das tradicionais bandejas de plástico nas praças de alimentação por materiais descartáveis, além de tecnologias para desinfetar sapatos dos clientes na porta do estabelecimento e pneus no estacionamento.

COMBATE Segundo a empresa, o projeto abrange preservação dos negócios, promoção da saúde e combate à fome. Três sócios da Deloitte e mais de 20 profissionais estão envolvidos no trabalho.

LOCKDOWN Mesmo com a reabertura gradual na China, as pessoas estão com receio de ir a lojas e supermercados, diz Ken Huang, responsável pelo AliExpress na América Latina. Segundo ele, o delivery de perecíveis dos supermercados Hema — braço do Alibaba que entrega em 30 minutos — ganhou força na pandemia.

AÇOUGE A JBS foi à Justiça para não pagar R\$ 285 mil cobrados pelo Senai, argumentando que as dívidas são do frigorífico Independência, adquirido pela companhia dos irmãos Wesley e Joesley Batista em 2013.

SEM VOLTA "As pessoas ainda usam máscaras, checam a temperatura e compram cada vez mais online", diz Huang.

NÃO FUIEU "O Independência foi incorporado pela Fi Carnes e Derivados, e não pela JBS", diz a empresa no processo. Segundo a JBS, a ampla cobertura da mídia na época "diz respeito à aquisição de ativos".

com Filipe Oliveira, Mariana Grazini e Paula Soprana

INDICADORES

JUROS

Março, em % ao mês

■ Mínimo ■ Máximo



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 Aliquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo para empresas vence no dia 20 de abril, e para pessoas físicas, vence em 15 de abril.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Aliquota, em % Deduzir, em R\$

Até 1.903,98 Isento

De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80

De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80

De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13

Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Aliquota Mínimo Máximo em R\$ em R\$

Empregado De 7,5% 97,04 713,09 a 14%

Empregador 20% 250,50 1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence no dia 7 de abril. A guia de pagamento dos patrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

PIB do Brasil deve cair 5% neste ano com pandemia, afirma Banco Mundial

Segundo estudo da instituição, que traça cenários para América Latina, México, Argentina e Equador também terão forte recessão

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO O PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil deverá ter retração de 5%, segundo projeção do Banco Mundial anunciada neste domingo (12) em relatório da instituição sobre os impactos econômicos do novo coronavírus na América Latina e no Caribe.

O PIB da região deverá cair 4,6%, desempenho que será liderado pela retração das maiores economias da região.

Entre os que apresentaram queda mais intensa de atividade econômica neste ano estão México (6%), Argentina (5,2%) e Equador (6%), além do Brasil. Dos 26 países analisados pelo banco, apenas dois (Guiana e República Dominicana) não entrariam em recessão em 2020.

O Banco Mundial afirma, porém, que as estimativas podem mudar a depender da evolução da pandemia.

Para 2021, a previsão atual do Banco Mundial é de retomada do crescimento para a região, com estimativas de alta de 1,5% para o PIB do Brasil e de 2,6% para o subcontinente. O estudo não analisou

a Venezuela, que enfrenta forte crise econômica há anos.

"Operamos com um grau enorme de incerteza. Os números da projeção são indicativos, não devem ser tomados literalmente. As estimativas são de um 2020 calamitoso, com um 2021 melhor", disse a jornalista Martín Rama, economista-chefe do Banco Mundial para a região.

O banco diz ainda que o nível da atividade econômica da América Latina já sinais de "dramático declínio", citando imagens de satélite que mostram diminuição dos níveis de dióxido de nitrogênio em todo o subcontinente.

O banco defende que os programas sociais de proteção e assistência social na região "devem ser rapidamente ampliados e ter sua cobertura estendida" para mitigar os impactos da crise.

"Precisamos ajudar as pessoas a enfrentar esses enormes desafios e garantir que os mercados financeiros e os empregadores sobrevivam à tempestade. Para tal, é preciso limitar os danos e lançar as bases para a recuperação o mais rapidamente possível",

RESERVAS CONTRA CRISE Paulo Guedes defendeu a senadores que se use reservas internacionais contra o efeito do coronavírus na economia. Segundo relatos, ele disse que o país talvez precise de só metade das reservas, hoje em US\$ 360 (cerca de R\$ 2 trilhões)

afirma no estudo o Humberto López, vice-presidente Interino do Banco Mundial para a região.

Os países mais endividados têm menos capacidade fiscal de responder à crise, e precisam escolher o que fazer com recursos escassos, segundo Martín Rama.

"Este é um período em que as políticas de proteção de empregos são fundamentais. As pequenas empresas e os informais são mais difíceis de ser contemplados. Quanta assistência social se pode dar depende da situação fiscal de cada país", disse o economista.

"Empresas e setores estrategicamente importantes devem ter suporte explícito, em troca de manter o emprego de seus trabalhadores. As pequenas empresas podem ser alcançadas por meio de bancos e outros intermediários. As instituições financeiras podem ser incentivadas através do compartilhamento de riscos [de crédito com o governo] e garantias, de modo a garantir a disponibilidade de liquidez em um contexto de necessidades de capital", afirma o estudo.

'Não temos certeza sobre quando haverá normalidade', diz secretário de Fazenda

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Ministério da Economia avalia que medidas e reformas planejadas originalmente pelo titular da pasta, Paulo Guedes, estão em compasso de espera neste momento e vão retornar após a fase mais aguda da crise do coronavírus. Apesar disso, não se sabe ao certo quando.

"Nenhum de nós tem certeza sobre quando é o mês em que teremos normalidade em processos no Congresso e no sistema econômico", afirma o Folha Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Ele não descarta a possibilidade de avanço de temas como a PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo, embora ressalte a dificuldade em prever o cenário. "Tudo depende da severidade dessa crise, de quanto tempo leva para termos as mínimas condições de dinamismo econômico", afirma.

O impacto da Covid-19 para as contas públicas cresce a cada atualização. O secretário já prevê um déficit acima de 6% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, o pior da história e o equivalente a mais da metade da economia obtida com a reforma da Previdência.

Ele defende em entrevista (feita pela internet) as medidas anunciadas e estuda novas, como um repasse de R\$ 16 bilhões para fundos regionais de saúde, e a complementação de outras já lançadas.

Reformas

"O ano vai ficar pressionado não só na área econômica como também na legislativa. É natural que muitas ações agora colocadas pelo coronavírus pressionem a agenda com maior número de projetos a serem analisados. Mas não descartamos aprovação de medidas estruturais, por exemplo, as PECs que estão no

Senado e [especificamente] a que trata do Pacto Federativo [que controla gastos obrigatórios e transfere mais recursos a estados e municípios]."

Incertezas

O secretário diz que passada a fase mais aguda da crise e, a depender do interesse de governadores e parlamentares, pode haver uma agenda ainda neste ano. "Tudo depende da severidade dessa crise, de quanto tempo leva para termos as mínimas condições de dinamismo econômico. Seguiremos logo que possível na agenda de reformas."

A imprevisibilidade é grande para o mundo como um todo. Não existe parâmetro de tempo e duração que nos dê conforto de especificar se em um mês teremos o início de um processo mais normal. Nenhum de nós tem certeza de quando é o mês em que teremos normalidade em processos no Congresso e no sistema econômico."

Liberalismo

Waldery afirma que a participação do estado não coloca a visão liberal do governo em xeque. "São agendas coerentes com o momento. A participação maior do Estado é devida, legítima e justificável. Após essa conjuntura, voltaremos exatamente ao que havia sido diagnosticado e anunciado anteriormente", diz. "Mantemos o mesmo diagnóstico, separando o conjuntural do estrutural. A solução estrutural é aquela traçada anteriormente, aquele mesmo cardápio colocado pelo ministro Guedes no início, de abrir espaço para investimento privado, reduzindo deficiências e controlando gastos. E entendemos como importantíssimo o teto de gastos."

Impacto fiscal e déficit

Ao comentar que as medidas já alcançam R\$ 224,6 bilhões em impacto fiscal, o secretário

Waldery Rodrigues Junior, 52 Secretário especial de Fazenda, pasta do Ministério da Economia responsável pelo Orçamento, pelo Tesouro Nacional e por avaliações de política econômica. Consultor do Senado, cedido para trabalhar no ministério, foi pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

rio afirma que não há um limite. "Temos, a cada real alocado, um maior cuidado. Por que sabemos que quanto mais elevamos o déficit primário, mais tempo levaremos para voltar à trajetória de equilíbrio fiscal. Este ano vai ser muito provavelmente próximo ou mesmo acima de 6% do PIB. Contudo, justificamos. Nosso caso é único porque estamos no sétimo ano de déficit primário, nenhum outro país do mundo tem isso. E em 2021 caminharemos para o oitavo ano de déficit."

Papel do ministério na crise

"A tônica agora é implementação e entrega do que foi anunciado, o primeiro ponto. Segundo, complementar aqueles programas mais efetivos, aqueles em que cada real tem diferença no momento em que vivemos."

Quatro medidas têm alta efetividade. A transferência fundo a fundo [recursos do Fundo Nacional da Saúde para fundos de saúde estaduais e municipais], o auxílio emergencial [de R\$ 600 a informais], a MP trabalhista [de benefício para quem teve corte de salários ou suspensão de contratos] e outras medidas associadas a municípios que estamos desenhando."

Segundo ele, complementações estão sendo estudadas. "O crédito à folha de salários, que contemplou empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. Tem um segmento de até R\$ 360 mil que agora será contemplado. Dentro do possível estamos colocando um percentual do Tesouro, mas também um percentual vindo do setor privado", diz.

"Para a transferência fundo a fundo, há possibilidade de ampliação. Dobraria, de R\$ 8 bilhões para R\$ 16 bilhões. Estamos também estudando transferência direta para os municípios. Porque essa é uma orientação do ministro."

Desacelerar para progredir?

A pausa permite pensar sobre os comportamentos que vamos querer manter após a crise

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Mesmo com o mundo andando em velocidade frenética antes da Covid-19, já se falava em "estagnação" e até em "estagnação secular". De um lado, a economia dos EUA fervendo; de outro, países adotando juros negativos para forçar o dinheiro a circular ainda mais de

vivamos o "melhor dos mundos", o fato é que já havia uma sensação (e números) mostrando que as condições de vida no planeta estavam se deteriorando. Podia até haver consumo, mas não havia progresso.

Um exemplo é que, quando se olha para inovação, mesmo com um mundo conectado em polvorosa, nunca mais houve um grande avanço tecnológico disruptivo com impacto econômico e social profundo, como a descoberta dos antibióticos ou a invenção do vaso sanitário.

internet, seu impacto na produtividade econômica continuou negligenciável. "A era do computador está em toda parte, menos nas estatísticas sobre produtividade", já dizia Robert Solow em 1987. Além disso, apesar de toda a conectividade, nunca o distanciamento de visões entre as pessoas foi tão grande.

Com a Covid-19, estamos sendo obrigados a reduzir drasticamente a velocidade. Essa frenagem, diferentemente do que se imagina, em vez de gerar só mais estagnação, permite também alguns poucos progressos im-

pensáveis em tempos "normais".

Por exemplo, em bancarizada. Até a semana passada, 1 de cada 3 brasileiros adultos não tinha conta bancária. Diferentemente da Índia, da China, do Quênia e de outros países em desenvolvimento, o Brasil não incluiu seus segmentos mais pobres no setor bancário nos últimos anos. Com a necessidade de transferir renda para os mais vulneráveis, é possível que 10 milhões a 15 milhões de pessoas sejam incluídas no sistema bancário em três semanas. Em face disso,

cabe perguntar: por que não fizemos isso antes?

Recuperamos até alguma capacidade de produzir consenso. O distanciamento social é um exemplo. Apesar dos seus detratores, um contingente enorme de pessoas no planeta hoje sabe que ele é a única medida eficaz agora para evitar o avanço da doença e está agindo de acordo com esse consenso. Esse tipo de ato mostra que, quando somos capazes de concordar, podemos realizar ações extraordinárias como humanidade.

A Covid-19 aguçou também a visão. A pausa permite pensar sobre os comportamentos com os quais vamos querer continuar e quais vamos descartar quando a crise regressar.

É claro que o risco de tragédias políticas se arma também no horizonte. Traumas, individuais ou sociais, podem gerar distúrbios. Se não tratados de longo, esses distúrbios deitam

raízes e se tornam longevos.

Ao mesmo tempo, há a possibilidade de surgirem modos de vida mais satisfatórios e solidários. O desafio da Covid-19 pode ajudar a curar outras doenças profundas que se acumulavam aos montes sem percebermos. Em "Um Fogo sobre as Profundezas", o escritor de ficção científica Vernor Vinge fala sobre uma doença que se alastra pelo universo. A única forma de interrompê-la é reduzir o curso do próprio tempo. Poder se exercitar demais disso que precisamos. Desacelerar talvez seja a única forma de voltar a progredir.

READER

Já era Reuniões deliberativas apenas presencialmente

Já é Congresso e STF decidindo e votando virtualmente

Já vem Reuniões de condomínio virtuais

Governo e Congresso avaliam acordo de socorro aos estados

Cifra está em negociação; R\$ 40 bi foi considerado pouco por líderes de partidos

Ricardo Della Coletta e Thiago Resende

BRASÍLIA Aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no Congresso já avaliam que a proposta de até R\$ 40 bilhões do Ministério da Economia para o pacote de socorro aos estados na crise do coronavírus não deve ser suficiente.

Auxiliares do Palácio do Planalto, então, articulam com líderes partidários um meio termo entre o que desejam o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), e o ministro Paulo Guedes (Economia), que travam uma disputa sobre o tamanho da ajuda aos governadores e prefeitos.

Com o apoio de Maia, chefes de Executivos estaduais tentam emplacar um plano de alívio financeiro no curto prazo e sem contrapartidas, o que incomoda a equipe econômica. O time de Guedes considera a proposta uma bomba fiscal que pode gerar um custo de até R\$ 222 bilhões à União. Ciente das dificuldades na Câmara, o ministro busca apoio dos senadores.

Neste sábado (1), o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, apresentou a ideia de compensar as perdas de estados em um valor de até R\$ 40 bilhões. Governadores e prefeitos, em troca, teriam que congelar os salários de servidores por dois anos.

Maia indicou que, nessa negociação, o governo deveria abrir mais o caixa e ampliar as compensações por perda de receita ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal) por um período maior que três meses — prazo previsto no projeto encampado por ele. Essa conta, por três meses, seria de R\$ 41 bilhões.

Com isso, o presidente da Câmara aceitará reduzir a margem prevista na proposta para que governadores e prefeitos pudessem se endividar na crise. O texto permite que estados possam contratar empréstimos e financiamentos, limitados a 8% da receita corrente líquida de ano passado, para bancar medidas contra o novo coronavírus e para estabilizar a arrecadação em 2020.

vel e reclamam que o plano não prevê que governadores e prefeitos tomem medidas para ajustar as contas a médio e longo prazos. Maia, no entanto, prevê votar a proposta nesta segunda-feira (13), mesmo sem apoio do governo.

CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. Aviso de Licença

Torna público que recebeu do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Licença de Pesca/Sísmica (LPS) Nº 133/2019 - 1ª Renovação, referente à atividade de Pesca/Sísmica SDC, Não-reclusiva, no Biotopo de Santos, Projeto Santos Faixa E, válida até 31 de março de 2021.

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA / HOSPITAL MUNICIPAL DE PARELHEIROS, convidada as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 004/2020, realizado para a contratação de empresa para especializada para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR E COMBUSTÍVEL. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.pblpub.com.br/pregao

AVISO DE LICITAÇÃO Sesc. O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.352/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

Relatório de Gestão HIDRELETRICA SANTA BRANCA S/A CNPJ/MF nº 19.322.873/0001-49

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais (R\$))

Demostração do Resultado do exercício exercido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais (R\$))

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais findos em 31/12/2019 e 31 de dezembro de 2018

1. Contexto Operacional - A Hidrelétrica Santa Branca S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, na Rua Padre Anchieta, nº 2345, sala 2308, CEP: 80.730-000, inscrita no CNPJ sob nº 19.322.873/0001-49, constituída em 07/11/2013, tributada pelo Lucro Presumido com apuração trimestral, com ramo de atividade: geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica.

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido exercidos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Demostração do Fluxo de Caixa dos exercícios findos e 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais (R\$))

Variações nos ativos e passivos

3. Obrigações trabalhistas e sociais - A composição da conta "Obrigações trabalhistas e sociais" é a seguinte:

2019 2018

2019 2018

saúde **coronavírus**

Supermercado que funciona em antiga fábrica do século 19 continua aberto a clientes, apesar de rua vazia



Estados acertam nas restrições contra avanço do vírus, afirma grupo da USP

Pesquisadores criaram índice para medir rigidez das medidas impostas pelos governos estaduais

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A maioria dos estados acertou ao adotar políticas para restringir a circulação de pessoas contra o avanço do coronavírus, impondo medidas drásticas quando havia poucos casos de infecção conhecidos, segundo um grupo de pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo).

Os governadores reagiram rapidamente ao avanço da epidemia com as medidas de distanciamento social e mantiveram essas políticas por um número de dias prolongado, em alguns estados antes mesmo que os primeiros casos de Covid-19 fossem notificados, afirmam os pesquisadores.

“Vários estados responderam cedo à situação de acordo com as orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e com mais clareza que o governo federal”, diz a cientista política Lorena Barberia, coordenadora do grupo. “Eles entenderam que essas medidas são importantes para controlar o contágio”.

Parte de uma rede multidisciplinar que começou a estudar o impacto das políticas de combate ao coronavírus no Brasil, o grupo adotou a mesma metodologia que pesquisadores da Universidade de Oxford desenvolveram para monitorar medidas adotadas por governos de vários países.

O grupo criou um Índice de Rigidez do Distanciamento Social para avaliar restrições impostas por governos a escolas e empresas e para evitar aglomerações. O indicador varia de 0 a 100. Quanto maior o número, maior a rigidez das políticas adotadas.

Segundo o primeiro relatório do grupo, 18 dos 26 estados e o Distrito Federal atingiram índices entre 51 e 75 — entre eles, São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentra a maior parte dos casos notificados até agora. Quatro alcançaram índices de 76 a 100: Acre, Alagoas, Ceará e Goiás.

Em 20 estados, as medidas de fechamento do comércio atingiram o nível de rigidez mais alto. Na maioria, a política foi adotada para todo o território, e não apenas na capital e nas principais cidades do interior. Somente cinco estados restringiram às maiores cidades as medidas dirigidas ao comércio.

Cinco estados impuseram restrições às indústrias também: Alagoas, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte e Roraima. Embora a maioria não tenha adotado medidas específicas para o setor, muitas fábricas fecharam as portas ou reduziram o ritmo de produção mesmo assim por causa da paralisação geral da atividade econômica.

São Paulo, onde o primeiro caso de Covid-19 do país foi notificado, em 25 de fevereiro, foi o primeiro estado a impor restrições. O relatório do grupo da USP observa que as medidas começaram a ser tomadas num estágio inicial da transmissão da doença.

Escolas e universidades fecharam e aglomerações foram proibidas em São Paulo em 16 de março, quando só havia 152 casos conhecidos em todo o país. O comércio fechou no dia 24, quando os casos confirmados eram 840. Na Itália, medidas semelhantes só foram tomadas quando milhares estavam infectados.

Cinco estados mandaram fechar as escolas antes que o primeiro caso de Covid-19 fosse divulgado pelas autoridades: Amapá, Maranhão, Piauí, Rondônia e Roraima. A maioria dos estados adotou as políticas de restrição logo depois de São Paulo, sem esperar pela multiplicação de casos, conforme o relatório.

O presidente Jair Bolsonaro, que defende o afrouxamento das políticas de isolamento para evitar prejuízos que elas causam à atividade econômica no curto prazo, tem pressi-

Governos estaduais endureceram medidas restritivas com avanço da epidemia

Calculado por um grupo de pesquisadores da USP, o Índice de Rigidez do Distanciamento Social indica o grau das restrições impostas a escolas e universidades, estabelecimentos comerciais, serviços e circulação das pessoas. O índice avalia as políticas adotadas numa escala de 0 a 100. Quanto maior o número, maior o grau de restrição.

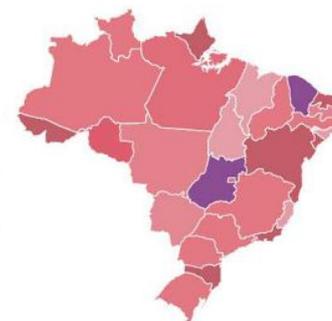
Índice de Rigidez do distanciamento social (IDS)



13.mar.2020

98
casos notificados

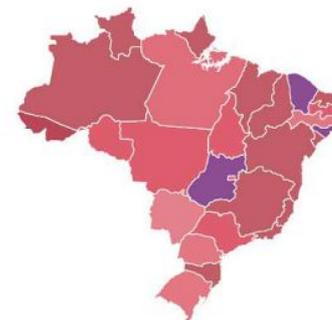
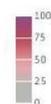
Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amazonas e Distrito Federal tinham casos confirmados



20.mar.2020

904
casos notificados

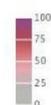
Somente o estado de Roraima não tinha casos confirmados



27.mar.2020

3.417
casos notificados

Todos os estados do país já tinham casos confirmados



“As políticas de isolamento social são importantes para combater a epidemia, mas não são suficientes se o sistema de saúde não estiver preparado para tratar os doentes”

Lorena Barberia
coordenadora do grupo

onado o Ministério da Saúde e os governadores a relaxar as medidas, mas a maioria tem ignorado os seus apelos.

Na semana passada, o Ministério da Saúde orientou governos locais a avaliar, a partir desta semana, um possível alívio nas restrições, mantendo apenas grupos de risco no isolamento, se suas redes hospitalares não estiverem sobrecarregadas, com mais de 50% dos leitos ocupados por doentes da Covid-19. A maioria dos estados não fez mudanças.

Nas próximas semanas, os pesquisadores da USP pretendem analisar dados de operadoras de telefonia e empresas de tecnologia para avaliar os efeitos das políticas que restringiram a circulação das pessoas e tentar identificar áreas em que o cumprimento das medidas pode ter ficado aquém do desejado.

O grupo também pretende examinar o impacto das ações dos governos estaduais na evolução da doença. “As políticas de isolamento social são importantes para combater a epidemia, mas não são suficientes se o sistema de saúde não estiver preparado para tratar os doentes”, diz Barberia.

Rede articula 36 cientistas ligados a quatro instituições

SÃO PAULO O grupo de monitoramento das medidas tomadas pelos governos estaduais no combate ao coronavírus faz parte da recém-formada Rede de Pesquisa Solidária, que reúne 36 pesquisadores de quatro instituições com o objetivo de estudar os efeitos das políticas públicas adotadas para conter a epidemia.

Integram a rede pesquisadores da USP, do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo e do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

“A ideia é produzir informação que contribua para as decisões dos gestores”, diz o sociólogo Glauco Arbix, ex-presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), do Ministério da Ciência e Tecnologia, e um dos coordenadores do grupo.

A rede pretende publicar boletins semanais com os resultados das pesquisas. Além do monitoramento das políticas de isolamento, o grupo planeja pesquisas de opinião em bairros pobres das grandes cidades e estudos sobre o impacto no mercado de trabalho e políticas de proteção social.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Heloisa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Pagar pela guerra

Gastos públicos devem subir com critério agora; depois, a conta deve poupar os estratos carentes

Como se observa em todo o mundo, as imperativas restrições à movimentação de pessoas para conter a Covid-19 provocam impacto econômico dramático. A retração da atividade e as perdas de renda e empregos podem ter dimensões raramente vistas por um século.

Não são descobidas estimativas que apontam contrações de até 10% do Produto Interno Bruto de muitos países, inclusive entre os desenvolvidos. O custo social dessa pane é tremendo e exige ação imediata dos governos para evitar que famílias mergulhem na pobreza.

No Brasil não é diferente. A coletânea de medidas anunciadas até agora pelo poder público, apesar da coordenação deficiente do Executivo federal, segue a direção correta.

O pagamento de R\$ 600 mensais por um trimestre a trabalhadores de baixa renda, regras que permitem flexibilizar temporariamente contratos de trabalho mediante compensação com dinheiro público, prazo maior para o pagamento de impostos e outras iniciativas contribuem para minorar o efeito do inevitável declínio da economia.

Tudo isso custará ao menos o equivalente a 5% do PIB, entre aumento de gastos e queda de receitas. Embora parte da arrecadação adiada vá retornar adiante, a debilidade da economia deverá prolongar o período de recuperação.

Nesse contexto, a dívida pública subirá bruscamente, interrompendo a tendência de desaceleração que começava a ser observada após cinco anos de restrições orçamentárias. Ainda é cedo para projeções seguras, mas a proporção entre a dívida e o PIB pode saltar de 76%, apurados em março, para algo entre 85% e 90%.

O preço do combate à pandemia e suas consequências será elevado, portanto, o país precisa pensar desde logo como vai se preparar para pagá-lo. A história demonstra que endividamento governamental em ascensão descontrolada expõe o país a mais riscos de desorganização econômica.

Ao mesmo tempo, a crise do coronavírus comprova de forma cabal a importância de um Estado ágil e funcional na proteção das pessoas. Ninguém desconhece a deficiência do poder público brasileiro em suas atividades-fim, como educação, saúde e segurança, apesar da alta carga tributária.

Pagar a conta da guerra ao vírus e, ao mesmo tempo, melhorar serviços essenciais num cenário de penúria orçamentária pode parecer um problema insolúvel.

Enfrentá-lo depende de decisões corretas que precisam ser tomadas já. O primeiro passo consiste em distinguir claramente os gastos necessários para lidar com a emergência, na saúde e na economia, dos desembolsos normais.

Nesse sentido, é boa a ideia de uma espécie de Orçamento de guerra, com verbas e governança diferenciadas enquanto durar a calamidade pública. Não se pode permitir agora a criação de compromissos permanentes.

Um fator positivo, hoje, é o patamar historicamente baixo dos juros, que permite ao governo rolar sua dívida a custos menores. Logo, mostra-se essencial garantir que essa condição permaneça.

Para tanto, deve-se preservar o teto de gastos federais inscrito na Constituição, cujos limites devem voltar a ser obedecidos após a superação da crise do coronavírus. Assim haverá um horizonte para o controle do endividamento.

A agenda de reformas econômicas desenhada antes da pandemia — administrativa e tributária em especial — não deixará de ser essencial para que o Estado se mantenha solvente e o país recobre capacidade de crescimento. Entretanto, haverá necessidade de medidas de efeito mais imediato.

Após a recessão que ora se afigura inescapável, será preciso fazer mais para reequilibrar as receitas e despesas públicas. A diretriz essencial nesse esforço deve ser evitar que o ajuste recaia sobre os estratos carentes da população.

Uma providência fundamental, já por muito tempo adiada, é rever subsídios e benefícios tributários, que hoje somam exorbitantes 4% do PIB e incluem favorecimentos descabidos. Fazer chegar aos cofres públicos uma fração disso já seria um auxílio importante.

Também há espaço para tornar o Imposto de Renda mais progressivo, com elevação da alíquota máxima incidente sobre as pessoas físicas — a brasileira, de 27,5%, é baixa para padrões internacionais — e tributação de dividendos, fazendo-se o ajuste adequado na taxa dos lucros das empresas.

Não se trata aqui necessariamente de elevar a carga tributária, mas sobretudo de torná-la mais justa. Com o mesmo objetivo de promover correta distribuição de encargos, privilégios de corporações estatais devem ser eliminados com a regulamentação do teto salarial do serviço público, há anos em debate.

Será necessário acelerar as privatizações, mediante autorização do Congresso para uma venda mais ampla de empresas, em vez de autorizações caso a caso. O objetivo principal deve ser a eficiência econômica, mas também as receitas serão mais bem-vindas.

O Brasil que ainda não se recuperou da última recessão sairá empobrecido desta crise. O sentido de urgência quanto ao que precisa ser feito tem de estar presente tanto agora quanto depois.

Como pagar a conta após a crise

- Revisão ampla de subsídios e benefícios tributários
- Elevação da alíquota máxima do imposto de Renda das pessoas físicas
- Tributação de dividendos, com ajuste na alíquota do IRPJ
- Aceleração das privatizações
- Redução de jornada e salários de servidores públicos
- Regulamentação do teto salarial do serviço público



Bolsonaro é burro mesmo

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Em 31 de maio de 2019, quando o mundo era outro, publiquei a primeira coluna em que perguntava se Bolsonaro era um sujeito inteligente, que se vale de estratégias mais ou menos elaboradas para alcançar seus objetivos, ou apenas um oportunista que teve duas ou três intuições corretas e muita sorte. A época, admitia que as duas leituras eram possíveis.

Penso que hoje já é possível responder à questão de forma mais assertiva e concluir, quase definitivamente, que Bolsonaro é burro mesmo. Uma guerra ou pandemia (os efeitos políticos são parecidos) é o sonho de consumo de líderes em dificuldades. Elas oferecem o pretexto ideal para o governante evocar o discurso da união nacional e surfar na subsequente onda de popularidade.

Não é uma coincidência que regimes moribundos frequentemente provoquem um conflito armado para tentar legitimar-se pela guerra, como fizeram os generais argentinos nas Malvinas em 1982. Não deu certo porque perderam no teatro mili-

tar, mas praticamente toda a oposição cerrou fileiras com os ditadores. Levantamento do site The Brazilian Report feito em oito países mostrou que Bolsonaro e o presidente mexicano, que também flertava com o negacionismo, foram os únicos que não experimentaram aumento de aprovação por causa da Covid-19. Mesmo dirigentes de nações que lidam com pilhas de cadáveres, como a Itália e os EUA, recuperaram popularidade.

Mais, a epidemia é um tipo de crise que faz com que políticos que não tenham cargos públicos praticamente desapareçam. Foi o caso de Joe Biden nos EUA. A figura que cresceu ali foi a do governador de Nova York, Andrew Cuomo. Aqui no Brasil, Luciano Huck se apaga, enquanto ganham visibilidade Dória, Witzel, Maia e Mandetta.

A menos que Bolsonaro tenha acesso a conhecimentos privilegiados sobre a Covid-19, ele está cavando sua própria sepultura política, atitude incompatível com inteligência.

helio@uol.com.br

Fiapo de autoridade

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Quando o país registrou a primeira morte provocada pelo coronavírus, há quase um mês, Jair Bolsonaro ameaçou dar um passeio no metrô de São Paulo. "É uma demonstração de que estou com o povo. É um risco que um chefe de Estado deve correr", declarou.

O presidente queria exibir grandeza, mas a maluquice cogitada ali não tinha nada a ver com o papel de um líder. Com o poder limitado, ele decidiu buscar satisfação pessoal numa série de desafios infantis às medidas de isolamento e orientações das autoridades de saúde.

Bolsonaro não realizou o plano de entrar num vagão lotado, mas gastou parte dos últimos dias em campanha para encorajar os brasileiros a ignorarem o distanciamento social.

Na quinta (9), posou para fotos e incentivou uma aglomeração durante uma ida a uma padaria, devidamente gravada para as redes sociais. No dia seguinte, foi a uma drogaria e cumprimentou apoiadores depois de ter coçado o nariz com a mão. Mesmo com as restrições ao co-

mércio, Bolsonaro é livre para sair do palácio e comprar pão doce, procurar cloroquina na farmácia ou fazer exercícios. O presidente, porém, soma essas atividades a um discurso que incentiva milhões de brasileiros a ignorarem os alertas sobre o vírus.

A provocação imatura reflete o fiapo de autoridade que resta a Bolsonaro na crise do coronavírus. Governadores resolveram ignorar sua pressão para suspender medidas de isolamento, e o Supremo decidiu que o Planalto não tem poder para derubá-las numa canetada.

O presidente emitiu um recibo do próprio esvaziamento. Ao deixar o hospital, ele se recusou a dizer o motivo da visita e se protegeu atrás de um direito que vale para qualquer indivíduo: "Ninguém vai tolher minha liberdade de ir e vir".

Depois de ser desautorizado pelos próprios ministros, sobrou a Bolsonaro apenas a propaganda. O cidadão Jair pode aproveitar os próximos dias para ir ao mercado ou passear de moto — mas ainda precisa evitar contatos e aglomerações.

Ilhas desertas

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Está fora de moda há anos, mas, no passado, os jornais adoravam perguntar aos artistas e intelectuais que livros, discos e filmes eles levariam para uma ilha deserta. E todos adoravam responder. Minha resposta favorita é a do jornalista José Lino Grünwald, que, ao escolher seus livros indispensáveis, incluiu — rindo, mas a sério — o "Philosophie der Symbolischen Formen", de Ernst Cassirer, em três volumes. A dita ilha, ainda que provinda de uísque, poltrona e luz elétrica, era uma metáfora, claro, para as tradicionais listas de dez melhores livros, discos ou filmes de cada um.

De repente, com a quarentena imposta pela Covid-19, a ilha deserta deixou de ser metáfora. Tornou-se, para tantos de nós, dura realidade e por tempo não sabido. Agora, sim, é hora de fazer as tais listas. Por isso, resolvi produzir as minhas. Como esta, só de discos de música brasileira, torcendo para que, como meu equipamento é antigo, a ilha ainda não tenha sido corrompida

pela tomada de três pinos.

Eu levaria os três discos instrumentais gravados por Tom Jobim nos EUA em fins dos anos 60: "Wave", "Tide" e "Stone Flower". Levitaria também duas obras-primas do samba-jazz daquela década, "Edison Machado É Samba Novo", com o próprio, e "Embaló", com o pianista Tenório Jr. E todos os discos de Lucio Alves, Sylvania Telles e João Gilberto que pudesse enfiar no saco. Para as noites de fog na ilha, levaria o que pudesse de Dolores Durán, Titô Madi e Doris Monteiro. Para as tardes de sol, o máximo de Francisco Alves e Mário Reis, juntos e separados. A caixa de três CDs de Orlando Silva, lançada pela BMG, e a de cinco CDs de Carmen Miranda, pela EMI. Avulsos de Sylvio Caldas, Aracy de Almeida, Cyro Monteiro. E com isso já teria estourado o peso, acho.

Esta é apenas a minha lista. Você terá a sua, e deve fazê-la. A melhor ilha é a cercada de música por todos os lados.

Um só bolso

Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

Nas semana passada, houve um intenso debate sobre as propostas de auxílio aos estados, que perderam arrecadação e precisam de recursos para cuidar da saúde pública e dos efeitos colaterais decorrentes da pandemia. No entanto é preciso separar os olhos dos bugalhos. Há anos, a despesa obrigatória de muitos estados, sobretudo a folha de pagamentos, é incompatível com a sua arrecadação.

Vale lembrar que Minas Gerais, com a corda no pescoço, concedeu, irresponsavelmente, reajustes salariais expressivos. Jogou gasolina e hoje pede que a sociedade apague o incêndio?

Outros, como o Rio de Janeiro, descumprem seguidamente os acordos assumidos e continuam a gastar como o rapaz destrambelhado que conta com o pai para livrá-lo da encrenca.

OSTF concedeu eliminar para São Paulo o que suspende temporariamente o pagamento das suas dívidas com a União. Resta saber se o alívio será integralmente destinado aos gastos para tratar da calamidade.

O Congresso já havia aprovado compensar os estados pela queda das transferências federais. Agora, demandas que também sejam compensados pela menor arrecadação do ICMS, estimada em R\$ 36 bilhões neste trimestre. Esquecem que o país ficou mais pobre.

Como se não fosse suficiente, os estados propõem postergar o pagamento das suas dívidas e fazer novos empréstimos com aval da União, que terá que arcar com o prejuízo em caso de calote. Este cenário é provável ainda inadimplentes antes da crise.

Os benefícios propostos somam quase R\$ 150 bilhões. Entretanto deputados afirmaram que o valor da fatura não chega a R\$ 100 bilhões.

Esclarecendo. A conta total do pacote inclui o que já foi doado neste ano e o que mais estava em deliberação. O número da Câmara se refere apenas ao adicional em discussão na última semana, com o argumento de que são contas separadas. Não são. O bolso é um só.

Em qualquer dos casos, o valor é muito superior à queda da arrecadação. Tem gente querendo sair da crise melhor do que entrou.

Os países estão abrindo o cofre para cuidar da saúde e da economia. A ajuda aos estados deveria se limitar a gastos temporários, sem novos empréstimos. No Brasil, porém, o oportunismo usual se aproveita do pânico para pagar despesas que nada têm a ver com a pandemia às custas do endividamento da sociedade.

Como nem tudo é má notícia, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, é a exceção que faz o dever de casa.

Na economia, desde o começo negociou ajustes imprescindíveis para os demais. Na saúde, convidou quem entende de ciência para verificar o tamanho da encrenca e combater a pandemia. A cereja do bolo foi anunciar que vai cortar o próprio salário em 30%.

mercado coronavírus



Linha de produção de chocolates da Nestlé em Araras, que funciona normalmente. Fotos: Eduardo Kinapp/Folhapress

Nestlé

Medidas contra o vírus

- Desinfecção e sanitização com amônia e hipoclorito em fábricas e centros de distribuição
- Distância mínima obrigatória entre funcionários
- Alcool em gel em diversos pontos nas unidades
- Na reposição de gôndolas, uso de capacetes com máscara de proteção pelos trabalhadores, que também têm álcool em gel
- Aumento do número de ônibus fretados

Faturamento R\$ 13,75 bilhões no Brasil em 2019

Funcionários 30 mil

Fábricas 20



Estudo aponta que pandemia pode até dobrar o desemprego

Só ação do governo tende a amenizar destruição da renda, diz pesquisa do Ibre

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A crise do coronavírus deixará até 12,6 milhões desempregados e provocará contração recorde de quase 15% na renda dos trabalhadores, caso o governo não amplie os instrumentos de transferência de renda à população e de ajuda a empresas para que mantenham empregos.

Os números constam de um estudo dos pesquisadores do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) Sílvia Matos, Luana Miranda, Lívio Ribeiro, Vilma Pinto, Paulo Peruchetti e Tiago Martins.

Mesmo com as medidas já anunciadas para garantir renda extra a trabalhadores formais e informais, que somam R\$ 170 bilhões, a massa salarial deve cair 5,2%, retração recorde da série iniciada em 2003. Sem essas medidas, a queda seria de 10,3%.

No cenário considerado mais factível pelos pesquisadores, há retração de 3,4% no PIB (Produto Interno Bruto) e de 6,7% nas horas trabalhadas e na população ocupada —com a perda de cerca de 6 milhões de empregos. O desemprego terminaria o ano no patamar recorde de 17,8%.

No trimestre encerrado em fevereiro, antes do início da crise, a taxa estava em 11,6%. O cenário mais pessimista mantém a expectativa para a maior parte dos setores, mas sinaliza uma piora mais profunda no setor de serviços.

Nesse caso, a massa salarial cai 13,8%, mesmo considerando as medidas já anunciadas pelo governo, com redução de 13,5% na população ocupada e nas horas trabalhadas de todos os setores, número compatível com uma retração do PIB de 7%. A taxa de desemprego iria para 23,8% —seriam 12,6 milhões de novos desempregados no país.

Ou seja, mais que o dobro do registrado antes da pandemia. Nos dois cenários, o encolhimento da população ocupada é recorde para a série elaborada com dados a partir de 1982. Os piores resultados anteriores foram as retrações de cerca de 2% em 1990 e 2016.

De acordo com a pesquisadora Sílvia Matos, a queda do PIB de 3,4% é praticamente a mesma registrada em 2015 e 2016, mas a destruição de empregos, no Brasil e em outros países, não será comparável a

nenhuma outra recessão dos últimos 40 anos.

“Há uma discrepância entre PIB e emprego como nunca vimos. Estou menos preocupada com PIB e mais preocupada com renda. O choque de emprego não tem como evitar. Já observamos em outros países. A questão é dar compensação de renda para amenizar esse choque severo.”

“A gente já passou por quedas de PIB similares, mas a destruição de renda será muito maior. Vai ter de compensar isso, porque não tem como as pessoas procurarem emprego”, diz ela.

A pesquisadora diz que a população ocupada no setor de serviços cresceu praticamente em todos os anos considerando a série histórica iniciada em 1995, exceto em 2016, quando ficou estável, pois a informalidade ajudou a compensar a perda de vagas formais em outras crises. Desta vez, porém, o informal tende a sofrer mais que o formal.

“No período recessivo recente aumentou a informalidade, houve uma válvula de escape para garantir emprego. Neste momento, a natureza do choque não permite isso. Não tem muito o que fazer para preservar esses empregos. Tem de preservar a renda.”

A lista de medidas anunciadas pelo governo nesse sentido, utilizada pelos pesquisadores para calcular o quanto isso irá minimizar o impacto na renda, são o auxílio financeiro para trabalhadores informais (coronavoucher), a ampliação do Bolsa Família, o programa antidesemprego (redução proporcional de salários e jornada de trabalho) e as transferências do PIS/Pasep para o FGTS.

Na análise do impacto por

trimestre foi incluída ainda a antecipação em alguns meses de pagamentos do 13º do INSS e do abono salarial, de quase R\$ 60 bilhões.

Segundo a pesquisadora Vilma Pinto, o auxílio para informais de R\$ 600 é inferior à renda média do trabalhador sem carteira, de R\$ 1.464 pelos dados do IBGE. No caso dos formais, o programa antidesemprego prevê compensação até o valor do seguro-desemprego, que não chega a R\$ 2.000, abaixo da média dos salários com carteira (R\$ 2.881).

“A compensação é parcial, tanto no formal como no informal. Então tem essa queda na massa de salários”, diz.

Ela afirma que o cálculo considera o número do governo para o programa de combate ao desemprego de trabalhadores formais, mas que não há garantia de adesão das empresas, nem de que elas conseguirão sobreviver por tempo suficiente para superar a crise.

Sílvia Matos afirma não ser possível calcular no momento o valor necessário para garantir a estabilidade da renda, o que vai depender da duração da crise e do perfil dos trabalhadores mais afetados. Ela diz ainda que é importante sinalizar o governo de que haverá recursos suficientes para garantir a sobrevivência das empresas e dos funcionários.

“Isso não volta enquanto a gente não tiver uma vacina, não tiver clareza. A travessia pode ser longa. É importante ter uma artilharia pesada neste primeiro momento”, diz.

“O empresário pode tomar a decisão de fechar seus negócios se não tiver garantia. O único capaz de dar a mínima segurança é o governo. Depois a gente pensa no fiscal. Vamos passar por essa travessia com o menor aumento de desigualdade possível. Tentar amenizar o choque na renda das famílias. É isso que é possível.”

Segundo os pesquisadores do Ibre, não há dados de outros países que mostrem uma recuperação rápida da economia após o relaxamento do isolamento. E mesmo aqueles que não adotaram a quarentena estão registrando queda forte da atividade.

Segundo Lívio Ribeiro, dados de países atingidos mais cedo que o Brasil pela pandemia mostram que o setor de serviços tem sofrido mais que a indústria. A China, epicentro da doença e primeiro país

a relaxar a quarentena, não se recuperou no mesmo ritmo.

“No caso de serviços, a recuperação tende a ser mais lenta. E o mercado de trabalho sofre de forma muito intensa e muito rápida, coisa que a gente não viu nas séries históricas de nenhum país nesta magnitude e velocidade até hoje.”

O trabalho do Ibre considera que o Brasil terá, a partir de abril, choque similar ao verificado na China no mercado de trabalho. Com isso, a taxa de desemprego irá a 16,1% no segundo trimestre, com perda de 4,4 milhões de empregos.

Além do comportamento de indicadores em outros países, foram utilizados no estudo o novo índice sobre condições financeiras do Ibre e a sondagem especial da instituição com empresas sobre o impacto da Covid-19, variáveis que ajudaram a compor o modelo de projeção do PIB.

A sondagem foi feita em um período em que parte das atividades ainda estava funcionando (1º a 25 de março) e cerca de metade das empresas de serviços tinha a avaliação de que seria afetada pela crise.

Por isso os pesquisadores traçaram também o cenário pessimista (PIB de -7%) mantendo os números de todos os setores e elevando a queda no valor adicionado dos serviços no PIB de -2,4% para -6,9%, com retração na população ocupada no setor passando de -6% para -15,6%.

“Se a sondagem fosse feita hoje, muito provavelmente o resultado dos serviços seria bastante pior. Então a gente manteve a indústria constante e piorou a queda de horas trabalhadas no setor”, afirma a pesquisadora Luana Miranda.

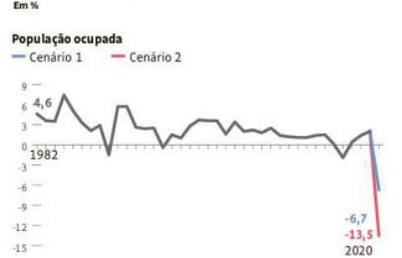
A projeção mais pessimista do Ibre não está distante da divulgada por algumas instituições financeiras, que já trabalham com cenários que incluem projeções de queda de pelo menos 6% para o PIB do Brasil, como os bancos Santander e Itaú Unibanco.

Na semana passada, quando o estudo do Ibre já havia sido concluído, a Organização Mundial do Trabalho divulgou que o número de horas que deixarão de ser trabalhadas no mundo em razão do coronavírus, apenas no segundo trimestre de 2020, representa uma queda de 6,7% na carga de trabalho. O Ibre projeta queda de 4,7% para o trimestre em questão no Brasil.

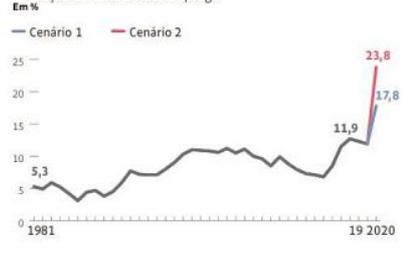
Sem governo, Brasil terá desemprego e queda de renda recordes



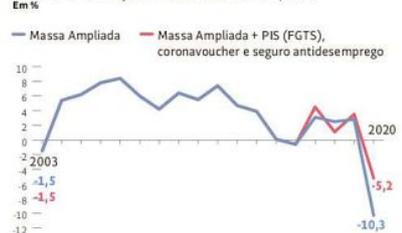
Crescimento anual da população ocupada e das horas trabalhadas



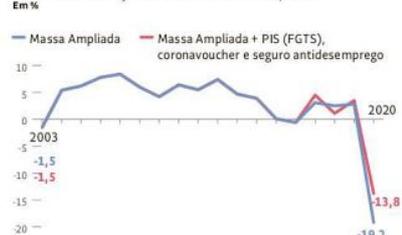
Evolução da taxa de desemprego



Cenário 1 - Evolução da Massa Salarial Ampliada



Cenário 2 - Evolução da Massa Salarial Ampliada



Fonte: Elaboração FGV/IBRE com dados da Pnad e Pnad Contínua



Funcionários mantêm distância na área comum



Limpeza no estacionamento do centro de distribuição da Nestlé contra o coronavírus



Repositora usa capacete com máscara de proteção

Redução de ganhos de servidores e políticos criaria caixa bilionário

Poderes indicam não ter intenção de replicar no funcionalismo cortes de salário e jornada aprovados para a iniciativa privada

BRASÍLIA O estado de calamidade aprovado em decorrência da pandemia da Covid-19 levou o governo a editar medida permitindo a redução provisória de até 70% do salário e na jornada na iniciativa privada, mas, até o momento, não há movimentação na cúpula dos três Poderes para replicar o plano no funcionalismo.

A aprovação do corte para políticos e servidores de Executivo, Legislativo e Judiciário, nas três esferas (federal, estadual e municipal), criaria uma caixa de dezenas de bilhões de reais, mas, até o momento, só há ações isoladas para isso.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a se dizer aberto à discussão, mas recuou após o ministro Paulo Guedes (Economia), temendo uma depressão na economia, se manifestar contra. O valor de um corte em salário e benefícios de servidores varia de acordo com os critérios a serem usados, sendo afetado ainda por uma série de condicionantes, como a exclusão do setor da saúde, que está na linha de frente no combate ao coronavírus, e de salários mais baixos.

Só no plano federal, dados do Siga Brasil mostram que vencimentos e vantagens dos servidores ativos civis (exclu-

ídos 13º, férias e Ministério da Saúde) somaram R\$ 10,3 bilhões em 2019. Aplicando de forma geral uma redução de 25% do salário e da jornada, por três meses (a possibilidade mais branda reservada à iniciativa privada), haveria uma caixa de R\$ 6,4 bilhões.

Cálculo com base nos números do estudo "Atlas do Estado Brasileiro", do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que inclui área militar e todos os benefícios e contribuições sociais, aponta para algo em torno de R\$ 36,8 bilhões em três meses, incluindo saúde, nos três Poderes e nas três esferas.

"Existem outros profissionais cuja renda a princípio também não será atingida pela crise: qualquer um que não perca o emprego, empresários e, parcialmente, famílias que vivem de renda do capital, as mais ricas. Creio que o mais justo seria distribuir esse custo na sociedade de acordo com a capacidade contributiva de cada um", afirma Sérgio Gobetti, economista do Ipea. Algumas localidades estão tomando decisões por conta própria. A Assembleia Legislativa de São Paulo estudia um pacote de cortes. Na sexta-feira (10) o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Lei-

UNIÃO NÃO COMENTA O ASSUNTO O Palácio do Planalto disse que não comentaria o assunto. A PGR disse não haver avaliação ou medida em curso nesse sentido. "E nem seria possível, porque todos os cargos e remunerações no âmbito do Ministério Público da União são definidos por lei." Os demais não responderam. Senado, Câmara dos Deputados e Supremo Tribunal Federal não comentaram.

te (PSDB), anunciou redução de 30% de seu salário por três meses. A Folha alocou as secretarias de Fazenda e Planejamento de todo os estados. Até a conclusão desta reportagem, apenas no Rio Grande do Sul havia redução de salários na cúpula do Executivo. Goiás avaliava a medida. No Pará, o governador Helder Barbalho (MDB) baixou um decreto reduzindo temporariamente gratificações e adicionais. O governo de Pernambuco afirma que adotou ações para contingenciar gastos, o que dará uma folga de R\$ 136 milhões até o fim do ano.

Na esfera municipal, em cidades como Jundiaí (SP), prefeito, vice e secretários terão diminuição salarial de 30% até dezembro. Segundo Jonas Donizete, prefeito de Campinas (SP) e presidente da Frente Nacional de Prefeitos, é difícil para alguns municípios enxugar a folha de pagamento. "Tenho 15 mil funcionários, e 9.000 são da Saúde. Vou cortar salário dos 9.000?"

O economista Marcelo Neri, ex-presidente do Ipea e diretor da EGV Social, também defende o corte de salários como ato simbólico. "O setor público não está acostumado a fazer sacrifícios", ranier Bragança, Danielle Pratt, Julio Witzack e Gustavo Augusto

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

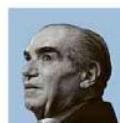
Segunda onda

Com mais de mil lojas das redes Casas Bahia e Ponto Frio fechadas temporariamente por causa da quarentena, o empresário Michael Klein tem evitado aparecer publicamente comentando sobre os impactos do coronavírus nos negócios. À coluna, ele afirmou que a Via Varejo vai analisar a possibilidade de aderir ao crescente movimento de companhias que decidiram preservar empregos na crise e manter em dia os compromissos com fornecedores.

AR A empresa, porem, enviou comunicado a parte dos fornecedores avisando que prorrogaria as obrigações por até um mês e prazo mínimo de 75 dias após a emissão da nota.

CREDIÁRIO Em meio à incerteza da crise, o empresário prefere não fazer comentários sobre o futuro da oferta de crédito ao consumidor, o lema da família.

POUSO A aviação executiva, outro ramo de atuação de Klein, também sofre. "O mercado está parado. Não estamos tendo voos locais. [Só] alguma repatriação", diz Klein.



PROSA

“ Não cabe a nós, moradores, [avaliar se a quarentena deveria ser curta], mas às autoridades

Michael Klein presidente do conselho de administração da Via Varejo)

com Filipe Oliveira, Mariana Grazini e Paula Soprana

LINHA As centrais sindicais querem se reunir com governadores para discutir o incentivo à reconversão industrial — a adaptação das empresas para produzir equipamentos para ajudar no combate ao coronavírus. Para a UGT (União Geral dos Trabalhadores), o processo pode gerar empregos em setores afetados.

INDUSTRIAL A primeira discussão foi com o governo de São Paulo, que disse estar em contato mais de 60 empresas para viabilizar o aumento da produção de equipamentos.

CARTEIRA O volume de pessoas que gastaram com itens de moda, corte de cabelo ou visitas ao salão de beleza caiu quase 90% na comparação entre a primeira semana de março e o início de abril, segundo o aplicativo GuiaBolso, a partir do comportamento de 250 mil usuários.

FOME Para distribuir 66 mil cestas básicas, a Advent doou R\$ 4 milhões à UniãoSP, organização criada para ajudar a população vulnerável na crise do coronavírus.

FOME 2 A rede de supermercados Hirota criou o programa Marmita Solidária que deve garantir a doação de 1.000 marmittas por dia. A cada marmitta paga pelo cliente, de R\$ 4,99, o supermercado doa mais uma a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Preço da publicidade no Facebook desaba para o menor valor da história após o coronavírus

Nelson de Sá

SÃO PAULO A agência de marketing digital Gupta Media, de Boston, nos EUA, levantou que o preço global da publicidade no Facebook atingiu seu patamar mais baixo na semana passada, dando números ao impacto do coronavírus no setor.

O CPM ou custo por mil impressões (o valor mínimo que um site avisa quer do anunciante para cada mil visualizações do anúncio) bateu em US\$ 1,95, o menor da história, segundo o MediaPost, que adiantou os dados.

De acordo com a própria Gupta Media, os CPMs médios de anúncios do Facebook, nos países mais afetados pelo coronavírus ao redor do mundo, caíram de 35% a 50% nas últimas duas semanas.

A queda nos CPMs reflete a menor demanda. Há duas semanas, o Internet Advertising Bureau (IAB), que representa Facebook, Google e outros grupos de mídia digital, projetou uma redução de 33% nos gastos com publicidade digital "a curto prazo".

Procurado, o Facebook enviou texto preparado previamente por seus vice-presiden-

tes de análise, Alex Schultz, e engenheira, Jay Parikh. “Nosso negócio está sendo afetado negativamente de maneira semelhante a muitos outros ao redor do mundo”, escrevem eles. “Temos visto um enfraquecimento em nossos negócios de anúncios nos países que tomam ações agressivas para reduzir a propagação da Covid-19.”

A empresa deve divulgar seu relatório trimestral no dia 22. Em nota a clientes no fim de março, o banco de investimento Goldman Sachs projetou uma queda de receita para o Facebook de 3% neste ano.

tes de análise, Alex Schultz, e engenheira, Jay Parikh.

“Nosso negócio está sendo afetado negativamente de maneira semelhante a muitos outros ao redor do mundo”, escrevem eles. “Temos visto um enfraquecimento em nossos negócios de anúncios nos países que tomam ações agressivas para reduzir a propagação da Covid-19.”

A empresa deve divulgar seu relatório trimestral no dia 22. Em nota a clientes no fim de março, o banco de investimento Goldman Sachs projetou uma queda de receita para o Facebook de 3% neste ano.

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Heloísa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

São Paulo pode parar

Não se descarta paralisação completa contra coronavírus, mas falar em prisão é exagero

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), excedeu-se na retórica ao ameaçar com prisão pela Polícia Militar cidadãos que violarem as regras de quarentena e resistirem à determinação dos agentes para se recolherem.

A retomada recente de atividades por muitos paulistas de fato preocupa. Epidemiologistas projetam que, com menos de 50% de adesão ao isolamento, faltarão leitos para doentes graves no estado de São Paulo. Não se justifica, porém, o recurso extremo.

O político tucano parece mais empenhado em cultivar imagem de comando e firmeza do que em liderar e convencer a população que o eleger. Não será com ameaças a direitos fundamentais que alcançará o objetivo —acertado, até aqui— de manter o máximo de pessoas em casa.

Verdade que a lei admite recurso à coerção, mas em caráter auxiliar. Mesmo que no limite se parta para a prisão, parece certo que as afins realizadas acabarão relaxadas, dado o baixo potencial ofensivo da desobediência.

Força coercitiva não se exerce só com repressão e violência. Antes vêm prevenção, orientação e, sobretudo, convencimento.

Fará sentido pôr policiais nas ruas, se e quando o chamado “lockdown” (paralisação completa) se impuser, para verificar se cada pessoa encontrada na rua tem auto-

rização para tanto. A PM poderia até conduzir algum desobediente a uma delegacia para lavrar auto circunstanciada, mas o constrangimento deveria terminar por aí.

Antes de baixar a medida draconiana, o governador paulista precisaria explicar com mais transparência quais são os dados que servem de base para adotá-la —em especial os relativos à adesão ao isolamento e à capacidade das UTIs.

Na falta deles e de esforço mais amplo de comunicação com os governados, Dória se torna presa fácil do discurso demagógico do presidente Jair Bolsonaro contra o distanciamento social.

Bolsonaristas já fazem disso cavalo de batalha para antagonizar o rival paulista do presidente, assim como no caso da cloroquina.

Aqui também Dória e sua equipe ficaram a dever na obrigação de informar quando o médico David Uip, na chefia do comando estadual da crise, recusou-se a dizer se tomou o medicamento em sua recuperação da Covid-19.

Ao optar pela confidencialidade, uma prerrogativa de paciente que neste caso é suplantada pelo interesse público, repete a atitude de Bolsonaro de omitir os resultados de seus testes de coronavírus.

Caberia esclarecer se a prescrição ocorreu em quais circunstâncias, ou o segredo poderá alimentar a desconfiança de quem começa a se arriscar nas ruas.

Ajuda sem farra

Estados e municípios precisam de socorro federal, mas sem benefícios permanentes e incondicionais

Um dos desafios econômicos impostos pela pandemia de Covid-19 é estabelecer o balanço correto entre a necessidade de auxiliar estados e municípios —inegável— e a prudência no manejo de finanças públicas já exauridas antes da crise.

Os pleitos de governadores e prefeitos por auxílio federal fazem sentido, na medida em que a paralisação da atividade leva a receita de impostos a despencar. Não há como objetar, neste momento, que a União transfira recursos para os entes regionais, que não têm capacidade de endividamento e precisam lidar de perto com o coronavírus.

Como de hábito, entretanto, fins legítimos acabam se misturando a demandas oportunistas que nada têm a ver com as necessidades do momento. Ao longo dos últimos dias, ensaiaram-se na Câmara dos Deputados tentativas de obter perdão de dívidas oriundas de más gestões passadas e dinheiro sem condicionalidades.

A versão inicial da peça legislativa em tramitação inspirava-se no Plano Mansueto — proposta do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que oferecia uma saída para os Estados mais endividados em troca de medidas de ajuste.

Durante a análise, o texto teve sua lógica subvertida e parecia se

transformar em uma farra de favores injustificados às custas do governo federal, sem compromissos de ajuste orçamentário. Felizmente, contudo, a racionalidade imperou, e a ideia parece descartada.

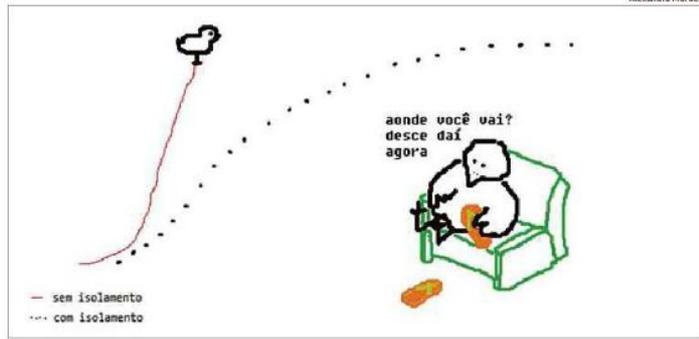
Em seu lugar surgiu um projeto mais condizente com o momento emergencial, que prevê compensação pela União da queda da arrecadação estadual e municipal, com valor estimado de R\$ 35 bilhões.

Além disso, estados poderiam incorrer em dívidas adicionais correspondentes a até 8% de sua receita, cerca de ao menos R\$ 55 bilhões.

Ainda é o caso de aperfeiçoar o projeto. A compensação da receita perdida em tese é correta, mas não pode se transformar em garantia irrestrita que induza a novos incentivos fiscais por governadores, na premissa de que serão garantidos pelo governo federal.

O ideal é definir montante e prazo fixos, com fim legal bem determinado e requisitos de transparência. Novos empréstimos devem ser bem calibrados, provavelmente em dimensões mais modestas.

Nada que implique despesas permanentes pode ser aprovado a esta altura. Qualquer ajuda de maior alcance deve ser discutida mais à frente e ter como contrapartida reformas estruturais ambiciosas.



O êxito alemão

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Qual o segredo do sucesso da Alemanha no manejo da Covid-19? São vários. O mais óbvio deles é matemático. Por estar muito mais que outros países, os números teutônicos estão um pouco menos distantes dos reais.

Se você só testar cadáveres, terá 100% de letalidade; se testar apenas casos graves, essa cifra cai um pouco, chegando a índices como o italiano (12%), o britânico e o espanhol (10%). Mas, se testar de forma mais indiscriminada (o que também facilita identificar precocemente as cadeias de transmissão e desfazê-las), as taxas caem para menos de 2%, como é o caso da Alemanha e da Coreia do Sul, dois países duramente atingidos e que já passaram pelo primeiro pico epidêmico.

Isso, porém, é só parte da história. A Alemanha não se sai melhor apenas por apresentar números menos distorcidos. Ela também conseguiu achar a curva exponencial, evitando o sobrecarga sobre seu sistema de saúde, que já era bom e foi reforçado. Médicos alemães, ao contrário

de italianos, não tiveram de decidir entre quem iria ou não para o ventilador, o que significa que salvaram proporcionalmente mais pacientes críticos que os colegas da Lombardia.

Um aspecto menos comentado do sucesso dos alemães é que, mesmo em condições normais, eles já vivem em maior isolamento social que os italianos (e ao menos outros seis povos europeus). Num interessante trabalho de 2008, com o objetivo de reunir dados comportamentais para a modelagem de infecções respiratórias, Joël Mossong e colaboradores monitoraram os contatos sociais de 7.290 participantes de oito países europeus. Enquanto os italianos apresentaram média de 19,77 interações diárias (a maior das oito nações), os alemães mantiveram apenas 7,95 (a menor).

Podem haver algo de verdade no clichê de que povos latinos são calorosos e efusivos enquanto os germânicos são frios e distantes. Não é uma constatação de muito bom augúrio para nós brasileiros.

helio@uol.com.br

Cortando na carne (alheia)

Fábio Fabrini

BRASÍLIA Jair Bolsonaro foi ligeiro ao atender empresários e autorizar cortes salariais de até 100% na iniciativa privada. Tragédia posta para o trabalhador cuja renda despencará, mas pior seria a demissão.

Ao repartir entre os brasileiros o pão que o diabo amassou na crise sanitária, o presidente se esqueceu de si próprio e de seus ministros.

Por ora, nenhum deles se propôs, ao menos publicamente, a abrir mão de um mísero naco dos rendimentos obtidos da Viúva.

Continuam pingando em suas contas os mesmos R\$ 30,9 mil mensais dos tempos de normalidade, fora penduricalhos obscenos como o auxílio-moradia.

O pacote de sacrifícios de Bolsonaro preserva a própria casta e toda a cúpula do funcionalismo, habituadas a receber primeiro as graças do Estado e a delas nunca desapegar.

A redução salarial nos andares de cima teria impacto fiscal diminuto, mas significativa simbologia quando o grosso da população está em apuro financeiro e o rombo nas contas

públicas se amplifica.

Em outros países, o senso de auto-preservação ficou de lado. No Uruguai, por exemplo, Laclea Pouanunciou redução de 20% do que ganham ele próprio e seus pares.

Aqui, o corte é um desafio não só pela inércia política, mas porque a Constituição prevê a irredutibilidade dos salários do funcionalismo.

Essa proteção se aplica a esses ganhos em especial, mas não necessariamente vale para ajudas de custo, adicionais, gratificações, honorários e outros balangandãs que servem para aumentar os zeros nos contracheques e fazem do teto salarial uma fábula.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, aventou projeto para reduzir um quinto dos salários de quem ganha mais nos Três Poderes, mas recusou ao buscar a adesão do Judiciário e receber um Supremo não.

Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, permanecem silentes a respeito, enquanto imolam direitos... dos outros.

Fábio Fabrini é repórter da Sucursal de Brasília

Gatsby, o imbatível

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO “O Grande Gatsby” está na sua lista de quarentena? Pois deveria. Mesmo que você já o tenha lido algumas vezes, cada aproximação à obra-prima de E. Scott Fitzgerald é uma experiência diferente e mais fascinante que as anteriores —um tipo de mistério que só acontece com raríssimos livros.

Para reforçar a indicação, ele está fazendo aniversário: 95 anos. Editado pela primeira vez em 1925, no dia 10 de abril, pela Charles Scribner's Son, é um dos maiores romances do século 20. Alguns críticos, como Ricardo Piglia, consideram-no uma obra de arte que se aproxima da perfeição ao narrar o onsonho incorruptível do pobretão que virou gangster, dava festas nababescas e queria reverter o passado por amor à namorada de juventude, Daisy, cuja “voz soava como dinheiro”.

Curioso é que, até ser redescoberto, na década de 60, o livro vendeu uma ninharia: a segunda edição, também de 1925, ainda estava em catálogo quando o escritor morreu

em 1940. Sua última prestação de direitos autorais, na primeira metade daquele ano, consignava a venda de apenas sete exemplares. “Pobre filho da puta”, murmurou Dorothy Parker ao ver o colega no caixaõ, repetindo as palavras que Fitzgerald fizera um personagem dizer diante do corpo de Gatsby.

E, o mais impressionante, o livro foi escrito “on the wagon”, isto é, nos períodos de engorgamento alcoólico a que Fitzgerald se submetia enquanto esteve expatriado na França com sua mulher, Zelda, bebendo hectolitros de gim e uísque e pulando de Paris para a Riviera, na companhia do sofisticado e milionário casal Gerald e Sara Murphy.

Inseguro, o autor demorou a escolher o título: o romance antes se chamou “Trimalchio em West Egg”. A edição restaurada, do ano 2000, mexeu em cerca de 1.100 sinais de pontuação —cá pra nós, não é pouca virgula. Mas, pensando bem, nem precisava: o “Gatsby”, de qualquer maneira, é imbatível.

Custo Bolsonaro

Fernando Haddad

Professor universitário, ex-ministro da Educação (governos Lula e Dilma) e ex-prefeito de São Paulo. Escreve aos sábados

É inestimável o custo civilizatório da Presidência de Jair Bolsonaro, um ser que não passa um dia sem provocar desavença. Esse custo não entra necessariamente no cálculo do PIB, embora provoque mal-estar para a maioria da população. O custo da má gestão da crise, entretanto, toma-se cada vez mais palpável com o passar do tempo.

Observa-se na gestão da economia a mesma lentidão e falta de clareza que se observa na saúde. Esse governo não toma decisão de forma resoluta. Tudo é mais ou menos, é, mas pode não ser. O apelo às ditas canetas encobre a fraqueza do dono da caneta.

Há muitas diferenças entre uma pandemia e uma guerra, mas dois fatores se aproximam. Em primeiro lugar, luta-se contra um inimigo externo. Isso dá condições aos homens públicos de crescer aos olhos da nação; basta que tenham estatura. Bolsonaro é dos poucos governantes que perdem popularidade na crise e o único tratado com ironia e desprezo pela comunidade internacional.

Um segundo fator é o tempo. Um dia de atraso pode decidir o desfecho de uma batalha. O desfecho de uma batalha pode decidir uma guerra. Que o digam Alexandre, Júlio Cesar, Napoleão ou Churchill. Estamos na mão de um tenente, expulso do Exército, humilhado nos bastidores até pelo seu ministro mais mediocre.

As vacilações do comando são notáveis no campo da saúde. Ninguém sabe ao certo quais são as diretrizes sanitárias do governo Bolsonaro. Famílias exigem a prescrição de cloroquina aos entes enfermos. É cada vez mais nítido o desprezo ao isolamento social. Testagem em massa, ampliação de leitos de UTI e aquisição de EPI são temas que o Ministério da Saúde custa a tratar com diligência.

Na economia, o homem que em Davos, no ano passado, prometeu zerar o déficit primário e, recentemente, afirmou que o Brasil estava a um milímetro do paraíso demora a sair do estado catatônico. Guedes chegou a afirmar, feito um parvo, que “com R\$ 5 bilhões a gente aniquila o coronavírus”. Diante da tarefa que lhe cabe no momento —apoiar as famílias, empresas e entes federados pelo prazo do isolamento social—, discute-se no Brasil (e só aqui) se essas ações consensuais em tempo de “guerra” são ou não aderentes ao ideário liberal. Perde-se tempo precioso.

A demora em tomar resolutamente decisões coerentes, tanto na área de saúde quanto na área econômica, aumentam o custo da crise. E as disfunções de uma área agravam as disfunções da outra.

O país está sem comando para lidar com um problema dessa dimensão. Se nada for feito, o custo Bolsonaro não será nada desprezível e ele já está contratado.

mercado **coronavírus**

Programa que salva emprego formal empobrece trabalhador, diz estudo

Para economista, reposição parcial do salário impõe perda severa a quem ganha de 3 a 4 mínimos

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O programa emergencial que prevê corte de jornada e de salário na iniciativa privada, em troca de garantia de emprego, lançado pelo governo, vai levar muitos trabalhadores formais à pobreza, aponta levantamento realizado pelo economista Gabriel Ulyssea, professor associado da Universidade de Oxford.

Ulyssea analisou as recomposições salariais previstas no programa e concluiu que o efeito perda de renda é especialmente severo para quem ganha de três a quatro salários mínimos.

Segundo ele, o programa tem o espírito correto, mas está mal desenhado — faz a reposição parcial do salário a partir de frações do seguro-desemprego. Mas o valor do benefício oferecido pelo governo, diz ele, deveria considerar a manutenção do salário integral do trabalhador.

A regra de pagamento do seguro-desemprego prevê três faixas de cálculo, além do valor mínimo, que será sempre o piso dos salários, de R\$ 1.045 neste ano. O valor máximo equivale a menos de 1,8 salário mínimo: R\$ 1.813,03.

A vinculação do benefício ao seguro-desemprego achata o valor final que o trabalhador tem direito, diz o economista. Quanto mais ele ganha, menor será a renda durante o período pelo qual a empresa adotar as regras do programa.

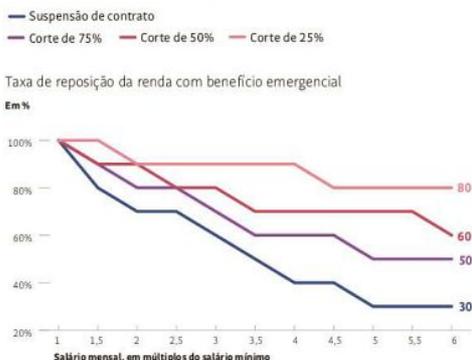
Para quem decidir por jornada esalarío menores, a duração pode ser de até três meses.

Essa redução salarial também será maior nos casos em que a empresa optar pela suspensão dos contratos. Com exceção das firmas maiores, com faturamento anual acima de R\$ 4,8 milhões, as demais poderão manter o vínculo suspenso por até dois meses. Nesse intervalo, só pagarão aos funcionários benefícios previstos em contrato, como plano de saúde.

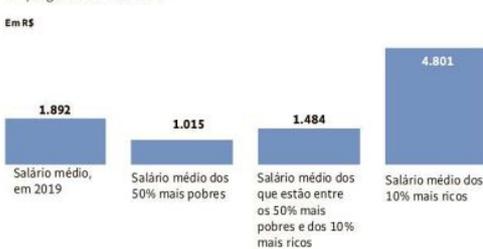
A remuneração será igual ao valor do seguro-desemprego.

Para Ulyssea, o teto do seguro acaba sendo um valor arbitrário. "Para o trabalhador que recebe até um salário mínimo e meio, não vai fazer diferença. O que a gente chama de taxa de reposição — ou seja, o quanto o seguro-desemprego repõe da renda anterior do trabalhador — é alta, em torno de 80%", diz.

Suspensão de contrato pode reduzir renda do trabalhador a 30%



Empregados com carteira



Fontes: professores Gabriel Ulyssea, da Universidade de Oxford, e Marcelo Neri, diretor do FGV Social

O problema, segundo o pesquisador, é que existe um contingente grande de trabalhadores que recebem mais, entre três e quatro salários mínimos — e ainda não é de alta renda —, mas que ficarão com uma reposição baixa ante a remuneração que recebiam antes.

Um trabalhador com um salário médio de R\$ 4.180 receberá R\$ 1.813,03 por dois meses se a empresa que o empregava decidir suspender o contrato. A redução é de 56%, e taxa de reposição, de 43%.

Para o pesquisador, é desejável que essa proporção seja mais equilibrada, chegando a 70% ou 80% da renda.

"Não é um rendimento baixo, mas, se você considerar uma família com duas crianças, a renda per capita já não vai ser tão alta. Se a renda desse chefe de domicílio cair a 40%, essa família vai passar por dificuldades", diz.

Ulyssea considera haver grande risco, mesmo entre os trabalhadores formais, de um contingente elevado fazer a transição para a pobreza.

Ele afirma, no entanto, que a chave da política emergencial — e também onde o governo acertou — é dar a possibilidade de as empresas pararem durante o momento mais agudo da crise, sem que haja a dissolução do vínculo de emprego.

A falha é a vinculação ao seguro-desemprego, e, para o economista, o momento exige um esforço fiscal extraordinário, ainda que leve a maior endividamento do governo.

No caso da redução de salário e jornada, a medida provisória enviada pelo governo manteve o valor do rendimento por hora. Assim, se o empregador reduzir em 25% o salário, o governo pagará 25% do equivalente ao seguro-desemprego. O encolhi-

mento da renda será menor, mas pode chegar à metade, quanto maior o salário. Algum que receba R\$ 10 mil ficará com um benefício emergencial de R\$ 4.269 se o acordo fechado com a empresa for de um corte de 75%.

A concessão do auxílio-emergencial de R\$ 600, cuja liberação começou na quinta-feira (9), vai na direção correta de proteger os que estão mais vulneráveis na crise. Ele considera, entretanto, que falta uma melhor coordenação entre as políticas de proteção.

Para o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, o programa protege mais os trabalhadores da base da pirâmide e indica que o governo não quer gastar muito para assegurar renda.

Os 50% mais pobres entre os trabalhadores formais em 2019 não recebiam mais do que o salário mínimo. Segun-

do o IBGE, no trimestre encerrado em fevereiro, o rendimento médio do trabalho com carteira foi de R\$ 1.290.

"É um tipo de medida importante para proteger empregos. Essa vai ser uma recessão muito atípica, repentina e aguda, criada por uma parada súbita de quase todas as atividades", diz.

As pessoas de renda maior, diz Neri, têm, em média, 14,5 anos de educação formal, além de qualificação e acesso à tecnologia. Essas condições garantem a esses trabalhadores menos chances de perder o emprego, especialmente nesse início da crise.

"Essa população tem escolaridade razoável, pode trabalhar em casa. Em períodos de recessão, você demite antes pessoas menos qualificadas e que podem ser rapidamente repostas após a crise.", Para Neri, o esforço do governo vai no sentido de proteger quem tem menos condições e está mais vulnerável e sujeito à demissão. Ele considera importante que as empresas tenham condições de manter o vínculo.

"As pessoas com renda mais alta têm mais chances de enfrentar um período assim, muitas têm poupança, mas não é uma regra que se encaixe a todos", afirma.

Entre as exceções, o pesquisador da FGV Social cita os empregados do setor hoteleiro e das companhias aéreas, que têm alta qualificação, mas estão sob risco diante da paralisação das atividades. Para Ulyssea, o Brasil passará por uma recessão severa, com impactos duradouros no mercado de trabalho, incluindo agravamento da informalidade.

Assim, diz ele, a manutenção do vínculo de emprego neste momento vai ajudar na retomada lá na frente.

"Do ponto de vista produtivo, essa relação trabalhador-empresa é um capital intangível. O trabalhador conhece como aquela empresa funciona, a empresa já conhece o trabalhador, já tem um hábito de trabalho formado e todas essas coisas afetam produtividade", diz ele.

"Assim, sempre que você precisa trocar um funcionário, há um processo de treinamento para aquela pessoa se familiarizar. Tudo isso fica preservado se você conservar o vínculo."

Doméstico também pode ter jornada reduzida

PASSO A PASSO

1. Converse com o empregado

- É necessário fazer o acordo com o funcionário dois dias antes de a suspensão ou redução começar a valer
- Lembre-se de que é necessário fazer um acordo por escrito
- Esse documento deve ser encaminhado ao empregado também dois dias antes

2. Avalie a melhor opção

- Quem está seguindo a risca a recomendação de isolamento já deve ter dispensado o serviço doméstico
- Agora, com as autorizações dadas pelo governo, é hora de considerar qual a melhor opção, se a suspensão ou a redução da jornada e do salário

Lembre-se:

- O contrato pode ficar suspenso por até dois meses
- Depois, esse funcionário não poderá ser demitido pelos dois meses seguintes
- No caso da redução de salário, os três meses seguintes serão de garantia de emprego
- Nos salários acima de R\$ 3.135, o empregador terá de procurar o sindicato da categoria (na segunda (6), o ministro Ricardo Lewandowski decidiu, de maneira liminar, que os acordos individuais só terão validade se tiverem o aval dos sindicatos)

3. Registre a decisão

- Feito o acordo, o empregador tem dez dias corridos para comunicar a negociação ao Ministério do Trabalho
- Acesse o site serviços.mte.gov.br/bern
- Na parte destinada aos empregados, vá à terceira tela disponível
- Quem ainda não tem acesso ao site de serviços do governo federal, o gov.br, terá de fazer um cadastro

4. Não esqueça os benefícios

- Quem fornece cesta básica, seguro ou plano de saúde terá que manter o fornecimento dessas vantagens

OUTROS DIREITOS DOS EMPREGADOS

Adiamento do FGTS

- A parcela de março já foi adiada; ela seria paga no dia 7 de abril
- Para usar, o empregador precisou informar a opção pelo adiamento no eSocial; isso terá de ser feito todos os meses
- As próximas, que seriam feitas em maio e junho, também não precisarão ser feitas
- O governo permitiu que os valores desses três meses sejam pagos em seis parcelas
- O acerto dessas contribuições começará em julho

Adiamento do INSS

- A contribuição previdenciária do mês de março deveria ser paga no dia 20 de abril
- Esse pagamento, porém, foi adiado pelo governo e só será pago em agosto
- O recolhimento de abril, que seria feito em maio, também ficou para depois
- Esse pagamento será feito em outubro, junto à competência de setembro

290 mil acordos com empregados já foram fechados

Thiago Resende

BRÁSILIA O número de acordos entre patrão e empregado para redução de jornada, com corte proporcional de salário, ou suspensão temporária do contrato na crise do coronavírus saltou para 290 mil até quinta (9). No começo da semana, eram menos de 10 mil.

Os dados são do Ministério da Economia, que faz o registro das tratativas para poder pagar a complementação de renda do trabalhador que tiver redução salarial.

Esse forte aumento ocorre apesar de o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, ter decidido, em caráter liminar, que os acordos individuais — direto entre empregador e empregado — precisam ser validados pelos sindicatos.

Esse veredito tem efeito imediato e, por isso, grande parte das negociações registradas aguarda o posicionamento final do STF, na próxima semana, quando o

plenário deve analisar o caso.

A flexibilização das regras para acordos trabalhistas é, segundo o ministro Paulo Guedes (Economia), uma medida para evitar demissões em massa durante a crise provocada pela Covid-19.

O governo vai tentar reverter a decisão de Lewandowski, pois considera que os empresários precisam de soluções ágeis no enfrentamento da queda do consumo e produção em 2020. No ano passado, foram registrados 35,082 acordos coletivos (intermediados por sindicatos), que, na avaliação de especialistas, demoram mais para serem concluídos.

Entidades patronais já indicaram que, caso o Supremo não aceite as normas propostas pela equipe econômica, vão optar por demitir, em vez de reduzir os salários ou suspender contratos.

O Ministério da Economia esperava mais de 1 milhão de acordos individuais até o meio de abril, mas essa projeção po-

derá ser revista dependendo do posicionamento do STF.

Diante da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro editou a medida provisória 936 prevendo que a negociação direta entre empregados e empregadores seria suficiente, na maioria dos casos, para as empresas alterarem os contratos.

Para a equipe econômica, a decisão de Lewandowski pode comprometer o resultado esperado com o programa, que poderá atender, com a complementação de renda, a 24,5 milhões de trabalhadores formais afetados pelo corte de renda.

"Se a liminar [decisão de Lewandowski] for mantida, os empregadores tenderão a demitir. Rescindir o contrato de trabalho é mais fácil de negociar com sindicato", disse Luiz Marcelo Góis, sócio da área trabalhista do escritório BMA Advogados. Sindicatistas, porém, apoiam a decisão do ministro do STF. "Os acordos vão sendo fei-

INSS recebe atestado por aplicativo e auxílio pode ser pago sem perícia

O INSS informou nesta sexta-feira (10) que os segurados da Previdência que precisam pedir o auxílio-doença podem, a partir de agora, enviar o atestado médico pelo aplicativo para celular Meu INSS ou pelo computador (no site meu.inss.gov.br). A análise do atestado sem que o candidato ao benefício precise ir a um posto de atendimento é uma das medidas adotadas pelo INSS durante a pandemia do novo coronavírus. Com o fechamento até, pelo menos, o dia 30, o INSS liberou os segurados da perícia médica presencial para receber auxílio-doença e BPC (benefício assistencial), transferindo esses serviços para o Meu INSS.

tos e monitorados pelos sindicatos, que tem prazo determinado para isso. Se o sindicato for omissivo, vale o acordo individual entre empregado e empregador", disse o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

Embraer suspende contratos e reduz salários em 25%

SÃO PAULO A Embraer fechou acordo com sindicatos que representam seus trabalhadores para suspender temporariamente contratos de parte dos funcionários e reduzir jornada e salário de outros. Quem trabalhar em home office terá jornada e salário reduzidos em 25%. Aqueles que tiverem suspensão do contrato ficarão afastados por dois meses. Atividades essenciais e trabalho presencial não sofrerão alterações.

mercado coronavírus

Novo Plano Mansueto ainda está ruim

Ajuda a estados precisa ser cirúrgica, para não deixar uma conta muito alta

Marcos Mendes

Pesquisador associado do Inspier é autor de "Por que É Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil"

O chamado Plano Mansueto foi uma tentativa de lidar com a permanente pressão dos estados por socorro financeiro. Para minimizar o prejuízo iminente, o Tesouro propôs dar garantias para empréstimos de até R\$ 10 bilhões anuais, para estados com alguma capacidade de pagamento, durante quatro anos, condicionadas a medidas de ajuste.

O plano ficou parado por meses no Congresso. Quando surgiu a pandemia, ele passou a ser usado como veículo para repassar à União dívidas acumu-

ladas ao longo de décadas de desequilíbrio. Como argumentei em artigo com Marcos Lisboa, se aprovado, aquele projeto faria a dívida pública pular rapidamente para 100% do PIB.

O Parlamento percebeu a inconsistência do projeto e mudou de rota. Corretamente, resolveu tratar apenas as agruras do momento, deixando para discutir as questões estruturais depois da crise. Porém, o texto proposto não ficou bom.

O que se precisa dar aos estados e municípios, no momento, é liquidez para enfrentar a

brusca queda de arrecadação. Por outro lado, a ajuda precisa ser cirúrgica, para não deixar uma conta muito alta para o pós crise, nem estimular a irresponsabilidade fiscal.

O projeto estabelece que a União cobrirá toda a perda de receita de ICMS e ISS dos meses de abril, maio e junho, na comparação com os mesmos meses de 2019. O Tesouro diz que isso custará R\$ 41 bilhões. No Congresso, fala-se em R\$ 30 bilhões.

Quem está certo? Provavelmente nenhum dos dois: o

custo vai ser maior, porque, tendo a garantia de que terão toda a perda de receita coberta pelo Tesouro, os estados e os municípios serão estimulados e pressionados a dar ampla isenção de impostos. O custo vai disparar.

Além disso, estabelecer explicitamente em lei que se está compensando a perda de arrecadação dá margem para ação judicial posterior, com argumento de que a compensação não foi adequadamente calculada. Os estados são mestres em processar

e vencer a União no STF

O que fazer? Fixar um valor nominal de, por exemplo, R\$ 20 bilhões para os estados e R\$ 10 bilhões para os municípios, a ser pago em três parcelas mensais, divididos proporcionalmente à população de cada ente.

Coloca-se rapidamente dinheiro na mão dos estados, de forma simples, sem estimular a concessão de benefícios fiscais ou judicialização posterior.

A segunda iniciativa do projeto é suspender o pagamento das dívidas dos estados com a União. Isso também evita caixa para despesas imediatas, sendo útil para enfrentar a crise.

O problema é a dose. O STF já havia determinado a suspensão por seis meses. O projeto alarga o prazo para um ano. Por que não ficar com o prazo de seis meses para suspensão total e, nos seis meses seguintes, fazer uma volta

gradual dos pagamentos?

A terceira medida do projeto é oferecer garantia da União para os estados tomarem nova dívida. Novos empréstimos para investimento não são aprioridade no momento. Isso deveria sair do projeto.

Melhor ser transparente e transferir dinheiro a fundo perdido para gastos emergenciais, com impacto fiscal imediato, como proposta acima. Não faz sentido aumentar o emaranhado de dívidas sempre postergadas, judicializadas e renegociadas.

Os desencontros em torno desse projeto mostram o prejuízo que causa a posição do presidente de intensificar o conflito com os governadores e o Parlamento. Os técnicos do Executivo perdem espaço para negociar saídas racionais, e essa descoordenação leva o Congresso ao erro, mesmo quando está tentando acertar.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QU. Heição Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Strour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



G20 APOIA MAIOR CORTE DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA PARA ESTABILIZAR PREÇOS DO PETRÓLEO

Autoridades sauditas durante videoconferência com ministros da Energia em que disseram que farão o que for necessário para estancar queda nos preços; Brent, que bateu US\$ 70 no início do ano, chegou a beirar os US\$ 20 nos últimos dias

Consumo de energia elétrica recua 14,5% após ações de quarentena

Bruno Boghossian

BRASÍLIA O consumo de energia elétrica caiu quase 15% no país nas últimas semanas, após a implantação de medidas de isolamento social contra o coronavírus. O cálculo é interpretado por analistas como um indicador preliminar da desaceleração da economia brasileira na crise.

Números do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) mostram que a carga de energia caiu 14,5% nas semanas em que governos estaduais e prefeituras editaram ou ampliaram decretos que limitavam o funcionamento de atividades comerciais e a circulação de pessoas.

Os dados englobam todo o sistema elétrico, o que indica que a desaceleração refletida na redução do consumo de energia do comércio e da indústria pode ser ainda maior — uma vez que as medidas de isolamento tendem a aumentar o uso de eletricidade nas residências.

Considerados apenas dias úteis, a carga do sistema elétrico nas semanas iniciadas em 23 e 30 de março foi de 61.857 MWmed. Nas duas semanas anteriores, quando ainda não havia medidas severas de isolamento, o consumo havia sido calculado em 72.377 MWmed.

Entre esses dois períodos,

as restrições à atividade econômica se aprofundaram em estados populosos, que concentram parte da produção industrial e da movimentação do comércio.

As medidas seguem orientações de autoridades sanitárias e, embora sofram oposição de Jair Bolsonaro, passaram a ser defendidas inclusive pelo Ministério da Saúde.

Os dados tabulados pelo ONS nesta semana indicam um ritmo de desaceleração ainda maior no consumo de energia. Na última terça (10), a carga do sistema elétrico foi de 60.702 MWmed, uma redução de 16,5% em comparação com as duas primeiras terças-feiras de março.

Medidas diariamente, as informações sobre consumo de energia são consideradas um termômetro do ritmo da economia durante a crise, uma vez que os indicadores mais robustos sobre a queda na atividade demonstram para ser computados.

Fábio Silveira, sócio-diretor da consultoria MacroSector, estima que os próximos meses serão marcados por desacelerações severas na economia.

"O consumo de energia é um antecedente do nível de atividade econômica. Vamos passar por um período, de março a maio, de quedas bastante fortes, na faixa de 20%, 30% ou até 40%", diz.

PIB pode cair 4% se isolamento passar de julho, afirma Guedes

No cenário otimista, ministro relata a senadores retração de até 1% em 2020

Iara Lemos

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou em videoconferência com senadores da bancada do Podemos na noite de quinta (9) que o PIB do Brasil poderá recuar até 4%, caso passe de julho o isolamento social proposto como forma de reduzir o contágio pelo coronavírus.

"Quando lhe foi perguntado sobre cenários para a economia, ele descreveu um cenário otimista, em que admitiu que o Brasil pode chegar até o fim do ano com queda de até 1% no PIB. No cenário negativo, acha que tudo depende da curva do coronavírus. As previsões são que até maio e junho vamos estar no pico da curva, mas que em julho ela deva cair. Agora, se ela não cair, o cenário mais pessimista é, se passar de julho, até poderia chegar a 4% de queda. Ele disse que pode cair 3%, 3,5% ou 4% o PIB, foi o que disse a nós", afirmou o senador Oriovisto Guimarães, (Podemos-PR).

A reunião desta quinta contou com outros senadores, além de representantes do Podemos. Eram sete presentes na reunião, entre integrantes Cidadania, Rede e do Podemos, chamados de Grupo Muda Senado!

Segundo Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foram mais de três horas de debate virtu-

al, em que Guedes não se negou a responder às perguntas. "Ele pela primeira vez admitiu uma queda acentuada do PIB. Chegou a falar em uma retração de 4% na economia", afirmou Randolfe Rodrigues (Rede-AP), um dos parlamentares que participaram do encontro virtual.

Negociado entre o presidente da Câmara e os governadores, o texto permite ainda que os estados possam contratar empréstimos e financiamentos, limitados a 8% da receita corrente líquida do ano passado, para bancar medidas de enfrentamento ao novo coronavírus e para estabilizar a arrecadação em 2020.

A estimativa é que estados possam contratar R\$ 50 bilhões. Embora construído pelo próprio presidente da Casa, a proposta não conseguiu ainda consenso entre os partidos.

"O governo vende a coisa como ele quer, da forma como ele quer. O pano de fundo dessa polêmica é um debate em que não queremos entrar. Por que não queremos uma solução para o ICMS? Há um enfrentamento político por trás de uma falsa disputa de um projeto que vai garantir a sustentação aos estados", disse Maia, na quinta.

O presidente da Câmara enfrenta resistência dentro da própria Casa. A votação, que seria na quinta, foi adiada para a próxima semana, ainda

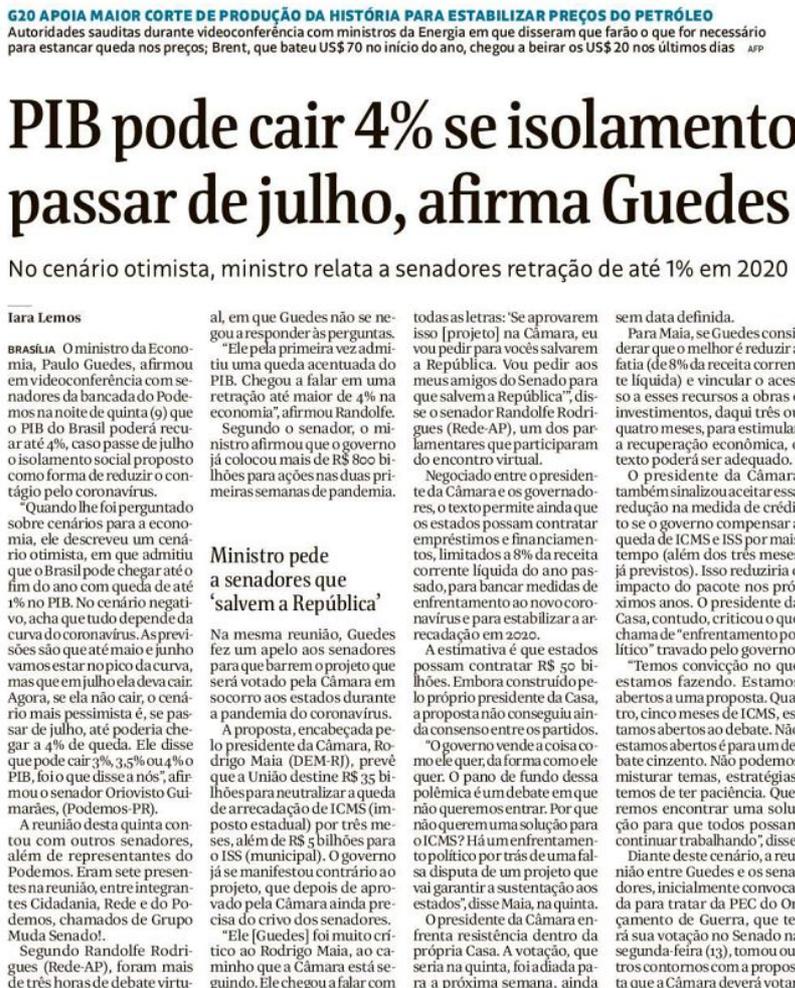
sem data definida.

Para Maia, se Guedes considerar que o melhor é reduzir a fatia (de 8% da receita corrente líquida) e vincular o acesso a esses recursos a obras e investimentos, daqui três ou quatro meses, para estimular a recuperação econômica, o texto poderá ser adequado.

O presidente da Câmara também sinalizou aceitar essa redução na medida de crédito se o governo compensar a queda de ICMS e ISS por mais tempo (além dos três meses já previstos). Isso reduziria o impacto do pacote nos próximos anos. O presidente da Casa, contudo, criticou o que chama de "enfrentamento político" travado pelo governo.

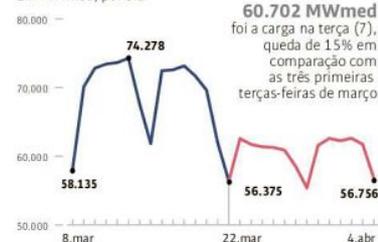
"Temos convicção no que estamos fazendo. Estamos abertos a uma proposta. Quatro, cinco meses de ICMS, estamos abertos ao debate. Não estamos abertos é para um debate cinzento. Não podemos misturar temas, estratégias, temos de ter paciência. Queremos encontrar uma solução para que todos possam continuar trabalhando", disse.

Diante deste cenário, a reunião entre Guedes e os senadores, inicialmente convocada para tratar da PEC do Orçamento de Guerra, que terá sua votação no Senado na segunda-feira (13), tomou outros contornos com a proposta que a Câmara deverá votar.



Termômetro da economia, carga do sistema elétrico cai 14,5% com isolamento

Em MWmed, por dia

Carga por semana
Em MWmed

Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico

Governadores começam a calcular perdas na arrecadação

Estados, muitos com problemas de caixa antes da crise, pedem ajuda à União

RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, SALVADOR, PORTO ALEGRE, CURITIBA E SÃO PAULO A crise gerada pela pandemia do novo coronavírus começa a ser sentida na arrecadação dos estados. Como muitos já tinham de lidar com restrições orçamentárias e o contágio, bem como as políticas públicas para deter a doença, avançam de forma heterogênea pelo país, a situação de cada ente da Federação tem características próprias.

Allegando que precisam de caixa extra na crise, os estados têm pedido ajuda do governo federal. Divergências em relação a valores e destinação dos recursos, porém, têm atrasado o entendimento político. Um projeto de socorro está em discussão no Congresso.

Entre os estados os mais fragilizados, como Minas Gerais, a situação já se mostra crítica. A pandemia fez com que o déficit previsto na LOA (Lei Orçamentária Anual) em 2020 fosse atualizado de R\$ 13,3 bilhões para 20,8 bilhões.

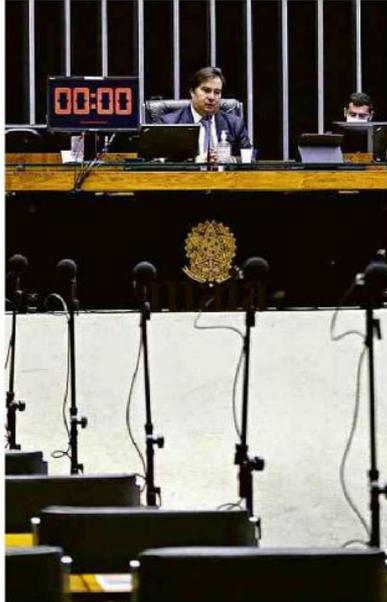
A previsão é que a arrecadação do ICMS no estado tenha queda de 14,12% neste ano, o equivalente a R\$ 7,5 bilhões, considerando um cenário com queda do PIB nacional de 4%. O imposto representa 80% da receita tributária de Minas.

Estado mais dependente da receita do petróleo, o Rio estima uma queda de R\$ 15 bilhões na arrecadação de 2020. Desse total, R\$ 4 bilhões refletem a redução das cotações internacionais do petróleo, e o restante, de perdas com a receita do ICMS.

Sem apresentar detalhes, a secretária de Fazenda do estado diz que elaborou um pacote com 29 medidas para enfrentar a crise, que teriam impacto de R\$ 21 bilhões no Orçamento. O governo Wilson Witzel (PSC) conta com a privatização da Cedeae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) para levantar R\$ 11 bilhões.

A ideia é lançar o edital de privatização até agosto, mas a operação depende da retomada dos negócios no mercado global. "A concessão só não vai acontecer se o mercado estiver muito ruim com a pandemia", disse na semana passada o secretário estadual de Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho.

Segundo o secretário da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo, Henrique Meirelles, o estado pode deixar de arrecadar R\$ 16 bilhões de ICMS, em uma estimativa



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no plenário nesta quinta (9). Maryana Oliveira/Câmara dos Deputados

mais pessimista. A afirmação foi feita a empresários durante uma reunião na quarta (8). O imposto representou 84% da arrecadação tributária de todo o estado de São Paulo no ano passado. Em 2019, o estado arrecadou R\$ 144 bilhões de ICMS.

A Bahia estima perda de receita de R\$ 1,5 bilhão apenas nos meses de abril, maio e junho deste ano em razão da redução da atividade.

Para fazer frente à queda na arrecadação, o governador Rui Costa (PT) assinou um decreto que estabelece medidas de controle dos gastos de custeio e de pessoal. O governo suspendeu novas contratações de funcionários e está renegociando contratos.

No Rio Grande Norte, só a arrecadação do ICMS deve ter queda de R\$ 400 milhões nos próximos três meses (abril, maio e junho), segundo o governador de Fátima Bezerra (PT).

No Paraná, a estimativa é de perda de R\$ 3 bilhões em arrecadação até o fim do ano. Em Mato Grosso do Sul, o número pode chegar a R\$ 1,3 bilhão.

O Rio Grande do Sul estima uma perda de R\$ 700 milhões em arrecadação em abril. Nicola Pamplona, Fernanda Canofre, João Pedro Pitombo, Paula Sperb, Katna Baran e Bruna Narcizo

Maia aceita negociar mudanças em pacote de socorro

BRASÍLIA Em embate com o Ministério da Economia sobre o projeto de socorro aos estados, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aceita negociar mudanças na proposta para que as despesas do governo fiquem mais limitadas a 2020.

Sem consenso entre partidos, a votação do texto foi adiada para a próxima semana.

Maia indicou que poderá fazer ajustes no pacote de medidas aos governadores e prefeitos para reduzir as críticas.

Para ele, o governo poderia ampliar o prazo para compensar estados e municípios das

perdas de arrecadação e, em troca, o limite para novas contratações de créditos seria reduzido em relação à proposta apresentada nesta quinta (9).

O pacote em discussão prevê que a União destine R\$ 35 bilhões para neutralizar a queda de arrecadação de ICMS (imposto estadual) por três meses, além de R\$ 5 bilhões para o ISS (municipal).

O texto permite que estados possam contratar empréstimos e financiamentos, limitados a 8% da receita corrente líquida do ano passado, para bancar medidas de enfrentamento ao novo coronavírus e para estabilizar a arrecadação em 2020. A estimativa é que estados possam contratar R\$ 50 bilhões.

Usar esses recursos para estabilizar a arrecadação em 2020 é um dos pontos mais polêmicos na avaliação do time do ministro da Economia, Paulo Guedes. Técnicos acreditam que o crédito, portanto, não será restrito ao combate à pandemia e poderá ser usado inclusive nos próximos anos.

Para Maia, se Guedes considerar que o melhor é reduzir a fatia (de 8% da receita corrente líquida) e vincular o acesso a esses recursos a obras e investimentos, daqui três ou quatro meses, para estimular a recuperação econômica, o texto poderá ser adequado.

Ele também sinalizou aceitar essa redução na medida de crédito se o governo compensar a queda de ICMS e ISS por mais tempo (além dos três meses já previstos). Isso reduziria o impacto do pacote nos próximos anos.

"Estamos abertos a uma proposta. O governo prefere, em vez de três meses, quatro meses e reduzir o espaço de endividamento para que a gente não comprometa o futuro com esses empréstimos, como eles dizem? É uma alternativa", indicou Maia.

A equipe econômica considera a proposta, da forma que foi apresentada na quarta, uma bomba fiscal, de R\$ 160 bilhões a R\$ 180 bilhões. O presidente da Câmara contesta esse cálculo.

Maia afirma que, além dos R\$ 40 bilhões de compensação a ICMS e ISS, estão previstos R\$ 9 bilhões de renegociação de dívidas com bancos públicos, mais os R\$ 50 bilhões para que a União dê aval às operações de crédito. "Estamos tratando nem de R\$ 100 bilhões," Thiago Resende

Não podemos misturar calamidade da pandemia do vírus com farra fiscal

OPINIÃO

Paulo Hartung

Economista, presidente-executivo Ita (Indústria Brasileira de Árvores) e membro do conselho de Todos Pela Educação, foi governador do Estado do Espírito Santo (2003-2010/2015-2018)

A pandemia do novo coronavírus é um desafio inédito para as nossas gerações. Combina graves questões de saúde com cruciais demandas socioeconômicas. E, a agravar a experiência nacional da crise planetária, ela alcança o Brasil num momento de fragilidades econômicas e sociais.

Mesmo com a reforma da Previdência e com a evolução na queda das taxas de juros, a pandemia chegou ao mais endividado país em desenvolvimento, cerca de 77% do PIB, e com mais 12 milhões de desempregados.

Em 2019, a recuperação econômica sussurrava a merecer 1,1%. E a taxa de investimento, tanto público quanto privado, girava em torno de esqueléticos 15%.

Agravam esse quadro o déficit de liderança, a desertificação entre os Poderes e um cenário de desencontro institucional entre a governança nacional e as redes subnacionais de poder. Algo ruim, que precisa ser rapidamente superado.

Ou seja, o desafio brasileiro é maior do que o de outros países, como a Alemanha. Mas, se temos peculiaridades que agravam a travessia da pandemia, é preciso notar que o refeitório a seu enfrentamento é planetário.

Neste momento, é preciso ampliar o investimento público para salvar vidas, com o fortalecimento do sistema de saúde, o SUS, no nosso caso, e para reduzir os amplos impactos na vida dos segmentos mais desprotegidos, especialmente com a garantia de renda e a manutenção de negócios e empregos.

Nessa caminhada, é impossível que tenhamos um norte ético-político a nos guiar. Primeiramente, é preciso ter claro que se trata de ações e medidas transitórias. Socorro não pode virar despesa permanente. Já experimentamos os efeitos nefastos desse equívoco no pós-crise de 2008/2009.

A destinação de recursos públicos deve ser incondicionalmente orientada pela consciência de que se trata de dinheiro da sociedade, sagrado, portanto. Se esses recursos vêm de endividamento, ou seja, se são tomados das futuras gerações,

como é o caso, além dos aspectos de lisura e legalidade que devem nortear sua aplicação, precisa-se seguir um senso ainda maior de respeito e justiça. Esse recurso tem de ser alocado para preservar vidas, cuidar dos segmentos vulneráveis e buscar evitar uma calamitosa depressão econômica.

Nesse sentido, é preciso tanto desviar-se do histórico patrimonialismo nacional, que sustenta um país inaceitavelmente desigual e injusto, quanto nos livrar das tentativas insanas de misturar agendas progressistas à pauta da calamidade atual, como os movimentos de farra fiscal que podem criar verdadeiras bombas a comprometer ainda mais nosso horizonte.

Enfim, o oportunismo, que ronda a vida nacional, não deve de forma alguma ter espaço neste tempo trágico que enfrentamos — isso seria, no mínimo, desumana covardia.

Nesse processo, também ajuda muito ter consciência de que toda crise possui três "forças": aprendizagens, oportunidades e finitude. Por exemplo, diante da grave tomada de consciência de que o Executivo não tem capacidade de comunicação e gestão de dados que o conecta a todos os cidadãos, coloca-se a oportunidade de modernizar o Estado.

Sabendo-se da finitude de toda tormenta, é preciso pautar medidas ágeis e tempestivas para que saiamos desta crise com tração suficiente para movimentar o país na direção de uma nação com oportunidades para todos os brasileiros, de modo inclusivo e sustentável.

A tarefa mais complexa em tempos críticos não é cumprir um dever, mas identificar o que se deve fazer. Com prudência, agilidade e serenidade, é preciso que estejamos unidos no enfrentamento da pandemia, numa travessia lúcida, republicana e ética e responsável com o presente e com o futuro.

A pandemia nos alcançou em um momento crítico e, para piorar, o seu enfrentamento segue tortuoso. Se já tínhamos motivos para deixar os palanques presenciais e digitais para trás, o que dizer agora? Temos de unir o país. Precisamos melhorar a coordenação das ações e o exercício da liderança.

Ninguém sabe o país que emergirá do pós-pandemia. Mas podemos dizer que o Brasil do futuro será o que estamos fazendo agora.

100% CDI GARANTIDO
110% DA POUPANÇA

O banco grátis onde seu dinheiro rende 10% a mais do que a poupança.

acesse pagbank.com.br

Transferências grátis • Pagamentos grátis • Portabilidade de salário grátis
Recarga de celular grátis • Cartão Internacional grátis • Empréstimo

A cada 30 dias o saldo da conta terá rendimento equivalente a 110% da Poupança. Para saber mais sobre o rendimento e suas condições, acesse pagbank.com.br/rendimento. Abertura da conta de pagamento (sujeita a análise cadastrada pelo PagSeguro) em menos de 3 minutos: prazo estimado para abertura de novas contas de Pessoa Física pelo app. Empréstimo a partir de R\$ 500,00, sujeito a análise de crédito. Concessão do cartão internacional: condicionada à abertura da conta de pagamento. O cartão grátis deve ser sempre utilizado na função crédito, para compras e saques. Consulte condições de Conta Digital em pagbank.com.br.

Demissões que poderiam ser evitadas

Liminar concedida no STF contra MP 936 cria insegurança jurídica que estimula o desemprego

O Globo · 10 abril 2020

A crise do coronavírus está expondo não apenas a dificuldade que o cipoal de leis e o excesso de normas causam para a administração pública em momentos críticos, mas também os malefícios da cultura arraigada em instituições que entendem ser o poder intervencionista do Estado o único instrumento de defesa dos mais fracos. Nos dois casos, a população menos favorecida, supostamente aquela protegida por bem intencionados legisladores e agentes públicos diligentes e sempre atentos na defesa do povo.

A grande operação conduzida pela Caixa Econômica para que milhões de trabalhadores informais, parte deles inexistente nos arquivos governamentais, se inscrevam na CEF por meio de celular, computador ou telefone, para receber três parcelas de R\$ 600, tem mostrado o que acontece quando o Estado brasileiro desce do pedestal e vai às ruas para ajudar o pobre. As dificuldades são gigantescas, porque soluções mais simples para essas pessoas receberem o dinheiro não podem ser aplicadas, por contrariarem algum dispositivo de umas das milhares de leis existentes, incluindo uma Constituição detalhada.

Leis são feitas, por suposto, com boas intenções. Um exemplo desta cultura acaba de ser dado pelo ministro do Supremo Ricardo Lewandowski, ao conceder liminar a pedido do partido Rede contra a Medida Provisória 936, baixada no conjunto de ações para conter os efeitos devastadores da crise do coronavírus na economia. Em um momento de grande emergência, tanto que o Executivo pediu e o Congresso aprovou a decretação de estado de calamidade, a MP, de 1º de abril, estabeleceu que empregados e empregadores podem fazer acordos diretos para a manutenção do emprego mediante o corte do salário e da redução proporcional da jornada de trabalho.

Este espaço aberto para a manutenção de empregos foi fechado pela decisão monocrática de Lewandowski, que condiciona o entendimento entre as partes à consulta ao sindicato do funcionário. Perde-se muito tempo no início de uma crise de dimensões históricas, que deverá ampliar bastante o contingente de 12,3 milhões de desempregados, conforme pesquisa do IBGE referente ao trimestre de dezembro a fevereiro.

Sem a liminar, com a MP em vigor pleno, já haveria riscos de uma elevação preocupante do desemprego. Agora, criada esta insegurança jurídica, empresas já devem ter começado a cortar os quadros, pois a redução do ritmo de funcionamento da economia começou há vários dias. Confirmado o julgamento pelo plenário na quinta-feira da semana que vem, 16 — poderia ter sido antecipado —, terá passado meio mês da edição da MP, período em que se consolidaram estimativas de recessão no mundo que lembram os desastres econômicos ocorridos na

Grande Depressão de 1929/30. Este é o pano de fundo dos dias atuais para todos, sem exceção de legisladores e juízes.

A economia no conflito político

O Globo · 10 abril 2020 · MÍRIAM LEITÃO oglobo.com.br/economia/miriamleitao miriamleitao@oglobo.com.br Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Aguerra é política, mas as armas lançadas foram números. Uma divergência de mais de R\$ 80 bilhões. A Câmara dos Deputados e o Ministério da Economia discordam sobre qual é o custo do programa de ajuda aos estados e municípios que está para ser votado na segunda-feira. O governo chama de “pauta bomba”, Rodrigo Maia nega e lembra, com razão, sua adesão à pauta fiscalista. Ele acha que há objetivo político de atacar o centro, enfraquecendo os governadores do Sudeste, principalmente.



O ambiente está envenenado faz tempo. A crise do coronavírus não permitiu a superação. Nem poderia, porque o próprio presidente Jair Bolsonaro passa o tempo todo atirando contra os governadores. Nunca soube liderar a federação. Prefere chefiar uma facção que tem cada vez menos apoio.

A origem do debate é o que fazer com o Plano Mansueto. Ele foi pensado como um projeto de ajuste dos estados com maior desequilíbrio fiscal, mas agora a situação é totalmente outra. Ele não inclui todos os estados, apenas os que estavam em pior situação, e traz uma lógica do ajuste fiscal, mas este é um momento de expansão de gastos para salvar vidas. O projeto deveria já ter sido votado há muito tempo e ficou parado no Congresso. Agora o momento é de criar estradas para a ida de recursos federais para as unidades da federação.

O projeto do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) propõe que sejam suspensas as dívidas dos entes federados com a Caixa e o BNDES. Isso custa R\$ 9 bilhões. Propõe que o governo federal recomponha três meses de ICMS, que está caindo em torno de 30%. O custo seria de R\$ 36 bi. Que a União compense também as perdas do ISS, que daria R\$ 5 bi. Além disso, e aí veio a confusão, permite que estados elevem seu endividamento em até 8% da Receita Corrente Líquida, com aval do Tesouro. O custo para o Tesouro seria de R\$ 50 bilhões caso todos dessem calote na dívida. Tudo somado daria R\$ 100 bi, nessa hipótese extrema dos empréstimos não serem pagos.

O Ministério da Economia acha que já concedeu bastante quando propôs a recomposição das perdas do Fundo de Participação de Estados e o dos Municípios. O problema é que o FPE e o FPM beneficiam principalmente estados mais pobres e cidades menores. Portanto, para São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul o fundo é pouco importante. Receita fundamental é o ICMS. Defato, sem uma ajuda na perda de receita do ICMS e do ISS não se socorre os maiores estados e as maiores cidades, justamente onde estão acontecendo o maior número de casos da Covid-19.

O governo federal em sua conta sobre esse projeto registra o custo da suspensão do pagamento da dívida dos estados e municípios ao Tesouro, mas quem tem determinado essa interrup-

ção de pagamento dos juros é uma liminar do ministro Alexandre de Moraes. E não tinha mesmo cabimento, os estados e as cidades, com seus cofres desidratados, arranjam dinheiro para pagar a dívida. Como os maiores estados já conseguiram, é óbvio que todos terão. A guerra de números teve até a divulgação de uma tabela atribuída ao Ministério da Economia com um erro de conta.

O governo federal tem sim que ajudar os estados e municípios que veem minguar seus cofres em momento de elevação de gastos para enfrentar a pandemia. Os impostos são centralizados, a União é a única que não precisa pedir licença para se endividar e pode imprimir moeda. Logo, é o governo central que faz o papel principal. Não é favor da administração Bolsonaro. O dinheiro é do contribuinte e a dívida é contraída em nosso nome.

Mas é preciso evitar o contrabando para o projeto de medidas oportunistas e é fundamental saber a hora de retirar os benefícios. Essa foi a lição de 2008, como já escrevi aqui. O Plano de Sustentação de Investimento, uma das ferramentas para enfrentar a crise de 2008, custou R\$ 40 bilhões no primeiro ano, e R\$ 400 bilhões nos anos seguintes quando não era mais necessário.

Agora é a hora de salvar vidas, ampliar a rede de proteção social e mitigar a queda econômica. Depois, será preciso retomar os parâmetros fiscais. O risco é que sejam incluídas nos projetos emergenciais permissões que durem além da crise. Esse é o coração do debate econômico. Mas como o presidente exacerbou o conflito federativo no meio da pandemia, tudo vira um embate político.

Ministério da Economia e Câmara dos Deputados se desentendem até na matemática, em ambiente político envenenado

Inflação de março é a menor para o mês desde o Plano Real

Alimentação em casa teve aumento de 1,4%, mas resultado fechou em 0,07% com deflação de passagens aéreas e combustíveis

O Globo · 10 abril 2020 · PEDRO CAPETTI pedro.porto@infoglobo.com.br

O preço dos alimentos pesou mais no bolso dos brasileiros em março — primeiro mês de circulação restrita devido à pandemia do novo coronavírus —, registrando aumento de 1,13%, ante 0,11% em fevereiro. Os dados, divulgados ontem pelo IBGE, mostram que, apesar da alta, a inflação de março fechou em 0,07%, menor resultado para o mês desde o Plano Real.

Os maiores aumentos foram na alimentação em domicílio, que teve avanço de 1,4%. Produtos como cebola (20,3%), tomate (15,7%), batata-inglesa (8,16%) e ovo (4,6%) tiveram alta expressiva. A elevação do preço dos alimentos chega em um momento em que parte das famílias brasileiras enfrenta queda de renda ou até desemprego.

A principal contribuição para o resultado geral ter ficado em 0,07% veio da deflação no grupo de transportes, com um recuo de 16,75% nos preços das passagens aéreas e de 1,88% nos dos combustíveis. No setor de serviços, itens como cabeleireiro, transporte por aplicativo e aluguel de veículos também tiveram deflação.

Segundo Pedro Kislánov, gerente da pesquisa, em alguns alimentos, dois efeitos foram sentidos na alta dos preços: restrição de oferta, seja por dificuldades na produção ou por questões climáticas, e aumento da demanda em virtude da pandemia. Ele explica que itens como cenoura e tomate, por exemplo, já vinham apresentando elevação antes da Covid-19.

Para os próximos meses, economistas afirmam que a inflação seguirá controlada e baixa por causa das limitações impostas pela pandemia.

— Outros grupos devem compensar a alta dos alimentos. Podemos ver deflação nos próximos meses — alerta Daniel Xavier Francisco, economista do Banco ABC.

Para João Maurício Rosal, economista-chefe da Guide Investimentos, o crescimento menor do que o esperado dos preços, acompanhado de uma forte queda nas projeções de crescimento da atividade, abre espaço para cortes adicionais da taxa básica de juros, hoje em 3,75%:

— As condições da economia e da inflação convidam para mais cortes, mas cortes maiores também podem gerar mais fuga de capital e agravar a piora (da economia). Quando colocamos na balança, há espaço para um corte gradativo, de 50 pontos agora e outros 50 mais à frente.

Relator avalia reduzir aval para empréstimos em socorro a estados

Deputado Pedro Paulo defende substituir parte dos R\$ 50 bi em crédito por mais repasses. Texto ainda não tem acordo

O Globo · 10 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA E BRUNO GÓES economia@oglobo.com.br Brasília fake news

Pelo segundo dia seguido, deputados não conseguiram chegara um acordo sobre o plano de socorro para ajudar estados e municípios a atravessarem acrise do coronavírus. A votação, prevista para ontem após falta de acordo na terça-feira, foi adiada novamente, dessa vez para segunda-feira, por decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).



O impasse sobre o impacto fiscal da proposta, uma adaptação do chamado Plano Mansuetto, é um dos pontos que travam o debate, principalmente por causa de críticas da equipe econômica. A principal preocupação é sobre o trecho que permite que estados tomem R\$ 50 bilhões em empréstimos com garantia da União.

Nessas operações, se o governo local não paga, cabe ao Tesouro Nacional arcar com a dívida. Por isso, técnicos veem risco de que a medida represente um custo de longo prazo, para além da crise.

Ontem, o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relator da proposta, disse que avaliava reduzir o limite para endividamento. Em contrapartida, ampliaria a previsão de repasses aos governos regionais para compensar a perda na arrecadação de impostos causada pela pandemia. Hoje, essa ajuda direta já está prevista no texto, mas em volume menor que o de autorização para crédito: R\$ 41,1 bilhões.

ESTIMATIVAS DIFERENTES

Na quarta-feira, técnicos da equipe econômica estimaram em R\$ 180 bilhões o impacto para os cofres públicos, incluindo a autorização para empréstimos. Ontem, Pedro Paulo disparou mensagens em que refutava esse cálculo e alertava para o que chamou de “e conta errada”. Nos cálculos do parlamentar, o projeto tem um custo total de R\$ 100,7 bilhões, incluindo o aval para crédito. O tom da mensagem de Pedro Paulo causou mal-estar entre técnicos do Te-

souro.

Para Maia, as críticas do governo têm um traço político. Ele criticou o fato de o governo ter sido mais ágil para liberar a compensação dos fundos de participação dos estados e municípios (FPE e FPM), que beneficiam mais estados do Nordeste,

de oposição:

— Esses eles resolveram, porque na política do contraponto, eles querem o PT vivo, mas querem matar o entorno, aqueles que são de centro-direita.

Para fechar o acordo, o texto terá que atender ainda a um pedido na direção oposta, de parlamentares que consideram a proposta rígida demais, por proibir reajustes salariais durante a calamidade.

— De um lado, estão dizendo que estamos fazendo uma bomba fiscal; de outro, não querem que agente proíba promoção e aumento para servidor. As pessoas têm que escolher—afirma Pedro Paulo.

Uma outra demanda, mais próxima de entendimento, é a concessão de mais auxílio a municípios, que exigem as mesmas condições dadas a estados, como acesso a crédito.

— Não se pode tratar entes federados de forma não isonômica —diz Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).

MAIS DE MEIO TRILHÃO

Economistas receitam disciplina fiscal e reformas para pagar a conta da crise

O Globo · 13 abril 2020 · RENATO ANDRADE E JOÃO SORIMA NETO economia@oglobo.com.br SÃO PAULO

O aumento das despesas, necessário para combater o coronavírus, deve levar o Brasil em 2020 a um rombo fiscal histórico, superior a meio trilhão de reais. Para analistas, a receita para lidar como quadro é impedir que, superada a crise sanitária, o gasto emergencial se torne permanente e retomar as reformas.

A forte elevação das despesas, indispensáveis para combater a pandemia do novo coronavírus, combinada com a queda na arrecadação de impostos acarretada pela atual crise, levará o país a fechar o ano com um rombo histórico nas contas federais que pode ultrapassar meio trilhão de reais. Apesar do gigantismo do número, especialistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que reduzir a dívida pública, que deve superar este ano a marca de 80% do PIB, é tarefa que pode ser feita sem maiores traumas.

É preciso garantir, entretanto, que as medidas que estão sendo tomadas neste momento não sejam transformadas em políticas permanentes. Se essa receita não for seguida, a recuperação da economia brasileira ficará comprometida.

— Todos os cenários consideram a transitoriedade do impulso fiscal e a volta do país ao caminho das reformas. Estamos fazendo tudo isso por meio de aumento do endividamento público. Precisamos fazer com foco e de uma maneira que nos permita sair da crise organizados, para a recuperação da economia ser mais rápida — afirma a economista-chefe do Banco Santander, Ana Paula Vescovi. — Se titubermos nas reformas mais à frente, a recuperação vai ser mais lenta e mais cara — destaca a economista, que foi a número dois da equipe econômica do governo Michel Temer.

RECUO OU TOMBO?

Pelas contas oficiais, o governo federal (União, Banco Central e Previdência) encerrará o ano com um déficit primário (diferença entre receitas e despesas, sem considerar os gastos com juros) de R\$ 419,2 bilhões, o que corresponde a 5,55% do PIB, o conjunto de bens e serviços produzidos pelo país.

Essa estimativa foi feita considerando a possibilidade de a economia crescer 0,02% este ano. Os números serão atualizados esta semana. A equipe econômica reconhece que não há como o país crescer em 2020, e o próprio ministro Paulo Guedes já admite queda de 1,5% a 4%, dependendo da duração da desaceleração da atividade imposta pela pandemia.

O GLOBO ouviu sete especialistas sobre os cenários mais prováveis para a economia em 2020 e os resultados das contas públicas. As estimativas feitas até agora indicam que o país pode passar por leve retração, de 0,5%, até um tombo de mais de 6% do PIB.

— Isso expressa o tamanho da crise, da dificuldade que estamos passando — afirma Ana Paula Vescovi.

Ela lembra que os gastos anunciados pelo governo para combater os efeitos da pandemia, estimados até semana passada em cerca de R\$ 230 bilhões, são a parte mais fácil do cálculo sobre

o desempenho das contas públicas neste ano de 2020.

— O que realmente terá impacto e faz a diferença é o que vamos perder de receita — pondera a economista, que foi a primeira mulher a comandar a Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas contas do economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, o déficit primário será de, no mínimo, R\$ 500 bilhões, o equivalente a 7% do PIB. Velloso estima queda de 5,5% da economia este ano.

— O governo vai ter que aumentar gastos, e as receitas vão cair. Mas esse não é o maior problema. A questão é termos alguma perspectiva em relação às medidas sanitárias de isolamento social para reativar a economia —argumenta Velloso.

A preocupação central dos especialistas é evitar que as despesas extraordinárias de 2020 sejam transformadas em permanentes em 2021.

— Esse é um risco nada desprezível, por isso, é importante que o governo seja claro na comunicação e sinalize aos investidores que, no curto prazo, as coisas vão piorar, mas as regras fiscais serão mantidas, e a agenda de reformas será retomada — afirma o economista Fábio Klein, especialista em contas públicas da consultoria Tendências.

O economista-chefe do banco Haitong, Flávio Serrano, concorda com essa análise:

— Mesmo que não avance a reforma administrativa, a tributária, só o fato de ter uma visão mais ortodoxa do ponto de vista fiscal, voltar a ter um quadro de mais controle dos gastos, será fundamental.

Mas Klein insiste: mesmo que a dívida chegue a 83% do PIB, ou um pouco mais, com a retomada da agenda de reformas e a manutenção das premissas fiscais, o país deve manter a tendência de queda que vinha sendo registrada.

—Mesmo partindo de um patamar maior, a dinâmica de queda que vinha sendo observada fica preservada com as reformas andando.

O professor de economia do Insper João Luiz Mascolo teme que a tsunami do coronavírus desvie o governo, por mais tempo, da trilha da austeridade fiscal.

— Em 2021, pode ser que as reformas não andem, e o ano de 2022 é de eleição. Isso pode levar a dívida pública a continuar subindo — afirma o professor. — A dívida só vai entrar em trajetória de queda quando o país tiver um superávit de pelo menos 2% a 2,5% do PIB. E isso vai levar cinco ou seis anos, se as reformas andarem e a austeridade fiscal permanecer.

RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE

Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, pondera que a retomada do crescimento em 2021 ajudará no processo de redução do endividamento público:

—Essa recuperação da atividade ajuda na dinâmica da dívida. Com o ajuste sendo feito pelo lado do corte de gastos, a Taxa Selic pode ficar baixa, o déficit primário volta para ao redor de 1% do PIB. E o país volta a crescer com investimento privado.

Professor da FGV/EAESP e especialista em administração pública e governo, Nelson Marconi reconhece que o cenário de 2020 não abre muitas alternativas para a equipe econômica:

— É tentar reduzir as perdas sociais e econômicas e retomar as reformas em 2021.

Governo estuda alternativa para repassar R\$ 30 bi a estados

Texto substituiria proposta de socorro que está na Câmara. Como contrapartida, reajuste de servidor estadual seria suspenso por 2 anos

O Globo · 13 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA marcello.correa@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo vai apresentar nesta semana uma proposta alternativa para ajudar estados e municípios no combate à crise do coronavírus. O novo texto deve prever repasses de até R\$ 30 bilhões. Como contrapartida, governos locais terão que suspender reajustes salariais por dois anos.

Ontem, técnicos chegaram a discutir repasses de até R\$ 40 bilhões, mas o valor foi reduzido no fim da noite. A equipe econômica calcula que, somadas a medidas já anunciadas, o apoio aos entes deve ficar em mais de R\$ 100 bilhões.

O texto, costurado por técnicos da equipe econômica, está sendo negociado pela Secretaria de Governo (Segov) com líderes partidários, após duas tentativas fracassadas de se chegara um acordo sobre a proposta apresentada pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) e patrocinada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A versão pautada na semana passada previa um programa de socorro dividido em três eixos: compensação das perdas de arrecadação de impostos em estados e municípios; autorização para empréstimos com garantia do Tesouro Nacional; e suspensão do pagamento da dívida. Tudo isso, nas contas do governo, custaria aos cofres federais R\$ 105 bilhões, incluindo R\$ 55 bilhões em aval para tomar empréstimos.

Na proposta alternativa, a garantia para crédito novo foi excluída porque os técnicos entendem que a medida é estrutural e seria uma “bomba fiscal” nos próximos anos, já que, em caso de calote, o Tesouro precisa arcar com o débito.

O novo texto quer desvincular o repasse de dinheiro à perda de arrecadação de impostos. Na versão da Câmara, a União seria obrigada a repassar, por três meses, o que for necessário para garantir o patamar de arrecadação de ICMS e ISS do ano passado.

A equipe econômica quer travar esse repasse em um valor fixo. No formato fechado pela equipe econômica, metade do valor teria que ser destinado para Saúde e Metade ficaria livre para governadores e prefeitos aplicarem em áreas que considerarem prioritárias.

Esse ponto, no entanto, ainda causa divergência entre Executivo e Legislativo. Na avaliação de Pedro Paulo, a negociação precisa ser voltada a garantir uma previsibilidade de receita.

—O que agente está defendendo é que os entes precisam de uma previsibilidade mínima de receita agora. Que morgan izaissoéa União, éa única que pode faze risso —diz o parlamentar.

Opep e aliados fecham acordo para corte recorde na produção de petróleo

O Globo · 13 abril 2020 · LONDRES E RIO (Bloomberg com Ramona Ordoñez)

Os principais produtores de petróleo do mundo conseguiram fechar um acordo histórico para cortar a produção do barril e pôr fim a uma guerra devastadora de preços. Após uma maratona de conversas bilaterais realizadas ao longo de uma semana e de quatro dias de videoconferências com ministros de governos do mundo todo —incluindo os integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e as nações do G-20 —, um acordo finalmente foi alcançado para lidar com o impacto da pandemia de coronavírus na demanda por petróleo. Opep e aliados vão cortar 9,7 milhões de barris diários — pouco abaixo da proposta inicial de 10 milhões de barris. Estados Unidos, Brasil e Canadá vão contribuir com outros 3,7 milhões de barris, já que suas produções estão em declínio.

As conversas quase fracassaram por causa da resistência do México, e o país vai contribuir com um corte de apenas cem mil barris diários, menos do que seria a sua cota proporcional. O corte, que representa 10% do fornecimento mundial, tem por objetivo segurar aquedados preços do petróleo que resultou da diminuição da demanda, por causa da pandemia de coronavírus.

De acordo com analistas, nas últimas semanas a demanda mundial sofreu uma redução entre 15 milhões a 20 milhões de barris diários de petróleo, sendo que só a gasolina está com uma queda na ordem de 20%. Isso tem feito os preços do petróleo ficarem abaixo de US\$ 30 o barril nas últimas semanas.

Coronavírus desvenda um Brasil invisível

Quase nunca à vista de grande parte da população, a miséria e a falta de infraestrutura estão à mostra

O Globo · 12 abril 2020

Diante dos efeitos do coronavírus no cotidiano da população e na economia, a sociedade civil e as empresas se mobilizam para, sem esperar a ajuda do Estado, salvar vidas e garantir a sobrevivência dos negócios. Uma força-tarefa de voluntários, ONGs e associações de moradores se formou por todo o país para levar às comunidades mais pobres, além de comida e produtos de higiene, informação e até assistência de saúde. Em Paraisópolis, favela com mais de cem mil habitantes em São Paulo, a

União de Moradores contratou agentes de saúde para disseminar ações de prevenção, uma ambulância e UTI. Em Salvador, depósitos de fregueses nas contas dos ambulantes chegaram antes dos R\$ 600 do governo e os mantiveram em casa. No Rio, mais de 26 mil voluntários se inscreveram em programa estadual. Grandes companhias, da petroquímica ao varejo, estão financiando fornecedores e clientes, diante da demora do crédito dos bancos, para evitar quebra de cadeia produtiva. Só duas delas liberaram R\$ 2 bilhões nas últimas semanas. Empresas e pessoas já doaram R\$ 1,1 bilhão para o combate à Covid-19.

Há correlações feitas por historiadores entre “pestes” e mudanças nas sociedades enfermas enquanto se debatem contra doenças desconhecidas, de resultados devastadores. A “peste negra”, ou bubônica, transmitida a partir de ratos e pulgas, no século XIV, é relacionada, entre outros eventos, ao enfraquecimento da ordem feudal. Estima-se que cerca de um terço da população da Europa foi dizimada, reduzindo a força de trabalho e afetando o sistema de produção da época. Qual será o efeito da Covid-19? As correlações feitas são imprecisas. Mas o acervo de conhecimento científico de hoje leva a supor que é questão de tempo o desenvolvimento de uma vacina —um ano e meio ou dois— e/ou a obtenção de resultados positivos nas pesquisas em curso ao redor de planeta na busca de substâncias químicas usadas em medicamentos já existentes que possam conter o avanço do Sars-CoV-2. Não será a primeira vez.

Seja como for, são grandes e reverberarão durante muito tempo os efeitos no mundo globalizado da pandemia iniciada em janeiro na China, ou talvez no último trimestre de 2019, na região de Wuhan. A economia mundial travou, em um movimento em cascata iniciado na indústria chinesa fornecedora de componentes, numa onda que tomou a Ásia, ocupou a Europa e invadiu as Américas, estando em fase de desembarque no Brasil, enquanto o coronavírus aumenta o número de vítimas. Há quase dois milhões de infectados no mundo e mais de cem mil mortos. Já é a maior pandemia em cem anos, desde a Gripe Espanhola de 1917/18. Mesmo com todas as disparidades entre os países, é arriscado apostar que se repetirão tragédias medievais. Mas isso não tira a importância de análises e debates sobre o que a crise já histórica do coronavírus traz de alertas para a Humanidade. Um terço da população europeia não ser

dizimada não significa que este coronavírus não traga mensagens a serem decifradas para melhorar a qualidade da vida na Terra. Entre elas, há a demonstração de que fechar fronteiras não protege contra todas as ameaças, algumas mortais. A pandemia ensina que a cooperação entre as nações é o melhor caminho. Assim como é impossível um país produzir tudo de que necessita, mesmo que haja quem use a crise como argumento para se adotar o caminho oposto. Será gritante retrocesso se a Covid-19 afastar países. O coronavírus tem trazido para o primeiro plano das atenções uma parte substancial do Brasil que não está à vista de todos ou não completamente: comunidades, ou favelas, em situação sanitária deplorável devido ao histórico descaso de governantes com a infraestrutura de água e esgoto e condições urbanísticas mínimas de habitação. A paralisação da economia drenou o dinheiro em circulação e logo sufocou dezenas de milhões de trabalhadores informais moradores deste outro país, “invisíveis” para o Estado e a muitos brasileiros. Enquanto aguardam os R\$ 600 do governo, sobrevivem da ação solidária de organizações sociais e de iniciativas individuais generosas. Passada a crise, que este outro Brasil que está sendo exposto pelo coronavírus com todas as suas mazelas não volte para a invisibilidade. Que entre de vez nas preocupações dos políticos não como rebanho de votos a serem ordenados pelo populismo e pela demagogia.

Crise mundial aguça desencontros entre europeus ‘ricos’ e ‘pobres’

Volta o conflito da crise de 2008/9, sobre quem pagará o custo do apoio aos países mais atingidos

O Globo · 12 abril 2020

Crises são oportunidades, repetem os chineses, mas também podem ressuscitar ou agravar dificuldades que se arrastam há tempos. As turbulências globais tendem a desagregar. Foi assim coma União Europeia em 2008/2009, já está sendo assim agora. Repete-se o choque entre o Sul, “pobre”, em que se destaca a Itália, ao lado de Espanha, Portugal, Grécia e outros, e os “ricos” do Norte, com a Alemanha à frente, Holanda, França—aliada eventual dos “pobres”— e Escandinávia. O enfrentamento volta a ocorrer sobre quem pagará a conta do socorro aos “pobres” e da reconstrução econômica, que desta vez será grande. Durante a semana, os ministros das Finanças do bloco reuniram-se durante horas sem acordo. A Itália e seus aliados defendem o lançamento de títulos (Eurobond ou “Coronabonds”) para financiar a empreitada. Alemanha e Holanda se destacam no bloco de oposição à proposta. Não querem que seus contribuintes sejam chamados um dia a pagar esta despesa. Mas é preciso impedir que a UE naufrague. Na sexta chegaram ao um entendimento sobre uma linha de ajuda de 500 bilhões de euros. Sem o lançamento de títulos. A UE está novamente na bifurcação: entra na rota da desintegração ou avança no caminho de uma união verdadeira. Um aspecto-chave deste momento para a UE é quão generosos serão os “ricos” (Alemanha) para ajudar os “pobres”. O salvamento de países como Itália, Espanha e outros pelo bloco sempre será um assunto polêmico para alemães e holandeses.

Numa crise histórica, deflagrada pela mais grave pandemia em cem anos, mesmo a Alemanha de Angela Merkel, da conservadora União Demócrata Cristã (CDU), contraria a cautela construída a partir da hiperinflação dos anos 1920 e foi obrigada a preparar um volumoso pacote para salvar empresas e empregos. Como em todo mundo. Mas é diferente de empenhar o futuro do Tesouro alemão com países com histórico de populismo. Com razão, Alemanha e Holanda pedem contrapartidas das economias que serão resgatadas com recursos de todos. Mas o cataclisma do coronavírus exige coesão e solidariedade, predicados que requerem uma postura política especial, incomum. Afinal, a crise que evolui com rapidez também é incomum.

SOCORRO POR CONTA PRÓPRIA

Grandes empresas financiam pequenas para preservar suas cadeias de produção

O Globo · 12 abril 2020 · BRUNO ROSA bruno.rosa@oglobo.com.br

Hospitais usam máquinas para checar febre e acompanhar leitos de UTI. Robô pode fazer desinfecção.



Diante da demora na chegada do crédito anunciado pelo governo para as pequenas e médias empresas, as grandes companhias do país decidiram iniciar uma espécie de socorro por conta própria a fornecedores, clientes e varejistas. O objetivo é garantir que eles consigam atravessar a crise na economia causada pela pandemia. Linhas de crédito emergenciais com juro baixo, antecipação de pagamentos e comissões e até consultoria financeira são algumas das ações adotadas em diferentes setores, da petroquímica ao varejo. A estratégia é preservar as cadeias produtivas diante da paralisação de atividades, que derrubou produção e vendas.

A petroquímica Braskem criou uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para a compra de matéria-prima por seus clientes, como indústrias plásticas. A ideia é atender ao menos mil pequenas e médias empresas. Segundo Edison Terra, vice-presidente para América do Sul da companhia, o limite dos empréstimos será de R\$ 600 mil, com base no faturamento de cada firma, com juros no patamar da taxa básica de juros (Selic, hoje em do que o governo promete):

— Essa linha tem um custo competitivo e vai ajudar quem não consegue ter acesso aos bancos com a mesma rapidez.

Iniciativa semelhante tem a Vale. O reforço emergencial da mineradora envolve a antecipação de pagamentos a cerca de três mil fornecedores até o fim deste mês. O volume de recursos chegará a R\$1 bilhão.

Na telefonia, a Vivo, que tem mais de 1.600 pontos de venda no país, resolveu prorrogar o vencimento de contas dos aparelhos comprados pelos franqueados que ficaram sem estoques. Não foram vendidos ao consumidor com o fechamento de lojas e shoppings. Márcio Fabbris, vice-presidente de Marketing da Vivo, diz que a empresa vai adiantar as comissões de vendas futuras, numa espécie de financiamento:

— Além dos lojistas, temos cerca de três mil vendedores porta a porta. Vão ter dificuldade com seu fluxo de caixa. Não queremos uma ruptura.

AÇÃO ESTRATÉGICA

As iniciativas ganham corpo em paralelo à tentativa do governo de aumentara oferta de crédito às médias e pequenas empresas, que se queixam de que o dinheiro não chega às agências bancárias nas condições prometidas. Na semana passada, para acabar com o empoçamento dos recursos nos bancos —ou seja, eles têm o dinheiro, mas não emprestam —o Ministério da Economia decidiu assumir uma fatia maior do risco das operações. Isso pode desterrar operações e elevarem R \$50 bilhões o volume de crédito.

Para especialistas em negócios, a decisão das grandes empresas de ajudar as pequenas, neste momento de crise, é estratégico. As maiores companhias sabem que o acesso serviços, insumos e canais de distribuição será decisivo para elas quando chegara hora retomada da economia.

— As grandes empresas dependem de sua rede forte para sobreviver. Alógicaé preservar os negócios. Mas os recursos são limitados— diz Eduardo Seixas, sócio da Alvarez & Marsal.

A fabricante de celulares e eletroeletrônicos Multi laser, com 3.100 funcionários e faturamento anual de R\$ 2,4 bilhões, também dá mais prazo para varejistas. Além disso, diz Alexandre Ostrowiecki, presidente da empresa, a ideia é também dar crédito:

— A crise começou na segunda quinzena de março. De lá para cá, um terço dos pagamentos foi prorrogado. Em abril, dois terços serão prorrogados. Nosso papel é estender o crédito a 15 mil clientes no varejo, de pequenas lojas a grandes redes. Mas preciso que os bancos também me emprestem. Os limites de bancos caíram a um quinto do que havia antes, e as taxas de juros chegaram a triplicar depois da crise.

ATRÁS DOS BANCOS

A empresa de beleza L'Oréal Brasil vai doar mais de 750 mil produtos de higiene, como álcool-gel, xampus e condicionadores, para hospitais públicos e comunidades de Rio e São Paulo. Para apoiar pequenos e médios negócios de beleza, a empresa lançou uma plataforma pela qual os clientes podem comprar vouchers de R\$ 50 no salão da sua preferência para usar quando o estabelecimento reabrir. Em troca, recebem um desconto no mesmo valor na compra de produtos das marcas da companhia.

A Odontoclinic, rede de franquias de clínicas odontológicas que envolve 2.500 dentistas no país, decidiu ir atrás dos próprios bancos para intermediara concessão de crédito a seus franqueados. O vice-presidente, Lucas Romi, admite que é decisivo para a empresa que sua rede tenha acesso recursos financeiros para atravessar a crise:

— Os bancos estão dificultando, com muitas exigências e longa análise de crédito. É preciso maior flexibilidade. Adiamos também o pagamento de royalties pelo uso da marca. O maior desafio (do franqueado) é a folha de pagamento.

Para Luis Vasco, sócio da consultoria Deloitte, a busca de soluções para pequenas empresas pelas grandes indica que há grande urgência: — Muitas empresas estavam descapitalizadas, recuperando-se ainda de um cenário econômico fraco no país. Agora, precisam proteger suas operações.

A Unilever decidiu dar crédito ao pequeno varejista e antecipar o pagamento de fornecedores. A Via Varejo, dona das marcas Pontofrio e Casas Bahia, usou sua fundação para destinar R\$ 1

milhão em microcrédito a empreendedores, em parceria com ONGs. A rival Magazine Luiza reduziu a menos da metade comissões cobradas de empreendedores que faturam até R\$ 5 milhões por ano interessados em vender pela internet por meio de sua plataforma. A rede de varejo diz ter antecipado em cinco meses essa estratégia, que ajuda pequenos, mas também turbinou seu crescimento na rede.

A B2W, dona de Americanas.com, Submarino e Shoptime, oferece crédito para giro aos 6,8 mil lojistas que vendem produtos em seus sites, com carência de até 75 dias. As empresas vão receber consultoria financeira para ajudá-las a enfrentar a turbulência.

— O objetivo é fortalecer a operação de nossos parceiros, garantindo que eles tenham recursos financeiros para operar — diz Fábio Abrate, diretor financeiro da B2W Digital.

Artur Grynbaum, presidente do Boticário, uma das pioneiras no modelo de franquias no país, conta que adiou o vencimento de faturas dos parceiros e está provendo ajuda em gestão financeira e comercial para sua cadeia:

— O importante é manter uma comunicação assertiva em todo momento e dar fôlego financeiro para os parceiros.

Crise sem precedentes obriga conselhos a elegerem novas prioridades

O Globo · 12 abril 2020 · RENNAN SETTI rennan.setti@oglobo.com.br

Como coronavírus, as reuniões de conselhos de administração das grandes empresas viraram videoconferências. Mas não foi sóis soque mudou entre os representantes de acionistas que tomam as decisões estratégicas. Se até pouco tempo prevalecia o pensamento utilitarista de maximizar lucros, a mentalidade da cúpula das empresas está mudando diante da crise sem precedentes. Ganham prioridade a segurança de funcionários, a colaboração com empresas menores e ainda a contribuição com a sociedade, o que pode significar gastar mais e abrir mão de ganhos temporários. Na fintech Warren, fundada por ex-sócios da XP, o alerta acendeu entre os conselheiros algumas semanas antes do início das quarentenas com o email de um acionista estrangeiro. Em vez de perguntar como andava a abertura de novas contas, ele queria saber sobre medidas internas para proteger a saúde dos empregados.

—Não é uma pergunta comum. E ela virou acha-ve de todo mundo—conta Eduardo Glitz, que é conselheiro em outras seis empresas, entre gestoras, start-ups e uma fabricante de calçados.

— Não é mais só lucro. Um dos conselhos de que faço parte estava discutindo oferta de psicólogos para funcionários. Todos estão sensibilizados com o pequeno empreendedor e com o impacto da empresa na sociedade. É uma mudança de mindset que veio para ficar. Para Glitz, a pandemia acelerou um processo de ajuste dos propósitos corporativos já em curso. Há oito meses, um dos movimentos mais firmes nessa direção veio do The Business Roundtable, coalizão de quase 200 diretores executivos de gigantes americanas, como Apple, American Airlines, Accenture, AT&T, Bank of America, Boeing e BlackRock. Leonardo Pereira, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que atua em três conselhos, vê a pandemia como uma espécie de prova de fogo para os conceitos de governança corporativa adotados nos últimos anos:

—Chegou a hora de mostrar na prática tudo aquilo que vinha sendo tratado na teoria, como responsabilidade social e sustentabilidade. É hora de ver se as empresas estavam o real que é extremamente necessário hoje: ajudar o outro, a comunidade e até compensar as deficiências do Estado. Ainda bem que, aparentemente, estavam. Até mesmo quem via com certo ceticismo o discurso das empresas está enxergando avanços com a pandemia.

—Temos observado, de fato, preocupação grande em atuar junto à comunidade, uma postura que vai além dos empregados — diz Renato Chaves, especialista em governança e conselheiro fiscal de duas empresas. — Havia distância entre discurso e prática. A crise serviu para mudar um pouquinho isso. Muitas empresas parecem realmente preocupadas com o que querem para o futuro. (Colaborou Bruno Rosa)

Erros e acertos no espelho da história

O Globo · 12 abril 2020 · MÍRIAM LEITÃO oglobo.com.br/economia/miriamleitao miriamleitao@oglobo.com.br Com Marcelo Loureiro

O que fizemos certo como país e o que não fizemos aparecem agora diante de nós. O coronavírus trouxe um enorme espelho onde vemos com lucidez aguda os acertos e os erros. A democracia criou o SUS, formulou programas de transferência de renda e fez um cadastro dos mais pobres. Isso é a base para o trabalho de proteção dos brasileiros. A desigualdade, a falta de moradia decente, os esgotos não tratados e a má distribuição da água ameaçam transformar essa pandemia numa enorme tragédia social. E são os pobres e os negros os mais ameaçados. Como sempre.



O Brasil tem feito a si mesmo perguntas profundas neste tempo extremo. Uma delas é: onde estão os invisíveis? O país sempre conviveu com um fosso social imenso que divide os incluídos dos excluídos. Os com e os sem. No mercado de trabalho sempre houve os com carteira e os sem carteira. Dentro e fora das leis trabalhistas. Os sem carteira se dividem em vários grupos: trabalhadores informais, os que trabalham por conta própria, os empregadores sem CNPJ, os desempregados, os desalentados, os nem nem, os subutilizados. É uma multidão. São, evitando dupla contagem, 64,8 milhões. É a soma de toda a população da Argentina, de Portugal e da Áustria. Eles de alguma forma iam vivendo e gerando sua própria renda. O choque de realidade que a pandemia provocou trouxe todos eles para a cena principal. Quem são, onde estão, como fazer um caminho para entregar a eles os recursos públicos? Dúvidas do tempo presente.

Tudo o que foi feito nos governos democráticos nesses últimos 35 anos ajuda muito. É o que temos. Não é suficiente. O governo Sarney começou com o programa do leite, evoluiu para cestas básicas. Betinho avisou que a fome de outro brasileiro era inaceitável e nos ensinou a solidariedade. Cidades testaram a transferência de renda vinculada à presença da criança na escola, o Bolsa Escola. Para isso foi necessário fazer a ficha dos beneficiários. Campinas, Distrito Federal, Belo Horizonte passaram a criar cadastros. Outras cidades as seguiram. Depois veio o Bolsa Escola Federal, no governo Fernando Henrique, que fez o primeiro cadastro geral. Em seguida o Bolsa Família, no governo Lula, que unificou programas federais, ampliou a transferência e incluiu mais brasileiros no que se chamou de Cadastro Único. É incompleto, mas é a base que está sendo usada agora no auxílio emergencial. Para ampliá-lo o governo pede, no meio dessa crise, que estejam todos, até as crianças, com os seus CPFs em dia. Essa exigência coloca os pobres em risco de vida. A mãe ou o pai de família precisam ir até um órgão público, aglomerar-se, para registrar aquele pequeno ser humano como contribuinte. Pronto.

Se é um pagador de impostos então ele passou a existir. Essa exigência seria apenas surreal, se não fosse desumana. Na fila eles podem se infectar. A burocracia estatal, um dos nossos defeitos mais velhos, de novo coloca pedras no caminho.

Derrubar a superinflação indexada deixada pelo regime militar, e que virou hiperinflação, foi uma saga que consumiu dez anos de esforços. O real permitiu que mais brasileiros tivessem acesso a bens de consumo. A privatização produziu uma enorme inclusão no mundo da telecomunicação. Hoje é com esses celulares em mãos que os pobres estão tentando inscrever-se no auxílio emergencial. Na venda das teles criou-se um fundo cujo dinheiro deveria ter sido usado para informatizar todas as escolas públicas e universalizar a banda larga. É o Fust, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação. Arrecada R\$ 1 bi por ano e tem R\$ 20 bilhões em caixa. O governo acaba de decretar o seu fim. Se a tarefa tivesse sido executada, seria possível hoje ter todas as crianças na escola, ainda que remotamente.

Fizemos casas para os pobres e nem de longe foi o suficiente. Nas favelas, o risco é aterrorizante. O serviço de água tratada é irregular. Como lavar as mãos? Nas moradias não há espaço. Como isolar algum eventual infectado? As falhas da política habitacional e do planejamento urbano cobram a conta. O SUS espalhou-se pelo país e com todas as suas falhas é a melhor rede que temos para acolher os brasileiros.

O que fizemos de certo nos 35 anos de democracia nos ajudará nessa emergência humanitária. O que deixamos de fazer cobrará a conta e ela talvez seja alta demais. Que a dor dessa travessia nos ensine.

O que a democracia fez nos ajuda nessa pandemia, o que o país deixou de fazer está cobrando a conta e ela pode ser alta demais

Cidadãos e empresas se mobilizam para mitigar crise

Além de cobrar o governo, organizações e companhias já doaram R\$ 1,1 bi para equipamentos e soluções contra o vírus

O Globo · 12 abril 2020 · LEO BRANCO leo.branco@sp.oglobo.com.br

Em virtude da escassez generalizada de recursos públicos para enfrentar a epidemia de coronavírus no Brasil, cidadãos e empresas estão se mexendo para levantar o dinheiro necessário para a compra de equipamentos médicos e o desenvolvimento de tecnologias úteis contra o coronavírus. Em um mês, doações que somam ao menos R\$ 1,1 bilhão já foram direcionadas para soluções capazes de complementar as ações do poder público em diferentes níveis de governo no enfrentamento da pandemia.



O cálculo é da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), entidade que monitora os recursos destinados à filantropia no Brasil. A quantia equivale a 30% do volume anual geralmente destinado à filantropia pelas empresas brasileiras. O desafio é manter a solidariedade no longo prazo, dizem especialistas.

Quase 70% das doações foram destinadas à aquisição de equipamentos de saúde como respiradores mecânicos e itens de proteção individual para médicos e enfermeiros, diz a ABCR. O restante foi usado em programas contra os efeitos econômicos da paralisação de atividades com as medidas de contenção da epidemia, como vouchers para a troca de itens básicos de limpeza, higiene e alimentação.

Juntando as duas vertentes, há ao menos 101 iniciativas da sociedade civil contra o novo vírus no Brasil, segundo o Gife, uma ONG criada para estimular a filantropia no país.

—É um patamar inédito de mobilização de recursos — afirma José Marcelo Zacchi, secretário-geral do Gife.

Em boa medida, as iniciativas partem de empresas de grande porte e que, até agora, tiveram algum fôlego para manter seus negócios, ainda que sofram as consequências negativas da crise. Seguem o manual de responsabilidade social, que mostra a importância dessas iniciativas para a imagem da empresa em momentos como este.

A BR Distribuidora, por exemplo, comprometeu-se a distribuir vouchers de R\$ 120 por três meses a 1.660 famílias de baixa renda de comunidades vizinhas à sede da empresa, na região central do Rio. Além disso, a companhia privatizada no ano passado — mas que mantém a Petrobras como principal acionista — deve distribuir materiais de limpeza a 15 instituições públicas próximas, como escolas e unidades de saúde.

A Coca-Cola, também baseada no Rio, criou um fundo para compensar a perda de renda de 11 mil catadores de resíduos, como latinhas de refrigerantes, que também tiveram o trabalho limitado.

‘KNOW-HOW’ PRIVADO

A pandemia vem criando forças-tarefas de empresários e gestores públicos Brasil afora no combate ao vírus em suas regiões. Em Uberlândia, em Minas Gerais, uma aliança desse tipo levantou R\$ 700 mil para o conserto de 21 aparelhos de UTI e a compra de roupas para profissionais de saúde dos hospitais públicos locais.

Em São Paulo, a ONG Comunitas levantou R\$ 26 milhões para comprar 472 equipamentos de UTI. Outra iniciativa, chamada Fundo Emergencial para a Saúde Coronavírus Brasil, levantou R\$ 3,5 milhões para as necessidades de unidades de referência, como a Fiocruz.

—A cultura de doação está se fortalecendo no país — diz Paula Fabriani, uma das idealizadoras do Fundo.

Em paralelo às vaquinhas entre empresas e pessoas físicas, algumas start-ups, como são chamadas as empresas inovadoras de base tecnológica, passaram a criar soluções gratuitas para dar alguma luz aos governos no desafio de conter o avanço do vírus. Um exemplo é o Colab, criado em 2013 como um aplicativo para relatar problemas de zeladoria urbana, como buracos na rua ou falta de iluminação pública, às prefeituras a partir de queixas de cidadãos. Em março, o app do Colab ganhou a função Brasil Sem Corona, com um questionário para o usuário checar se está com sintomas da Covid-19.

As informações dadas pelos usuários estão sendo agregadas por outra startup, a EpiTrack, que é dedicada à análise de epidemias. O objetivo é montar mapas das zonas com maior incidência de casos suspeitos da doença. Os dados já são usados por prefeituras como as de Teresina, no Piauí, e Santo André, em São Paulo.

—As informações ajudam a saber, por exemplo, as áreas das cidades com mais casos de Covid-19 subnotificados — diz Gustavo Moreira Maia, fundador do Colab.

A start-up catarinense de biotecnologia BiomeHub está tentando ajudar em outra frente: garantir a segurança da mão de obra em empresas de setores considerados essenciais, que continuem operando em meio ao isolamento social dos que podem ficar em casa.

Um dos negócios da empresa é ajudar gestores hospitalares a avaliar o risco de infecção de profissionais de saúde em suas unidades por meio da análise laboratorial de micro-organismos encontrados em áreas como leitos e corredores dos centros de saúde.

TESTES RÁPIDOS

Por causa da pandemia, a BiomeHub criou testes rápidos de coronavírus a serem aplicados em grupos de dez pessoas. A ideia é que, uma vez detectados sinais de vírus em alguém do grupo, esse indivíduo e pessoas próximas sejam isolados e façam os testes convencionais. Patrocinada, em parte, pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), a tecnologia deve ser aplicada nas próximas semanas em funcionários de supermercados e postos de combustíveis. —Estamos em contato com prefeituras para que a tecnologia possa evitar surtos em ambientes públicos — diz Luiz Felipe Valter de Oliveira, presidente da BiomeHub. Luana Tavares, diretora do CLP, organização para formação de lideranças que montou um guia on-line com boas práticas para parcerias entre os setores público e privado no combate à pandemia, observa que a urgência da crise já teve o efeito positivo de destravar burocracias para a aquisição de equipamentos de saúde. Resta saber o legado dessas iniciativas no longo prazo.

— A crise já nos mostrou a importância de uma boa estrutura de saúde pública. A torcida é para que a sociedade siga vigilante sobre o papel do Estado — diz Luana.

André Tamura, fundador da WeGov, empresa que presta consultoria de inovação em órgãos públicos, vê a crise como uma oportunidade de melhorar as parcerias público-privadas:

—As relações entre empresariado, ONGs e poder público estavam viciadas, com muita desconfiança de todos os lados. As redes formadas para combater a pandemia podem mudar essa imagem.

“As relações entre empresariado, ONGs e poder público estavam viciadas, com muita desconfiança. As redes formadas para combater a pandemia podem mudar essa imagem” _

André Tamura, fundador da consultoria WeGov

“A torcida é para que a sociedade siga vigilante sobre o papel do Estado” _

Luana Tavares, diretora do CLP

Medidas emergenciais para estados vão custar R\$ 222 bi à União

Estimativa do Tesouro é mais que o dobro do previsto pelo relator do chamado Plano Mansueto, que está no Congresso

O Globo · 12 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA marcello.correa@oglobo.com.br

O projeto de lei com medidas emergenciais para que estados e municípios enfrentem a crise do coronavírus pode custar aos cofres da União até R\$ 222 bilhões. A estimativa foi divulgada ontem pelo Tesouro Nacional, em nota técnica assinada pelo secretário da pasta, Mansueto Almeida.



O documento foi elaborado após dias de controvérsia sobre o impacto fiscal da proposta. Na sexta-feira, o relator do texto, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), informou que a medida custaria ao governo federal R\$ 100,7 bilhões. Antes, na quarta-feira, a equipe econômica chegou a estimar o custo em R\$ 180 bilhões.

A nova conta inclui riscos fiscais com refinanciamento de dívidas e perdão de multas, por exemplo. “Somando-se esses efeitos aos expressamente previstos no substitutivo do PLP 149 (número da proposta), de 2019, o impacto total do PL ficaria entre R\$ 148 bilhões e R\$ 222 bilhões, a depender de como se entendem seus efeitos — isso sem contar eventual abertura de espaço para endividamento dos municípios”, diz a nota.

Mais tarde, em transmissão pela internet com investidores, Mansueto disse que o estudo considera todas as medidas para estados, inclusive as que não estão no projeto.

O secretário disse que a discussão principal será o volume de transferências diretas do Tesouro para os estados. E disse que o governo pode arcar com até R\$ 40 bilhões para repor perdas de receita.

— Acho que algo em torno de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões é suportável. É algo que não vai pressionar tanto o déficit primário para este ano, que estimo que já deve estar na casa de R\$ 500 bilhões — disse Mansueto.

ADAPTAÇÃO À PANDEMIA

O projeto em análise pela Câmara é uma adaptação do chamado Plano Mansueto, enviado no ano passado pelo governo. O texto original, apelidado em referência ao secretário do Tesouro, previa medidas de apoio aos estados em crise, condicionadas a um plano de ajuste fiscal.

A pandemia, no entanto, fez com que a proposta tivesse que ser adaptada. O relator decidiu retirar medidas de ajuste estrutural antes previstas e focar apenas em ações emergenciais, como composição de impostos e facilitação para a concessão de crédito. A

votação do projeto já foi adiada duas vezes, e o impasse sobre o custo fiscal é um dos motivos para a falta de acordo. Embora admita ampliar gastos neste ano para lidar com a pandemia, a equipe econômica está preocupada com impactos que podem se prolongar para além da crise.

Na nota de ontem, o Tesouro calcula em R\$ 105 bilhões o custo das medidas diretamente ligadas à crise do coronavírus. Isso inclui R\$ 41 bilhões em transferências para cobrir perdas na arrecadação de ICMS e ISS, R\$ 9 bilhões em suspensão de dívidas e R\$ 55 bilhões em espaço fiscal para crédito com garantia da União — pagos pelo governo federal em caso de calote.

Esse é um dos principais pontos de discordância entre deputados e o governo, porque parlamentares argumentam não ser possível colocar no orçamento um custo causado por decisões judiciais. Essa visão é contestada por técnicos da equipe econômica.

Outro risco fiscal incluído na análise do Tesouro é a extensão para municípios da medida que concede mais espaço fiscal para empréstimos com garantias da União. Esse pleito já foi apresentado pelas prefeituras e deve ser atendido pelo parecer, o que representaria um impacto adicional de R\$ 39 bilhões, segundo o órgão.

A pasta está preocupada ainda com as medidas incluídas no projeto que não têm relação direta com a crise do coronavírus. A principal é a suspensão das punições por descumprimento do teto de gastos de estados que refinanciaram a dívida em 2016, o que representaria renúncia fiscal de R\$ 27 bilhões.

consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

Bitencourt também reforça que, como a fonte de informações do Preço da Hora Bahia é a nota fiscal emitida, esta é mais uma razão para que o consumidor exija a nota fiscal em todas as compras que fizer.